

Relatório
de

GESTÃO

Ministério do
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

2018

SUMÁRIO

1 Governança do Ministério

Mensagem do dirigente máximo da unidade.....	004
Visão geral organizacional e ambiente externo.....	006
Planejamento estratégico e governança.....	011
Ministério em números.....	015
Gestão de riscos e controles internos.....	018
Corregedoria e ética.....	021
Introdução ao capítulo 2.....	023

2 Resultados da Gestão

Carta da Secretária Executiva.....	025
Promover a Melhoria da Governança das Empresas Estatais.....	027
Aperfeiçoar o Planejamento e a Avaliação das Políticas Públicas.....	030
Consolidar a Reorganização Administrativa, com Ênfase na Desburocratização e na Transparência.....	032
Modernizar a Gestão Pública, Priorizando a Inovação e a Melhoria dos Processos.....	037
Aprimorar a Gestão do Gasto Público, com Foco na Qualidade.....	041
Construir um Novo Modelo de Gestão de Pessoas Adequado aos Desafios da Administração Pública Federal.....	052
Implantar um Novo Modelo de Gestão do Patrimônio da União, com Ênfase na Economicidade.....	056

3 Conformidade e Eficiência da Gestão

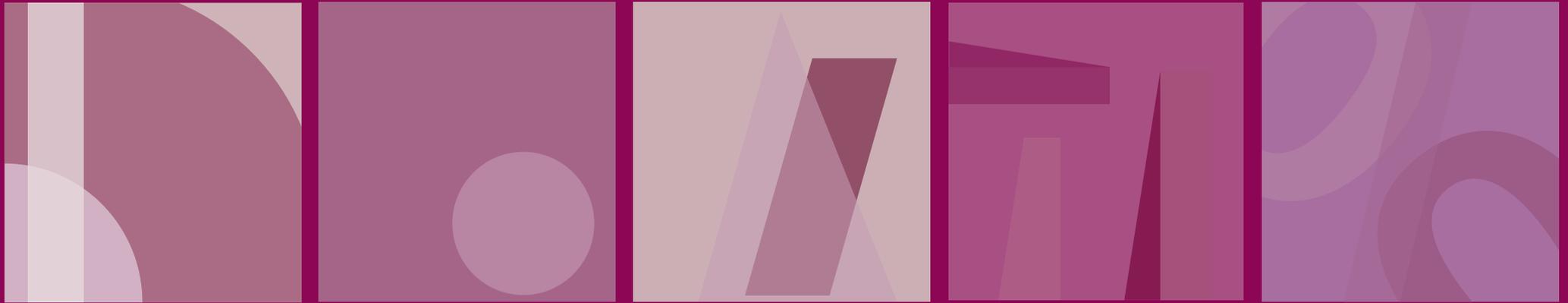
Carta do SPOA.....	062
Gestão Orçamentária e Financeira.....	064
Gestão de Pessoas.....	069
Gestão de Licitações e Contratos.....	073
Gestão de Tecnologia da Informação.....	075
Infraestrutura e Gestão Patrimonial.....	077
Gestão de Custos.....	078
Sustentabilidade Ambiental.....	079
Relacionamento com a Sociedade.....	080

4 Demonstrações Contábeis

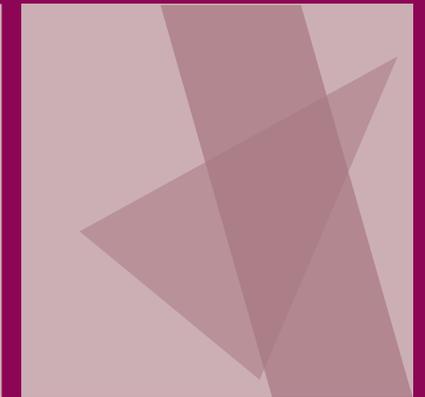
Demonstrações contábeis.....	083
------------------------------	-----

Apêndice

Lições aprendidas.....	107
------------------------	-----



Governança do Ministério



Capítulo
01



Carta do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Colnago

A atuação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) em 2018 continuou atrelada à modernização do Estado, com foco na eficiência, transparência e uso

racional dos recursos públicos. O MP manteve e aprimorou os sistemas estruturantes que suportam as atividades de gestão de pessoas, do patrimônio imóvel, de tecnologia de informação, de compras, de contratações e de transferências de recursos da União.

No caso das Compras Públicas, o uso da tecnologia, tal como a utilização da Central de Compras, na atividade “licitar e contratar”, evita a replicação de esforços e custos de estruturas de compras em cada órgão para atendimento de necessidades similares, permite uma melhor utilização do poder de compra do governo e aproveita oportunidades de padronização e de ganho de escala. Um dos projetos de destaque é o TáxiGov, desenvolvido para atender deslocamentos dos servidores para fins administrativos. Com foco na melhoria dos serviços, o modelo substitui os veículos oficiais ou alugados por táxis, servindo para consolidar o conceito de Centro de Serviços Compartilhados (CSC).

Importantes iniciativas foram introduzidas, também, na gestão do patrimônio imóvel da União. Para reduzir despesas de aluguéis, foram viabilizadas operações de permuta de prédios de terceiros por imóveis da União, a fim de abrigar as instituições públicas, o que demandou esforços em modelagem dos processos e elaboração de normativos. Outra ação relevante foi a alienação de imóveis considerados inapropriados ao uso público.

No eixo da modernização da gestão, destaca-se a profissionalização do Poder Executivo, com o estabelecimento de critérios para ocupação de cargos, que registrou, de 2016 a 2018, uma redução gradual no número de pessoas sem vínculo em cargos em comissão DAS. Além de reduzir o espaço para nomeações de pessoas sem vínculo, foram desenvolvidas propostas de modernização da legislação relacionada a cargos em comissão e funções de confiança.

O tema da desburocratização tem sido tratado com especial atenção, com atividades de aprimoramento do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (SIGPE), com a automatização de processos, eliminação de armazenamento de documentos físicos e facilitação da comunicação entre os órgãos; com a gestão integrada de imóveis, para execução, gestão e controle dos bens patrimoniais da União.

Em consonância com os padrões internacionais, o MP também vem desenvolvendo plataformas digitais para resolver problemas comuns dos gestores públicos e do cidadão. Como exemplo, podemos citar:

1. A identidade digital (DNI), o aplicativo com informações do CPF, Carteira de Habilitação e a Carteira de Trabalho;
2. A Plataforma de Análise de Dados do Governo Federal (GovData), oferecendo acesso a cruzamento e análise de dados, visando à detecção de fraudes;
3. O Serviço Centralizado de Processo Eletrônico (ConectaGov), plataforma de interoperabilidade que reúne diversas soluções de tecnologia, que permite conexão em tempo real entre sistemas de diferentes órgãos.

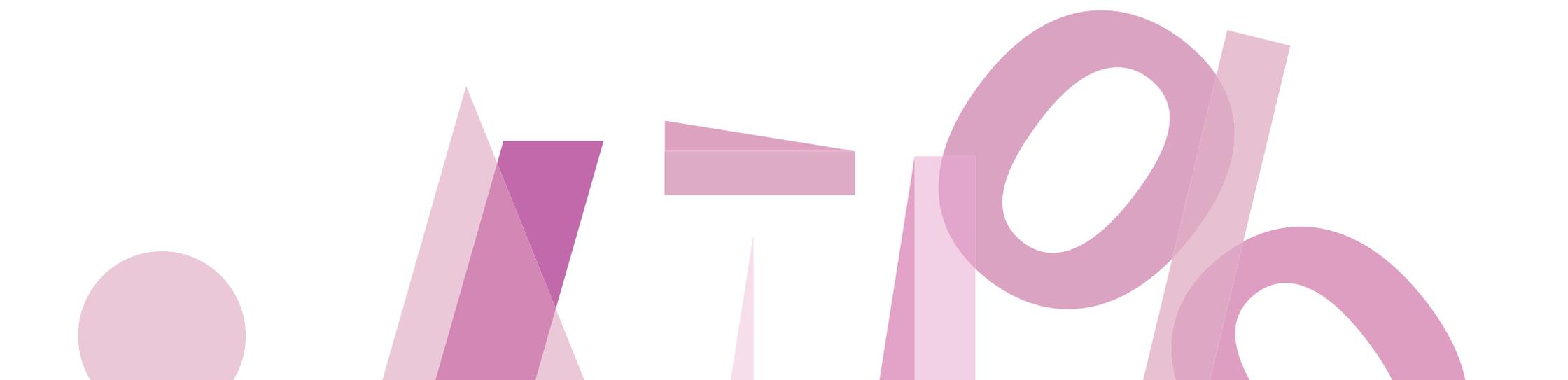


Finalmente, no campo das empresas estatais, foi publicada uma resolução com diretrizes quanto ao patrocínio de planos de benefícios de previdência complementar (fundos de pensão). Os Programas de Demissão Voluntária (PDV) das Estatais têm sido apontados como solução para redução do peso do fator humano, de impacto significativo. Nos programas aprovados em 2018, estima-se redução de doze mil vagas e economia anual de R\$ 2,4 bilhões ao ano. No aspecto legal, a chamada Lei de Responsabilidade das Estatais, estabelece requisitos rígidos de governança, transparência e gestão, regras sobre licitações e contratos, obras e serviços e aquisição e alienação de bens para as estatais e sociedades de economia mista.



Esteves Pedro Colnago Júnior

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão



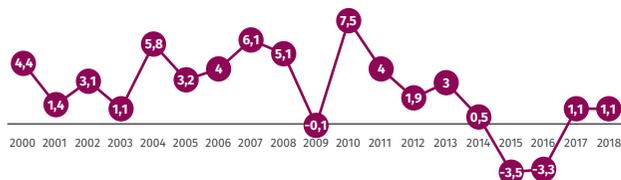


Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Cenário Nacional e Internacional ●○○○

A taxa de crescimento do PIB per capita do Brasil não exibe um padrão estável. Em geral, fortes elevações foram seguidas de crises, com recuperação expressiva no ciclo seguinte, o que pode explicar a baixa taxa média de crescimento de longo prazo.

Taxa de Variação do PIB



Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais

A falta de estabilidade cria sensação de risco, encurta o horizonte de planejamento e afeta as decisões de investimentos, de consumo e de poupança.

Além disso, os avanços econômicos e sociais nos períodos de aceleração são perdidos nos de baixa aceleração, reduzindo o progresso em produtividade, investimentos e redução da pobreza e desigualdade.

Após dois anos de grave retração econômica, a economia brasileira voltou a crescer em 2017 e 2018, porém, em nível ainda discreto.

No campo internacional, por sua vez, o ano de 2018 apresentou índices relativamente favoráveis.

Segundo o Banco Mundial, a economia mundial deve manter crescimento robusto pelo segundo ano, estimado em 3%, o que propiciou ao Brasil superávit comercial em 2018 (US\$ 58,7 bilhões). Por outro lado, o balanço de pagamentos mostrou déficit em transações correntes, elevando-se 0,35% para 0,77% do PIB, em 2018. Esses fatores influíram sensivelmente na economia, com reflexo na gestão pública.

No campo regional, o MP gerou negociações para criação do orçamento único do Mercosul. Ainda em 2018, foi aprovada a Resolução Mercosul 60/2018, que objetiva convergir para essa integração.

Alcançar crescimento a taxas maiores e de forma sustentada, com menor volatilidade, é essencial para o País enfrentar o desafio fiscal e apresentar superávit primário nas contas públicas para controlar a dívida pública.

A fim de contribuir para este cenário, o MP buscou, em 2018, fortalecer a função institucional, com o propósito de criar um ambiente favorável às políticas públicas e à inovação das práticas de planejamento e gestão, aperfeiçoando mecanismos de ação e modernização do Estado.

Cadeia de Valor ○●○○

A Cadeia de Valor do MP foi construída a partir do regimento interno e das competências dos seus Órgãos integrantes e entidades vinculadas.

No seu nível mais alto, figuram os macroprocessos finalísticos do MP, oriundos da missão e atribuições regimentais, acrescidos dos macroprocessos gerenciais e de sustentação, que viabilizam, completam e controlam os finalísticos.

Pela natureza dos temas, os macroprocessos finalísticos foram distribuídos conforme as atribuições primárias das Secretarias. Os de sustentação, por sua vez, couberam à Secretaria Executiva, enquanto os gerenciais permearam toda a estrutura, e foram executados de acordo com a necessidade.

Macroprocessos Finalísticos	Secretaria
Gerir o Orçamento Federal	SOF
Coordenar a atuação do MP em assuntos internacionais	SEAIN
Modernizar a gestão pública federal	SEGES
Gerir política de tecnologia da informação e comunicação do poder executivo federal	SETIC
Gerenciar política de pessoal do poder executivo federal	SGP
Gerir o patrimônio da união	SPU
Acompanhar o desenvolvimento da infraestrutura nacional	SDI
Aprimorar a governança de estatais	SEST
Monitorar o planejamento governamental	SEPLAN



Instâncias Internas - Alta Administração

O MP é o órgão da República Federativa do Brasil que tem por missão “promover o desenvolvimento, a gestão eficiente, a melhoria do gasto público e a ampliação dos investimentos visando à oferta de bens e serviços de qualidade ao cidadão”. Sua visão de futuro é “ser reconhecido pela excelência e competência na gestão pública”.



Ministro
ESTEVES PEDRO COLNAGO
JÚNIOR

Formado em Ciências Econômicas, com especialização em contabilidade pública e Mestrado em Ciências Econômicas pela UNB. Analista do Banco Central do Brasil (1998), desempenhou as funções de Analista de Finanças e Controle na STN, coordenador na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (MF), diretor de programas no MF e MP, presidente do Conselho de Administração da Casa da Moeda, do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional e membro do Conselho Fiscal do BNDESPAR, Presidente do Conselho de Administração do BNDES e membro do Conselho de Administração da Eletrobras.

Conforme a abrangência e importância dos projetos, estes passaram a constar como iniciativas estratégicas do Plano Estratégico do MP.

A vinculação da Cadeia de Valor ao Mapa Estratégico do MP ocorreu na medida em que a análise da missão, dos macroprocessos e processos de cada unidade evidenciaram oportunidades de inovação em produtos, serviços ou resultados, demandando projetos de melhoria ou de criação de processos.



Secretário-Executivo
GLEISSON CARDOSO RUBIN

Formado em Matemática pela UNB, com Especialização em Matemática e Estatística, pela Universidade Federal de Lavras. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, desempenhou as funções de Presidente da ENAP, Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Diretor do Programa Brasil Profissionalizado e Coordenador-Geral de Supervisão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no MEC.



Secretário de Orçamento Federal
GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES

Economista, formado pela UNB, e especialista em Economia do Setor Público pela FGV. Analista de Planejamento e Orçamento, desempenhou as funções de Gerente de Projetos; de Diretor dos Departamentos de Programas Sociais, de Infraestrutura e de Assuntos Fiscais; e de Secretário-Adjunto de Orçamento Federal para Assuntos de Gestão Fiscal da SOF.



Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO

Mestre em gestão de tecnologia da informação pela Universidade Católica de Brasília e pela FGV, tem formação em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Santa Maria. Analista de Planejamento e Orçamento, desempenhou as funções de Diretor de Modernização, Diretor do Departamento de Sistemas de Gestão de Pessoas, Coordenador de Tecnologia da Informação no Ministério das Comunicações.



Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura
PEDRO MACIEL CAPELUPPI

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB). Auditor Federal de Finanças e Controle, desempenhou as funções de Assessor Especial do Ministro e Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Assessor na Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda.



Secretário de Assuntos Internacionais
CARLOS EDUARDO LAMPERT COSTA

Economista pela UNB e MBA em Finanças pelo IBMEC. Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, atuou nas áreas governamental e organismos internacionais. Foi assessor sênior da Diretoria do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Coordenador Geral da Diretoria de Estudos de Relações Econômicas Internacionais no IPEA e Secretário-Adjunto da SEAIN do MP.



Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
FERNANDO ANTONIO RIBEIRO SOARES

Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre e Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, foi Diretor do Departamento de Política Regulatória da Aviação Civil da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa. Também foi assessor da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, Coordenador-Geral de Estruturação de Projetos e Financiamento da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Foi, ainda, Diretor de Programas da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Fazenda. Atualmente, é Presidente do Conselho de Administração do BN-DESPAR e membro do Conselho de Administração da Petrobras Distribuidora S.A.



Secretaria de Gestão de Pessoas
AUGUSTO AKIRA CHIBA

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Itajubá e em Direito pelo CEUB; pós-graduação em Inteligência Competitiva pela UFRJ e especialização em Gestão de Qualidade pela Universidade do Tennessee (EUA). Oriundo do Banco do Brasil, desempenhou as funções de Diretor do Departamento de Órgãos Extintos da Secretaria-Executiva do MP, Assessor da Presidência da ANVISA, Diretor de Gestão Interna da ENAP, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos, de Subsecretário e de Subsecretário-Adjunto de Planejamento, Orçamento e Administração no MF e também membro do Conselho de Administração do Banco do Nordeste Brasileiro S/A, bem como membro do Conselho Fiscal da BB Corretora de Seguros.



Secretaria do Patrimônio da União
SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pernambuco, pós-graduado em Administração Financeira e em Engenharia pela Faculdade de Administração de Pernambuco. Atuou em diversos trabalhos técnicos na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Exerceu o cargo de Secretário de Planejamento de Gravata, em Pernambuco, e de Gerente Regional do Patrimônio da União em Pernambuco.



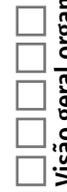
Secretário de Gestão
ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

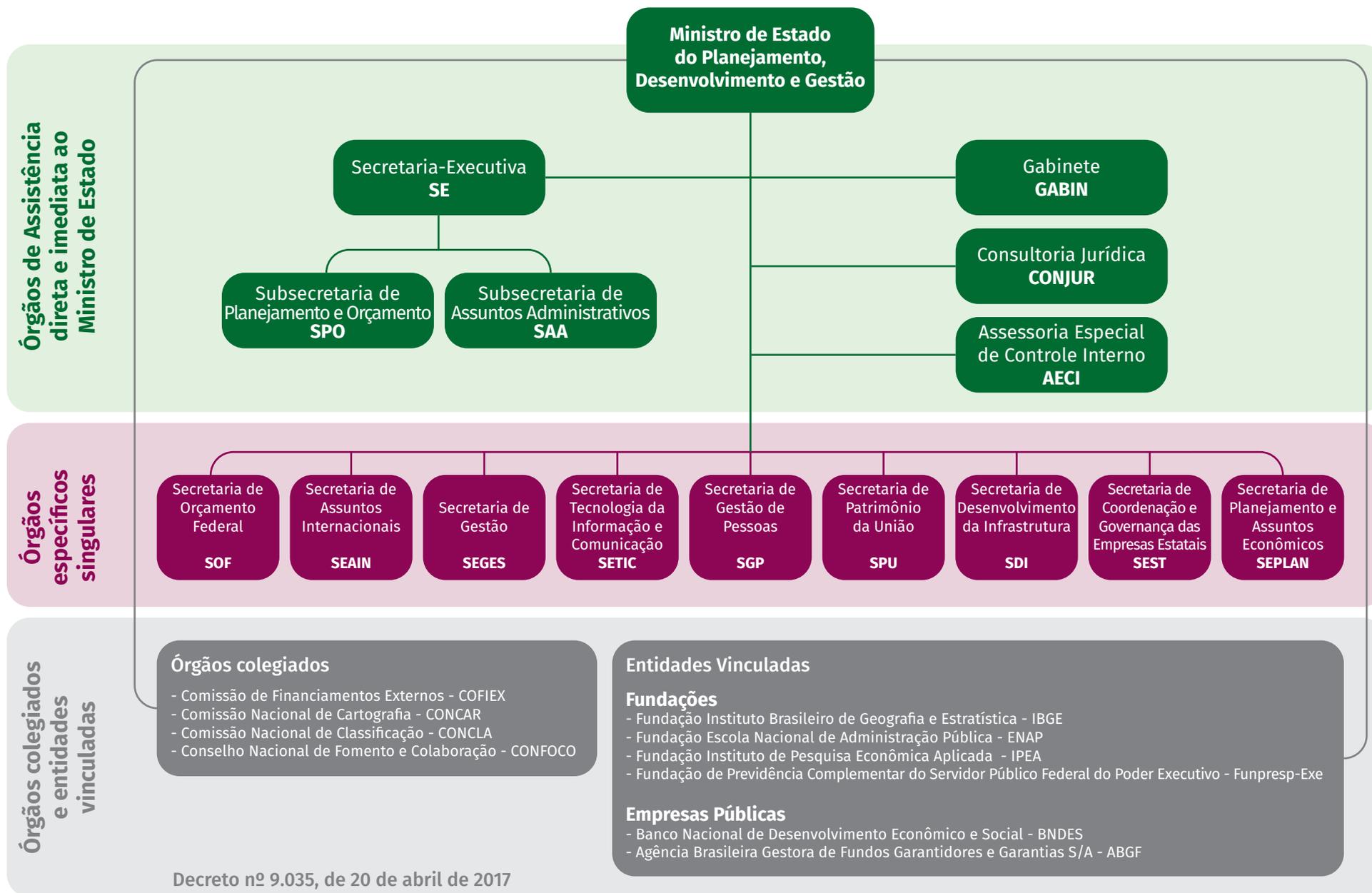
Graduado em Economia pela UFRJ e em Direito pela UNB. Possui pós-graduação na FGV em Administração Financeira e Certificação em Planejamento Financeiro pela Associação Brasileira de Planejadores Financeiros. Analista de Finanças e Controle, desempenhou as funções de Membro do Conselho de Administração da CAIXA Seguridade Participações, indicado pelo MP, Assessor Especial do MP, Assessor de Presidência e Diretor do IRB Brasil, Superintendente Executivo da Secretaria de Fazenda de Goiás, Assessor na Secretaria Executiva do MF, Secretário de Gestão Administrativa do GDF e Secretário Adjunto de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo.



Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
JÚLIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

Mestre Ciências Econômicas pela UNB. Analista do Banco Central do Brasil, desempenhou as funções de Secretário-Adjunto da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do MP, Assessor da Secretaria-Executiva do MP, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas da Secretaria de Política Econômica, Coordenador-Geral de Política Fiscal, Coordenador de Política Financeira, Mercado de Capitais e Previdência do MF.







Planejamento Estratégico ●○○○

Além de observar os aspectos conjunturais presentes e futuros, o Planejamento Estratégico do MP (PE/MP) orientou-se pela missão institucional do Ministério de “promover o desenvolvimento, a gestão eficiente, a melhoria do gasto público e a ampliação dos investimentos visando à oferta de bens e serviços de qualidade ao cidadão” e por sua visão de futuro de “ser reconhecido pela excelência e competência na gestão pública”.

O MP construiu seu planejamento para o quadriênio (PE/MP 2016-2019) a partir das seguintes premissas:

- Demonstrar claramente aos servidores e aos cidadãos como os Planos de seus órgãos superiores se alinham ao Plano central do MP; e
- Garantir a ampla participação de seus servidores na elaboração do Plano Estratégico, produto do processo de PE, a fim de promover a motivação, compreensão e concordância acerca do Plano, elementos necessários para tornar permanente a mudança estratégica proposta.

O processo de elaboração do Plano Estratégico do MP deu-se em duas fases:

1. Definição dos referenciais estratégicos – missão e visão de futuro – e dos Objetivos Estratégicos (OE) para o período 2016-2019, com a participação da alta administração do MP; e
2. Elaboração dos Planos das Unidades (órgãos superiores) – que garantiu a participação dos servidores mais próximos à execução.

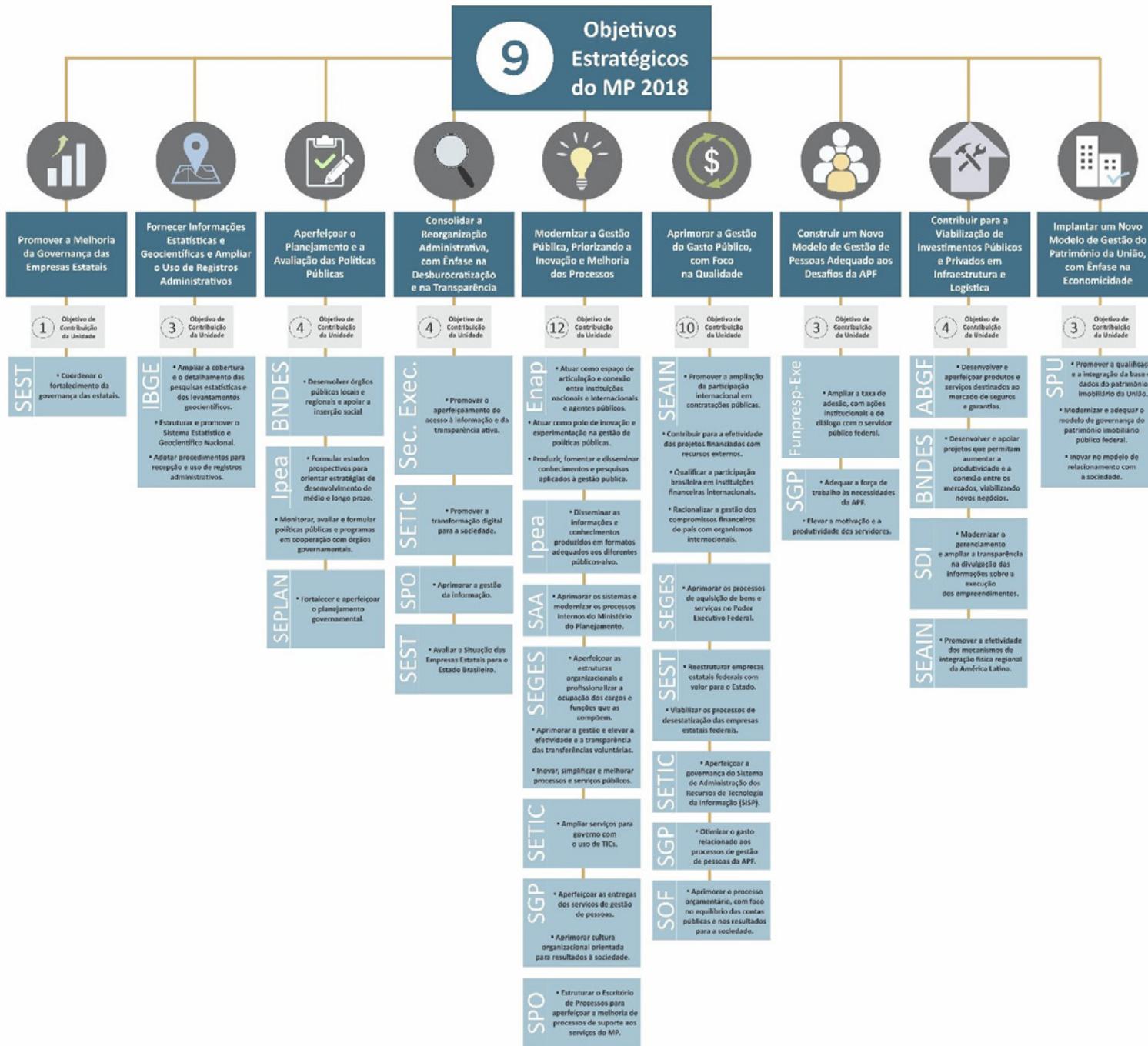
Os referenciais estratégicos serviram, desta forma, como “diretriz” para a formulação dos Planos das Unidades, sendo esses os caminhos para alcançar os OE do Plano Estratégico do MP.

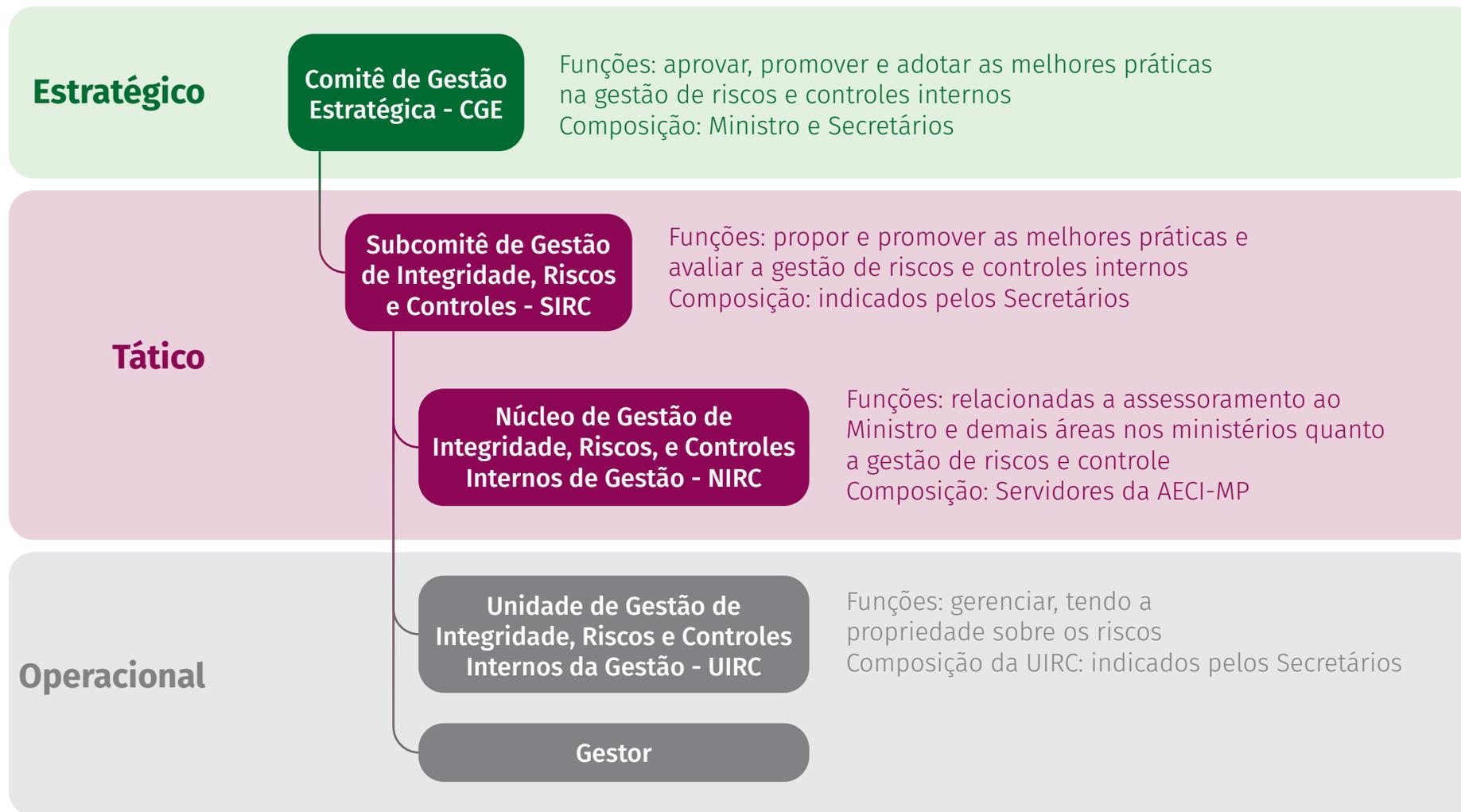
O Plano Estratégico para 2016-2019 foi lançado oficialmente em novembro de 2016 e atualizado em julho de 2018, estando constituído por 9 OE, medidos por 14 indicadores; 83 Iniciativas Estratégicas - ações capazes de conduzir à concretização da visão de futuro do Ministério; e 207 Entregas Estratégicas - resultado que conclui uma fase de uma Iniciativa.

Esses atributos são originários dos Planos das Unidades, ligando-se ao Plano Estratégico por intermédio de 44 Objetivos de Contribuição das Unidades.

Os 9 OE selecionados para o quadriênio 2016-2019 foram:

1. Promover a Melhoria da Governança das Empresas Estatais;
2. Fornecer Informações Estatísticas e Geocientíficas e Ampliar o Uso de Registros Administrativos;
3. Aperfeiçoar o Planejamento e a Avaliação das Políticas Públicas;
4. Consolidar a Reorganização Administrativa, com Ênfase na Desburocratização e na Transparência;
5. Modernizar a Gestão Pública, Priorizando a Inovação e a Melhoria dos Processos;
6. Aprimorar a Gestão do Gasto Público, com Foco na Qualidade;
7. Construir um Novo Modelo de Gestão de Pessoas Adequado aos Desafios da APF;
8. Contribuir para a Viabilização de Investimentos Públicos e Privados em Infraestrutura e Logística; e
9. Implantar um Novo Modelo de Gestão do Patrimônio da União, com Ênfase na Economicidade.





Comitê Permanente para a Desburocratização ○ ○ ●

Recentemente, os esforços do grupo de trabalho para implementação de medidas de desburocratização, tiveram como resultado a criação do Conselho Nacional para a Desburocratização – Programa “Brasil Eficiente”, responsável por formular políticas de simplificação, modernização da gestão pública e melhoria de serviços públicos.

No MP, a Portaria GM/MP nº 290, de 11 de setembro de 2017, instituiu o Comitê Permanente para a Desburocratização (COPED/MP), para tratar das ações e processos de sua área de atuação.

Além dos fins específicos do programa, o COPED/MP orientou-se pela valorização do servidor público como agente de desburocratização, pelo uso de tecnologias, que facilitem o acesso a dados e a serviços públicos, e pela busca de redução de custo e economia de tempo, para cidadãos e servidores.

O atendimento integral das propostas, a promoção cultural de simplificação e articulação entre as unidades do MP, foram seus principais direcionadores estratégicos.

Por meio da Ouvidoria/MP, principal canal de acesso, o COPED/MP examinou, em 2018, 16 demandas, que versavam, em sua maioria, sobre melhoria de gestão e sobre tecnologia de informação, contribuindo para viabilizar propostas consideradas interessantes.

Além das iniciativas do MP junto ao Programa Brasil Eficiente, o COPED/MP encaminhou diversas sugestões, como, por exemplo:

- Unificação dos cadastros digitais dos cidadãos que desejem acessar a administração pública, no sistema SEI;
- Criação de documento único abrangendo as provas de regularidade fiscal com os demais documentos pessoais do cidadão;
- Mudanças no sistema de compras do Governo, com a criação de um portal similar aos sites de compras virtuais; e
- Criação de um banco de dados online para centralizar a cessão de funcionários entre os órgãos da federação.

Os resultados alcançados através do programa Simplifique!, um dos eixos de atuação do COPED/MP, podem ser encontrados no capítulo 3 do presente relatório, na seção de Relacionamento com a sociedade.

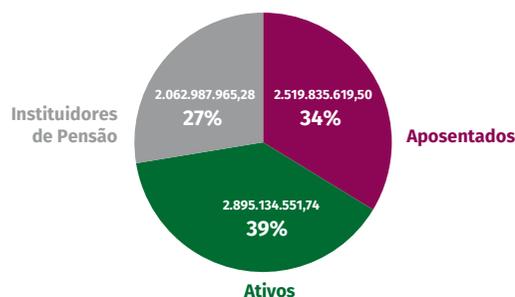
Gestão de Pessoas ●○○○

A seção do Ministério em números trará alguns resultados destaque da Gestão de 2018 do Ministério, apresentando resultados de Indicadores Estratégicos, de uma iniciativa realizada e de um indicador de gestão.

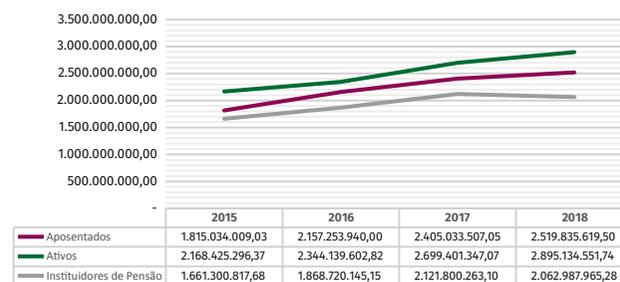
Despesas com Pessoal

Os quadros a seguir evidenciam as tendências atuais. Observa-se um crescimento médio da folha total em 13% de 2015 a 2017, com redução significativa em 2018 (3%), resultado, em parte, da evolução dos números de inativos e instituidores de pensão.

Proporção de Valores Pagos por Vínculo (em Reais)



Evolução de Valores Pagos por Vínculo (em Reais)



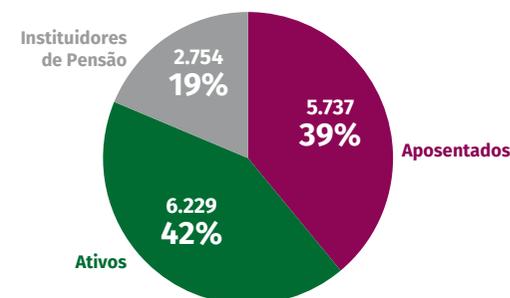
Força de Trabalho

Os gráficos a seguir retratam a face do MP, demonstrada em como se distribuem seus colaboradores ativos e seus vinculados inativos. Pode-se observar que os servidores ativos do MP são, predominantemente, do quadro permanente e do sexo masculino.

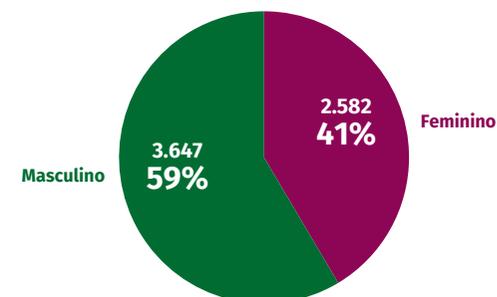
Servidores Ativos (por Grupo de Cargos)



Servidores (por Vínculo)

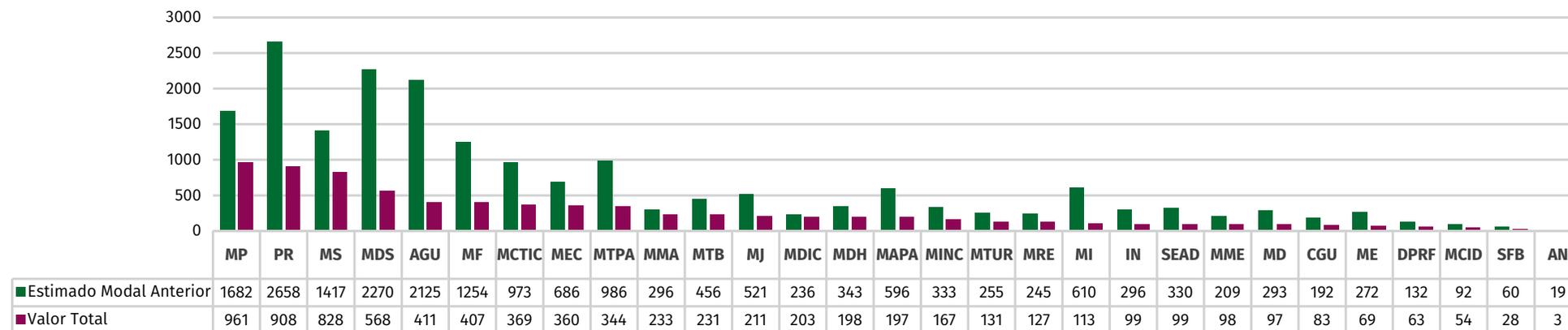


Servidores Ativos (por Sexo)

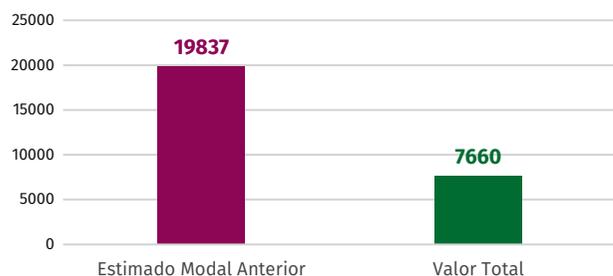


O TáxiGov é uma iniciativa de sucesso do MP, que contribui para a otimização de meios e realocação de recursos gerados pela economia de escala de cerca de 61% em favor da sociedade. A seguir, trazemos alguns resultados obtidos.

Comparativo de Valores Totais (R\$ Mil) (Modelo Anterior x Modelo Atual)



Custo Total (R\$ Mil) (Anterior x Atual)



Governança das Estatais

O MP acompanhou o desempenho da governança corporativa das empresas estatais federais por meio de avaliações periódicas, cujos resultados subsidiaram o cálculo do indicador do Planejamento Estratégico do MP 2016-2019 – “Índice de Governança das Estatais (IGE)”.

Em dezembro de 2017, ano base do cálculo do IGE, seu valor era 4,02. Em dezembro de 2018, o valor auferido foi superior ao índice esperado ao final do PE/MP em 2019:

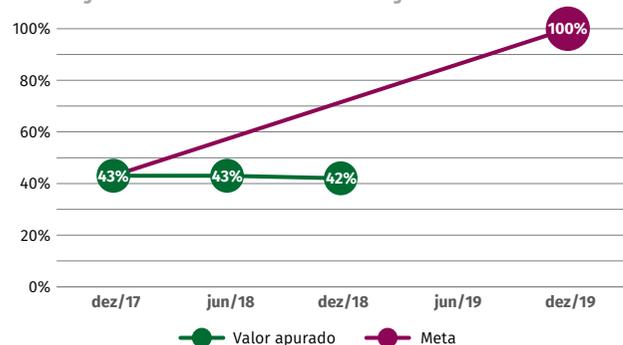
Alcançado	Meta 2019
7,00	5,22

Modernização da Gestão Pública

A Plataforma de Cidadania Digital centralizou no *Portal de Serviços* o canal de relacionamento para consulta e solicitação de serviços.

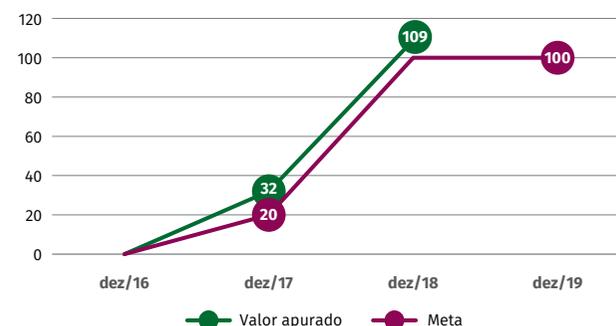
Em 2018, foram catalogados no Portal 1.821 serviços, dos quais 764 já são disponibilizados aos cidadãos.

Serviços no Portal de Serviços



A Plataforma tinha a meta de simplificar 100 serviços ou processos em 2018, superando-a em 9%. Destacaram-se a emissão do Certificado Veterinário Internacional para viagens internacionais com animais de companhia, o credenciamento de Laboratórios Agropecuários e o Passe Livre interestadual para pessoas com deficiência.

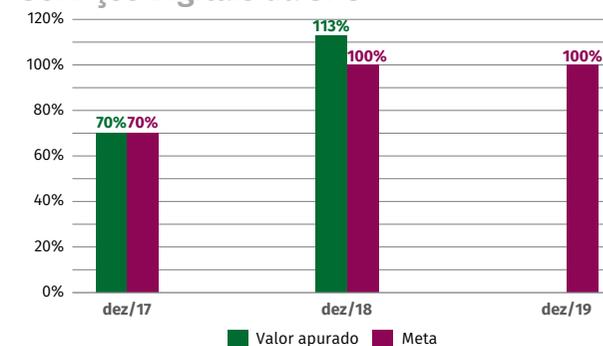
Serviços ou processos da APF redesenhados, simplificados ou melhorados



A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) utilizou o Portal de Atendimento, interligado ao Portal de Serviços, concebido para o tratamento digital das demandas externas da SPU e preparado para incorporação gradativa de novos serviços, com o intuito de disponibilizar parte de seus serviços em meio digital, com a finalidade de facilitar a vida do cidadão.

A meta a ser alcançada em 2019 foi estipulada em 31 serviços em meio digital. Esta meta foi superada já em 2018, em 13%, tendo, portanto, a SPU disponibilizado 35 serviços em meio digital.

Serviços Digitais da SPU



Até o momento, foram registrados no Portal cerca de 86 mil requerimentos eletrônicos.

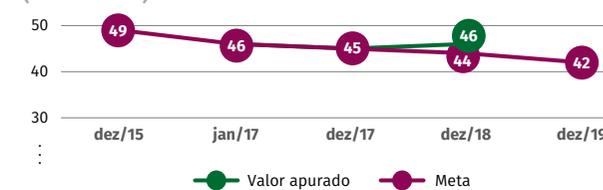
Gestão do Gasto Público

Em busca de melhoria da gestão do gasto público, o MP reduziu o tempo médio do processo licitatório.

Ao final de 2017, este índice era de 45 dias, avançando levemente em 2018 para 46 dias.

Contudo, este índice permanece melhor do que o registrado na data de referência (dezembro de 2015), que era de 49 dias.

Média de tempo do processo licitatório (em dias)



Gestão de Riscos e controle interno

A atuação do MP no presente âmbito contempla ações do seguinte escopo:

1. Programas e sistemas;
2. Métodos e Avaliações; e
3. Ações gerenciais.

1 Programas e sistemas

Programa de Integridade

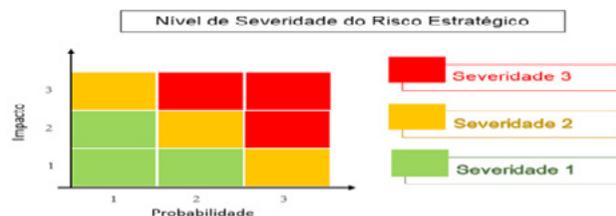
O Programa Integridade foi criado pela *Portaria n.º 150/2016*, e responsável, em 2018, pelo mapeamento de riscos dos processos considerados essenciais ao MP.

No gráfico a seguir indicamos os resultados alcançados pelo programa no âmbito das Secretarias do Ministério.

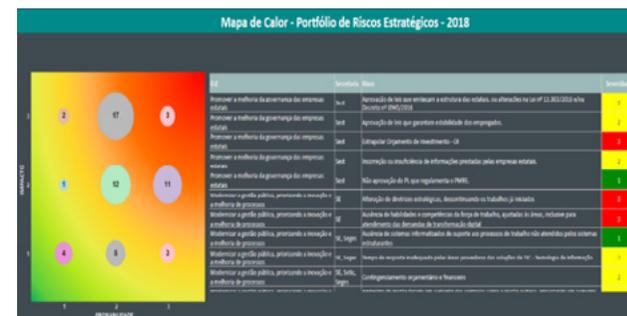
Processos Essenciais no Ágatha	Qtde
Processos Finalizados	30
Processos aguardando conclusão	20
Total	50

Gestão de Riscos Estratégicos

Utilizando metodologia diferenciada, a identificação dos riscos estratégicos aprovada pelo CGE utilizou a seguinte matriz de riscos:



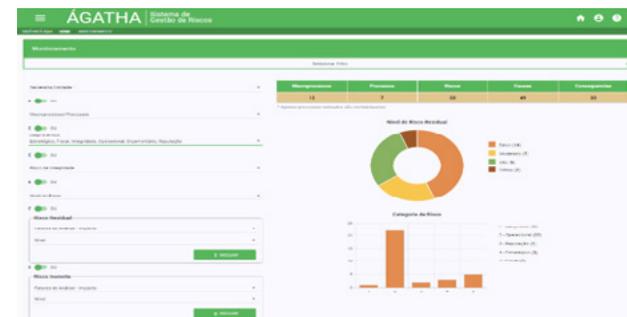
Tais riscos são apresentados no Painel do Ministro, na forma de mapa de calor, conforme apresentado a seguir:



Sistema Ágatha

Em 2018, o Sistema Agatha foi lançado, após experiência de quatro meses, com a presença dos Ministros do MP e da CGU. O software ficou então disponível e, de acordo com a informação do portal de softwares, foram realizados 3662 downloads.

O sistema possui módulo de monitoramento, que permite gerar relatórios com filtros de acordo com a necessidade. A imagem a seguir ilustra o dispositivo:



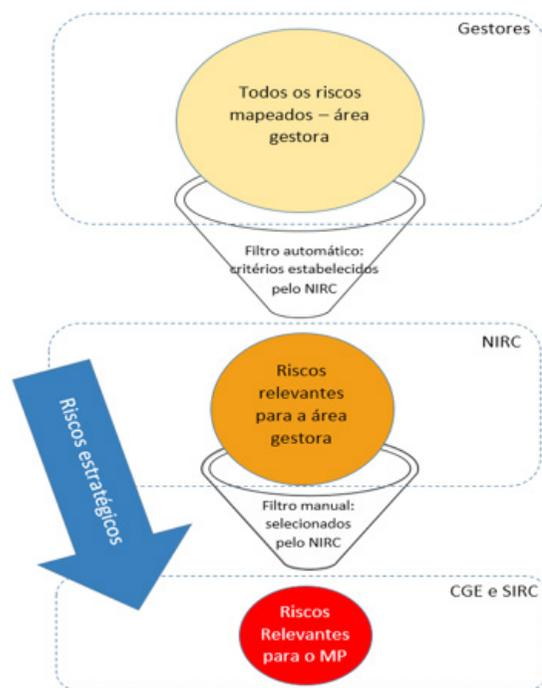
Foi criado também um painel para acompanhamento de prazos das demandas enviadas pelo TCU e o andamento da gestão de riscos nas Secretarias.

2 Métodos e Avaliações

Reporte

O reporte é um método de comunicação entre os órgãos de gestão e a instância de governança, que tem o objetivo de disponibilizar informações para que cada elo exerça suas responsabilidades.

Aprovado pelo CGE, o fluxo do reporte está apresentado a seguir:



Fonte: AECI

Filtro I

Onde são selecionados os riscos considerados relevantes, tais como os riscos estratégicos ou de integridade, e riscos inerentes com peso 5. Riscos residuais com peso 4 serão reportados se envolverem reputação, negócios ou serviços à sociedade, e orçamento; ou se forem avaliados em nível “crítico” ou “alto”.

Filtro II

O Núcleo de Integridade (NIRC) avalia cada risco selecionado no Filtro I, reportando às instâncias superiores (SIRC e CGE) os mais relevantes.

Bimestralmente, a AECI reporta ao SIRC e ao CGE, os eventos julgados críticos. Caso sejam identificados fatores que justifiquem urgência na resposta, a AECI informará de imediato.

Avaliação da Maturidade em Gestão de Riscos

Em 2018 também houve a aplicação do Questionário de Avaliação da Maturidade em Gestão de Riscos. Na avaliação realizada, verificou-se um índice de maturidade da gestão de riscos de 67%, demonstrando evolução em relação a avaliação inicial realizada em 2016, cujo índice foi de 19%.

3 Ações Gerenciais

Treinamentos

Foram realizados 18 cursos presenciais com diferentes durações, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Duração	Público
8 horas	111
12 horas	266
16 horas	195
20 horas	120
Total	692

A AECI, em parceria com a ENAP, instituiu o curso sobre a “Gestão de Riscos no Setor Público”, em formato Ensino a Distância (EAD). De acordo com informações do Portal Escola Virtual, o curso atingiu 10.931 capacitados.

Apresentações e reuniões

Segue uma listagem de interações realizadas, bem como o público atingido.

Forma de Interação	Órgãos	Público
Apresentações	28	2.769
Reuniões	17	108

Reunião	Anfitrião	Data	Temas
4ª	Serpro	01/02/2018	Política de Governança Pública - Decreto nº 9203/2017”
5ª	BCB	07/03/2018	Gestão de Riscos no Banco do Brasil
			COSO 2017 - Gerenciamento de Riscos Corporativos integrado com Estratégia e performance
6ª	MP	10/04/2018	Atuação da 2ª Linha de Defesa
7ª	CGU	17/05/2018	“Da racionalidade à honestidade!”
			Regulamentação do Decreto 9.203/2017
			Programa de Integridade da CGU
8ª	Dataprev	07/06/2018	Risco Estratégico
9ª	Eletronorte	22/08/2018	Risco Cibernético
10ª	MF	18/10/2018	Instrumentos de Monitoramento e Acompanhamento

Apoio à Governança

No âmbito do CGE, a AECI também exerceu a função de Secretaria Executiva, sendo responsável por toda a parte formal das reuniões da CGE.

O Subcomitê de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão – SIRC foi coordenado pelo Assessor de Controle Interno, e contou com representantes indicados pelos titulares de cada Secretaria.

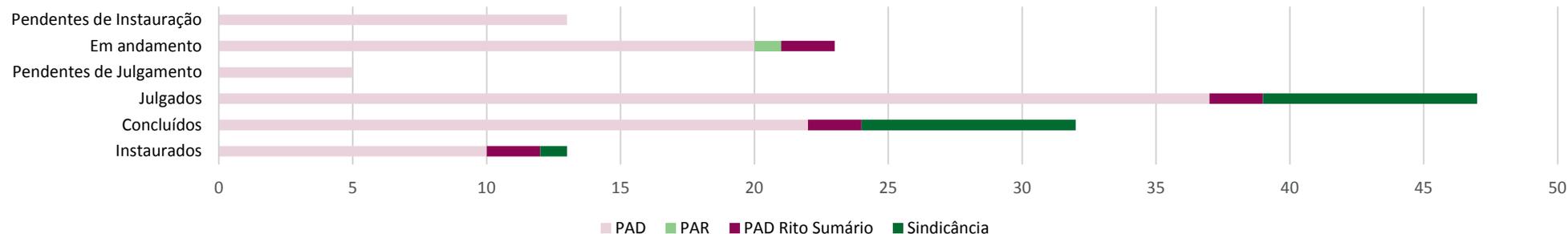
Corregedoria ●○

As atividades de correição e de apuração de ilícitos no MP passaram por grandes transformações a partir da criação da Corregedoria, por meio do *Decreto nº 7.799/2012*.

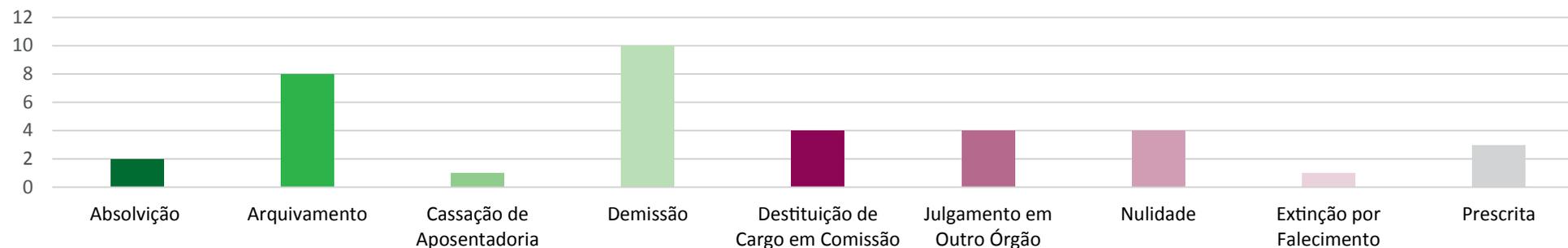
Antes, não havia referência a uma unidade específica de correição, ocasionando, ao longo dos anos, reduzidos resultados práticos.

Importante destacar que a estruturação física e de pessoal, bem como a definição das competências disciplinares, e ainda, a instrução e a análise do enorme passivo de processos herdados, não ocorreram de imediato.

Processos Administrativos



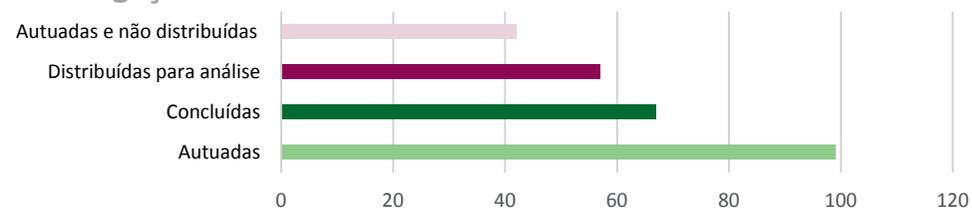
Processos Disciplinares



Fonte: Corregedoria/MP

A carência de recursos humanos restringiu bastante o andamento dos trabalhos, assunto este que foi reforçado pela Corregedoria Setorial, por meio do Relatório n.º 33/2015. A estrutura de cargos restou, ao final, definida pelo *Decreto nº 9.561/2018*, e permitiu avançar nos seguintes resultados:

Investigações Preliminares



Comitê de ética

Comissão de Ética Pública Setorial - CEPS/MP

Criada pela Portaria GM/MP nº 62/2016, estabeleceu os parâmetros de sua atuação conforme o seu Regimento Interno (Portaria GM/MP n.º 149/2016), e pelo Código de Ética do MP (Portaria GM/MP nº 382/2016).

Exames realizados

A CEPS/MP encaminhou soluções sobre 11 processos relativos a conflitos éticos.

Relacionamento com Órgãos de Controle

O MP buscou atender às recomendações do TCU e da Comissão de Ética da Presidência da República (CEP-PR).

Como resultado, foram desenvolvidas algumas ações:

- Elaboração do Plano de Trabalho para o período de 2019-2021;
- Disponibilização de sala privativa para as atividades do Comitê; e
- Estabelecimento de canais de denúncia.



Introdução ao Capítulo 2

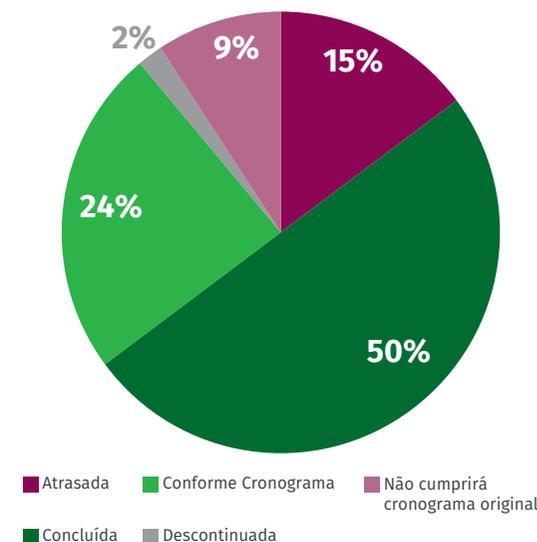
Como estão demonstrados os resultados de gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o ano de 2018? ●

Os principais resultados demonstrados a seguir constam do Planejamento Estratégico 2016-2019 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (PE/MP), que agrega um conjunto de atributos (objetivos, indicadores, iniciativas e entregas) estruturantes para a organização, capazes de orientar decisões estratégicas e promover transformações na realidade do Ministério e do cidadão.

O PE/MP é composto por 9 objetivos estratégicos, 14 indicadores estratégicos, 44 objetivos de contribuição das Unidades, 83 iniciativas estratégicas e 207 entregas estratégicas. Como as entidades vinculadas ao MP: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) possuem Relatório de Gestão próprios, os atributos relacionados a essas entidades não serão abordados neste Relatório.

Entre os 9 objetivos estratégicos que compõem o PE/MP, estão relacionados neste Relatório os resultados de 7 deles, visto que o objetivo “Fornecer Informações Estatísticas e Geocientíficas e Ampliar o Uso de Registros Administrativos” está sob responsabilidade do IBGE e deverá constar do documento daquela Fundação. Outro objetivo não relatado neste Relatório, “Contribuir para a Viabilização de Investimentos Públicos e Privados em Infraestrutura e Logística”, não apresentou, em 2018, produtos relevantes ligados à temática, tais como a promoção de mecanismos que selecionassem projetos brasileiros essenciais para a integração física regional da América Latina. Este capítulo limita-se, então, aos resultados de 7 objetivos estratégicos. A figura a seguir apresenta o panorama relativo às iniciativas estratégicas do PE/MP 2016-2019 que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos constantes no PE/MP.

Iniciativas Estratégicas
Situação em 2018



No capítulo a seguir, para cada objetivo estratégico, serão apresentados os resultados mais relevantes alcançados pelo MP, em 2018, assim como as melhorias e os benefícios gerados para a sociedade e para a própria Administração Pública Federal (APF).





Resultados da Gestão

Capítulo
02



Declaração do Secretário-Executivo, Gleison Rubin

A atuação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), no exercício de 2018, objetivou consolidar as ações em andamento e avançar em proposições à luz de sua missão institucional de “planejar e coordenar as políticas de gestão da

administração pública federal, para fortalecer as capacidades do Estado para promoção do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da entrega de resultados ao cidadão”.

Nessa perspectiva, o MP, por meio da Secretaria Executiva, orientou a execução do Planejamento Estratégico, estruturado para o período 2016-2019, e revisto em 2017, para o período 2018-2019. O documento norteia a apresentação dos resultados da gestão do MP, demonstrando as realizações em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos do Ministério.

Na **gestão do orçamento federal**, o Ministério manteve a postura firme na coordenação das ações de governo para observância das normas de execução orçamentária e, em especial, do Novo Regime Fiscal, pautando as decisões do Governo Federal pela busca do equilíbrio fiscal e transparência na gestão orçamentária e financeira. Buscando a **melhoria do gasto público**, o MP reforçou o Comitê de Monitoramento e Revisão de Políticas Públicas (CMAP), visando revisão de benefícios, com cancelamento de concessões irregulares, permitindo economia ao erário ou disponibilização da oportunidade a cidadãos que aguardavam na fila.

No âmbito do **planejamento governamental**, o MP manteve, na agenda de governo, a preocupação com o planejamento de longo prazo. A entrega da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes) propicia condições para avanços na capacidade de planejamento do governo federal. A elaboração da Endes decorreu de recomendação do Comitê Interministerial de Governança (CIG).

No âmbito da **melhoria da gestão**, ao Ministério do Planejamento competia a discussão de estruturas e modelos organizacionais, o gerenciamento de pessoas e carreiras, a promoção de atividades de logística e infraestrutura de serviços públicos, os modelos de contratação pública e a gestão do patrimônio da União. O MP executou ações destinadas à **reforma administrativa**, consolidando a redução de 11 ministérios e 4.184 Cargos, Funções e Gratificações, o que gerou economia de R\$ 193 milhões/ano com despesas orçamentárias, além da substituição de 9.259 cargos DAS por Funções Comissionadas (FCPE), permitindo a redução real das despesas de custeio administrativo.

Também foram consolidadas em 2018 as **ações de centralização de atividades de gestão**, envolvendo a modernização dos sistemas e processos de contratações públicas, compras e serviços, com ganhos de eficiência transparência e accountability. Neste campo destacam-se a os avanços na criação da Central de Compras e do Centro de Serviços Compartilhados, com reduções significativas de despesas na compra de passagens aéreas (compra direta), telefonia móvel e fixa (unificação de serviços), serviços de transporte terrestre (TáxiGov), materiais de consumo (Almoxarifado Virtual)

O ano de 2018 representou ainda um avanço significativo na consolidação da agenda de **Governo Digital** no âmbito federal. A transformação digital de serviços públicos, com a simplificação e ampliação de oferta de serviços por canais digitais obteve resultados concretos como, por exemplo, a redução do custo de utilização do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF 100% digital) em 76%, gerando economia de R\$ 65 milhões/ano, com o fechamento de 1.855 unidades cadastradoras e racionalização do uso da força de trabalho.



No **âmbito das estatais**, continuou-se a elaboração de estudos de várias empresas e segmentos contemplando o diagnóstico da situação econômico-financeira; sobreamento de atividades com outros entes; comparativo em relação ao modelo de negócio, com empresas e segmentos nacionais ou internacionais e, dentre outros, identificação de possibilidades de reestruturação (abertura de capital, busca de parcerias estratégicas, desinvestimento, privatização, incorporação, fusão, cisão, liquidação, concessão).

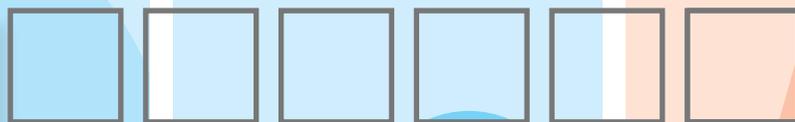
Para o enfrentamento do desafio de melhoria da qualidade da **gestão do patrimônio público federal**, o MP buscou implementar ações estruturantes voltadas para a modernização da gestão, a racionalização do uso dos imóveis da APF e ações de destinação dos imóveis voltadas para regularização fundiária e provisão habitacional.

Este Relatório de Gestão apresenta à sociedade e aos órgãos de controle os principais atos de gestão empreendidos pelos dirigentes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão durante o ano de 2018, os quais foram orientados pela missão institucional do MP e em atendimento aos princípios administrativos inscritos na Constituição federal.



Gleisson Cardoso Rubin
**Secretário Executivo do Ministério do Planejamento
Desenvolvimento e Gestão**





Promover a Melhoria da Governança das Empresas Estatais

As empresas estatais federais apresentam diferentes formas de organização, gestão e políticas de pessoal e atingem resultados distintos, tanto operacionais, quanto relativos às políticas públicas em que se inserem. Essas diferenças dificultam o acompanhamento de suas gestões e identificação de pontos de melhoria.

Torna-se estratégico fazer com que as estatais atuem de forma coordenada, buscando maior uniformidade de governança, estrutura e políticas, que sejam orientadas por representantes dos acionistas e atuem de acordo com as melhores práticas de governança identificadas.



Coordenar o fortalecimento da governança das estatais



O papel do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão é agir estrategicamente aprimorando a governança das estatais para que essas atuem em busca do aumento da transparência e melhoria do desempenho econômico-financeiro e da prestação de serviços à sociedade.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Aprimoramento da governança nas empresas estatais.

No processo de avaliação da governança, avançou-se nos segundo e terceiro ciclos de avaliação do Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG Sest), o que demonstrou o empenho das empresas em promover melhorias e a adequação dos seus Estatutos Sociais à *Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016*. Foram revisados 31 estatutos e realizadas alterações pontuais em outros 17, com objetivo de melhorar as regras de governança corporativa e aumentar a eficiência na condução dos negócios dessas empresas.

Foi promovido curso de formação de conselheiros de administração de representantes da União, beneficiando 278 inscitos. O evento demonstrou ser um método efetivo para o público-alvo.



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/publicacoes>



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/publicacoes>

As atividades de governança contribuíram para maior transparência das informações, beneficiando acionistas, investidores, mercado em geral e sociedade. Contribuiu também, para o desenvolvimento econômico sustentável, proporcionando melhorias no desempenho das empresas, além de maior acesso a fontes externas de capital. Possibilitou maior credibilidade, levando os investidores a pagarem um preço mais elevado pelas ações das empresas que adotam as boas práticas de governança, atraindo investidores privados, interessados em rendimentos advindos de recursos naturais ou de projetos ligados ao Estado.

2 Promoção da melhoria da política de pessoal das estatais

O modelo de patrocínio de previdência complementar foi aperfeiçoado, com a participação de 36 empresas estatais federais patrocinadoras. No âmbito da Comissão Interministerial de Governança e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), que tem por finalidade tratar de matérias relacionadas com a governança corporativa nas empresas estatais federais, foram publicados os seguintes atos:

- (i) Resolução nº 25/2018, que estabelece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais quanto ao patrocínio de planos de benefícios de previdência complementar;
- (ii) Resolução nº 23/2018, que estabelece diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados; e
- (iii) Resolução nº 22/2018, que estabelece diretrizes e parâmetros mínimos de governança para as empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade autogestão.

O patrocínio de planos de benefícios de previdência complementar é um importante instrumento de gestão de pessoas adotado por diversas empresas, com vistas ao aumento da produtividade, à motivação dos empregados, à atração de talentos e ao desenvolvimento do País. Além disso, por se tratar de poupança de longo prazo, é utilizada, entre outras coisas, para investimentos em infraestrutura.

O estabelecimento de diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais quanto ao patrocínio de planos de benefícios de previdência complementar amplia a previsibilidade dos custos assumidos pelas empresas e mitiga os riscos atuariais e econômico-financeiros decorrentes do patrocínio.

Desafios e Entraves

Os principais desafios no tocante a este objetivo são: melhorar a gestão das empresas estatais, de forma que sejam capazes de financiar seus investimentos com recursos próprios, sem necessidade de aportes da União, assim como aprimorar o desempenho operacional das empresas estatais federais, possibilitando a distribuição de dividendos para a União. Como possível entrave, a não adoção das medidas previstas, como a aprovação do *Projeto de Lei nº 9.215/20*, referente ao Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial (PRME) pode determinar a necessidade de aportes de recursos do Tesouro Nacional para as empresas.



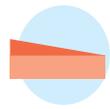
Pilar 2



Aperfeiçoar o Planejamento e a Avaliação das Políticas Públicas

A economia brasileira precisa combater o desequilíbrio das contas públicas causado pelo elevado grau de rigidez orçamentária, pelo desalinhamento dos preços relativos e pela instabilidade das contas externas. A retomada do crescimento depende da condução consistente da política macroeconômica pelo Governo, em especial, no que tange ao resgate da credibilidade na gestão fiscal e na implementação dos ajustes necessários à sustentabilidade das contas públicas. É urgente a implementação de ações que viabilizem a melhoria das políticas públicas, especialmente em relação ao gasto público e, neste sentido, as avaliações de políticas públicas são um importante instrumento.





O Ministério do Planejamento busca fortalecer e aperfeiçoar o planejamento governamental por meio da melhoria da gestão, dos processos e da participação social que contribuam para a elaboração de um Plano Plurianual (PPA 2020-2023) mais estratégico e direcionado para resultados.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Elaboração do Plano Plurianual – PPA 2020-2023

A Constituição federal estabelece em seu art. 174 que o planejamento é função do Estado e objetiva o desenvolvimento nacional equilibrado, incorporando os planos nacionais e regionais. Visando atender esse dispositivo constitucional, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 9.163/2017, que “dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. Destaca-se, no PL, a definição dos instrumentos que devem compor o planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, apresentando o encadeamento lógico dos instrumentos que compõem o planejamento nacional, sendo a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes) a balizadora para os planos nacionais, setoriais, regionais e para o PPA, que, por sua vez, deverá orientar as leis orçamentárias anuais.

Ressalta-se que não se trata de uma relação de hierarquia entre os instrumentos, mas destes estarem em consonância e de atuarem, de forma sinérgica, indicando o caminho que o país deve seguir.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos

Propõe-se para o PPA 2020-2023 que a Endes seja a dimensão estratégica do Plano. Assim, em 2018, o MP realizou estudos e consulta pública para elaboração desta Estratégia, cobrindo um período de 12 anos (2020 a 2031).

Com a primeira versão da Endes pronta, desenvolveu-se proposta metodológica do PPA 2020-2023 e se aprovada sem alterações pelo Governo, o conteúdo do PPA decorrerá do desdobramento dos elementos estratégicos contidos na Estratégia Nacional a partir do direcionamento e das escolhas do Governo, buscando maior efetividade das ações planejadas e maior entrega dos compromissos pactuados.

Desafios e Entraves

A articulação dos planos nacionais, setoriais e regionais com a Estratégia e com o Plano Plurianual, na busca de consonância entre estes instrumentos, ainda é um desafio a ser perseguido. Além deste desafio, o atraso na validação da metodologia proposta para o PPA 2020-2023 depende de avaliação tempestiva sobre a metodologia do Plano por parte do novo Governo. O risco de atraso é ainda aprofundado quando considerada a necessidade de alinhamento da metodologia com atores internos e atores externos.

Pilar 3

Consolidar a Reorganização Administrativa, com Ênfase na Desburocratização e na Transparência

O uso de dados abertos está em estágio inicial no Brasil e é fator primordial na promoção da transparência à sociedade. Para tanto, pretende-se fortalecer o marco legal, disseminar a política e interligar o portal de dados abertos com informações do governo federal, de estados e municípios. Identificam-se oportunidades para melhorias no atendimento aos cidadãos, que possibilitariam a redução no tempo de resposta às solicitações, por meio da melhoria em processos e adoção de tecnologia.





Refere-se ao desenvolvimento de atividades que promovam a publicação proativa de informações públicas.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Regulamentação da transparência no MP

Foi publicada a *Portaria Normativa MP nº 11, de 18 de outubro de 2018*, que estabelece os procedimentos de atividades de ouvidoria e de acesso à informação no âmbito do Ministério. A Ouvidoria tem como principais atribuições o atendimento e gestão das demandas encaminhadas pelo cidadão, simplificação de serviços públicos e acesso à informação e gestão das ações de transparência do órgão.

Foi construído o Plano de Dados Abertos (PDA) do MP, documento orientador para as ações de implementação e promoção da abertura de dados, como determina o *Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016*.

Desafios e Entraves

A partir da instituição do PDA no MP, é um desafio a conscientização da importância da abertura dos dados públicos por todas as unidades que compõem o Ministério.

Com relação ao atendimento de demandas do SIC, a expectativa é atender aos pleitos tempestivamente. Possíveis entraves podem advir da manutenção e atualização insuficientes do sistema do MP, tornando necessário o constante monitoramento da plataforma por técnicos da área de TI do Ministério.

2 Aprimoramento do Sistema de Demandas do Serviço de Informações ao Cidadão (SDSIC) e do Business Intelligence (BI) do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

A construção de um novo sistema informatizado de atendimento de demandas do Serviço de Informações ao Cidadão, no âmbito do MP, possibilitou a desburocratização dos atendimentos de demandas do cidadão, dentro dos prazos estabelecidos na Lei de Acesso à Informação (LAI). Em 2018 foram realizados 3.368 pedidos de acesso à informação com base na Lei nº 12.527/2011, via Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do MP. Estes foram respondidos no prazo médio de 10 dias. Dois dos 10 assuntos mais procurados responderam sozinhos por mais de 50% desses pedidos - patrimônio da União (34%) e gestão de pessoas (19%). O terceiro assunto mais requisitado foi relativo aos concursos públicos (10%). No geral, 100% dos pedidos recebidos em 2018 foram devidamente respondidos dentro do prazo legal.





Visa promover, coordenar e executar ações e projetos relacionados à expansão da prestação de serviços públicos digitais no Poder Executivo Federal, gerando valor para a sociedade por meio de serviços digitais com maior transparência, proximidade e segurança.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Implantação da plataforma de integração e cruzamento de bases de dados do Governo Federal (GovData)

A *Plataforma de Análise de Dados do Governo Federal (GovData)* oferece aos gestores públicos, ferramentas para cruzamento e análise de dados com vistas à racionalização dos recursos e ao aperfeiçoamento na implementação de políticas públicas. A Plataforma está no ar desde abril de 2018 e hoje conta com 22 das principais bases de dados da APF, entre elas, as de servidores públicos, fornecedores do governo, sistema de compras governamentais, sistemas de convênios e da estrutura regimental de órgãos.

Com o cruzamento das principais bases de dados oficiais, é possível avaliar a eficiência e a efetividade da política pública. Como exemplo, por meio do cruzamento e análise de dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC), foi possível identificar 168 mil beneficiários falecidos ou com renda superior ao requisito de elegibilidade do programa, representando economia de R\$ 1,2 bilhão anuais.



2 Disponibilização da plataforma de interoperabilidade de sistemas e dados do Governo Federal (ConectaGov)

Outra iniciativa é o *Serviço Centralizado de Processo Eletrônico (ConectaGov)*, plataforma de interoperabilidade que permite conexão e troca de informações em tempo real entre sistemas de diferentes órgãos. Com a integração entre os sistemas, o cidadão não precisará se deslocar entre órgãos para apresentar comprovantes necessários à prestação de um serviço público. Um exemplo de uso é a integração do sistema de emissão de passaporte com os sistemas de quitação eleitoral (TSE) e de situação militar (Ministério da Defesa). Com a agregação entre os sistemas, os cidadãos não precisam mais apresentar o título de eleitor, os comprovantes de votação e o certificado de reservistas para emitirem seus passaportes.

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (<https://govdata.gov.br/>)

3 Implantação de plataforma única de serviços públicos digitais (Plataforma de Cidadania Digital)

A *Plataforma de Cidadania Digital* é um canal do governo federal que centraliza o acesso e a oferta de serviços públicos digitais aos cidadãos brasileiros. Fazem parte da Plataforma mais de 1,8 mil serviços públicos, dos quais mais de 42% são totalmente digitais, sem a necessidade de atendimento presencial. Foi disponibilizado à sociedade o acesso a mais 64 serviços públicos totalmente digitais, além de mais de 100 serviços públicos utilizando a mesma conta digital de acesso. Também foi facilitado o acesso aos serviços públicos disponíveis, por meio da carta de serviços dos órgãos da APF no Portal de Serviços. Em 2018, a iniciativa apresentou as seguintes realizações: i) Conclusão do censo de Serviços na APF; ii) Nova versão do Portal de Serviços; iii) Disponibilização da Ferramenta de Avaliação de Serviços; iv) Revisão e transformação digital de 64 novos serviços; e v) Integração da Plataforma de Autenticação (Brasil Cidadão) a 85 novos serviços.

Brasil Eficiente
Cidadania Digital

Plataforma | Serviços.gov.br | Transformação de Serviços | Censo de Serviços Públicos | Pesquisa - Gestão da Qualidade | Representantes nos Órgãos | Informe-se | Legislação

VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > PLATAFORMA

BRASIL EFICIENTE

PLATAFORMA DE CIDADANIA DIGITAL
Mais fácil, mais moderno e mais transparente.

PLATAFORMA DE CIDADANIA DIGITAL

O que é?

O que oferece

A Plataforma de Cidadania Digital é um conjunto de metodologias e soluções para apoiar os órgãos públicos na aceleração da transformação digital de serviços, em cumprimento ao disposto no Decreto 8.936/2016 (que instituiu a Plataforma de Cidadania Digital).

Portal de Serviços (www.servicos.gov.br) centraliza as informações e o acesso aos serviços do Governo Federal.

Login único para o usuário.

4 Implantação de plataforma de serviço de autenticação única do cidadão para interação e consumo de serviços governamentais (Login Único)

A plataforma de serviço de autenticação única do cidadão é um mecanismo de acesso digital do usuário aos serviços públicos. A solução garante a identificação única de cada cidadão que acessa os serviços digitais do Governo Federal, reduzindo problemas, por exemplo, a existência de diversos logins para cada sistema. O Login Único também favorece a economicidade de gastos, pois dispensa a necessidade de cada órgão criar seu próprio instrumento de acesso. Os principais resultados alcançados em 2018 foram: i) Login pessoa física (PF) e pessoa jurídica (PJ); ii) autenticação com certificado digital PJ e PF; iii) emissão de selo E-CNPJ; iv) emissão de selo Receita Federal; v) emissão de selo servidor público federal; e vi) emissão de selo certificado digital A3 - PF e Emissão de selo biometria da digital.

5 Implantação da Plataforma de Cadastro Básico do Cidadão (Predic)

Ainda no aspecto de identificação inteligente do cidadão, o Cadastro Base do Cidadão (CBC), antiga Predic, é uma base de dados centralizadora que contera os principais atributos identificadores do cidadão. O CBC simplificará o atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, por meio da dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País, eliminando formalidades e exigências de comprovação de identidade. A unificação do cadastro base permitirá que o cidadão atualize seus dados uma única vez, desonerando-o de manter atualizados todos os seus cadastros nos diversos órgãos de governo.

Atualmente, a instituição do Cadastro Base do Cidadão depende da atualização do Decreto que versa sobre o compartilhamento de bases de dados na administração pública federal.

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (<https://www.servicos.gov.br/>)

Desafios e Entraves

O aprimoramento de um modelo de avaliação para serviços públicos federais e a geração de rankings de desempenho, além da continuidade das atividades de articulação com os órgãos federais para a eliminação de exigência de documentos para a prestação de serviços públicos são desafios a serem superados.

Possíveis entraves referentes à falta de estrutura legal e de governança para o compartilhamento de bases de dados relevantes entre os órgãos podem ser mitigados pela atualização do Decreto 8.789/2016, que dispõe sobre o compartilhamento de dados na Administração Pública Federal.



Pilar 4

Modernizar a Gestão Pública, Priorizando a Inovação e a Melhoria dos Processos

A Administração Pública vem passando por processos de reformas para se ajustar às transformações econômicas, políticas e sociais. Para atender às novas demandas impostas, o governo tem se voltado ao estímulo de práticas inovadoras aplicadas à melhoria da gestão, da prestação de serviços e da interação com a sociedade.

Para fomentar a inovação na gestão pública, é necessária a melhoria dos processos, tornando-os mais eficientes, melhorando assim o atendimento ao público. Busca-se, consoante ao contexto do ajuste fiscal, a redução das despesas relativas a esse quesito, ao mesmo tempo em que se reorganiza a estrutura na busca de melhorar a eficiência e a gestão da máquina pública.





A revisão das estruturas dos Ministérios terá como foco o alinhamento às melhores práticas de desempenho organizacional, com o objetivo de racionalizar recursos, aumentar a eficiência e dar agilidade aos serviços prestados. Serão formuladas propostas de diagnóstico das estruturas existentes, com adequação de cargos e melhor qualificação das competências, de forma a reduzir sobreposições entre áreas de atuação das unidades.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Reforma Administrativa

Entre 2017 e 2018, foi realizado um amplo estudo sobre os cargos em comissão, funções de confiança, gratificações do Poder Executivo federal, que identificou a existência de 40 tipologias distintas, cada qual com legislação e remuneração próprias. Com base nesse estudo, foram feitas propostas de extinção de funções e gratificações e de modernização da legislação. A proposta está em análise no Ministério da Economia e deve resultar na elaboração de novo projeto que incorpore a temática da modernização da legislação das funções e gratificações.

A ação possibilitará economia aos cofres públicos com redução de cargos em comissão, funções de confiança e gratificações e maior transparência na medida em que são reduzidos os quantitativos de tipologias existentes no Poder Executivo federal.

2 Implantação da Função Comissionada do Poder Executivo – FCPE

O MP atuou em três frentes de trabalho. A primeira foi a alteração do *Decreto 6944, de 21 de agosto de 2009*, para flexibilizar a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança de níveis mais baixos, no âmbito do quadro demonstrativo de cargos em comissão e funções de confiança dos decretos das estruturas regimentais e nos estatutos dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

A segunda frente, em análise no Ministério da Economia, foi a regulamentação do art. 5º da *Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016*, para estabelecer critérios técnicos mínimos para ocupação de DAS e FCPE, no âmbito do Poder Executivo federal.

A terceira foi a edição do novo Manual de Estruturas Organizacionais do Poder Executivo federal, publicado em junho de 2018. O Manual, disponível no portal do Ministério do Planejamento traz atualizações resultantes de mudanças na legislação.

Essas três formas de atuação auxiliaram na simplificação de procedimentos, transparência na revisão de estruturas regimentais ou estatutos e profissionalização dos ocupantes de DAS e de FCPE do Poder Executivo federal. Além disso, a edição do novo Manual contribuirá para a melhoria da qualidade técnica das propostas de estruturas regimentais e estatutos, que regem o funcionamento dos órgãos do Poder Executivo federal.



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/manual-de-estruturas>

Desafios e Entraves

Como desafio, ressalta-se a retomada da proposta referente à extinção de cargos, funções e gratificações, modernização da legislação das funções e gratificações, com a elaboração das propostas de reorganização de competências e de estruturas de Ministérios, órgãos da Presidência da República e administração indireta do Poder Executivo Federal.

Um possível entrave para os anos seguintes envolve as incertezas quanto a aprovação dos projetos de Lei e Decreto elaborados em 2018, os quais contribuirão para a profissionalização da ocupação de cargos e funções; racionalização das tipologias existentes e dos recursos destinados a cargos em comissão, funções de confiança e gratificações com quantitativo limitado; e desburocratização dos processos de revisão das estruturas regimentais e estatutos. A não priorização dos pleitos pelo Governo pode se apresentar como entrave à aprovação dos mesmos.



Trata da estruturação e fortalecimento da Rede do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) por meio da construção de uma plataforma tecnológica que melhore a gestão das transferências da União.

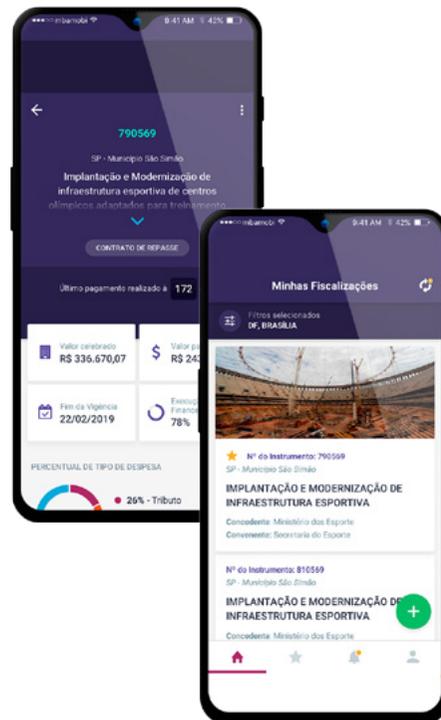
Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Aperfeiçoamento da Gestão de Convênios

Foram lançados três aplicativos nas lojas PlayStore e AppleStore:

- A. Fiscalização de Obras: permite ter informações atualizadas para acompanhamento em tempo real;
- B. Siconv Cidadão: para acompanhar e auxiliar o governo a identificar e corrigir desvios e pontos de atenção na execução de políticas públicas na sua cidade; e
- C. Siconv Conveniente: fornece informações precisas aos gestores locais.

Telas do APP Siconv Fiscalização



Fonte: Secretaria de Gestão

Também foram desenvolvidos três painéis:

- A. **Painel de Obras:** com vistas a promover transparência e *accountability* sobre valores investidos e utilizados nas obras;
- B. **Painel Gerencial Organizações da Sociedade Civil (OSC):** disponibiliza informações das transferências voluntárias da União de forma intuitiva; e
- C. **Painel Gerencial Parlamentar:** disponibiliza informações para monitorar o desempenho dos entes na perspectiva parlamentar.

Foi também realizada a integração dos sistemas Siconv e Comprasnet para o recebimento de informações pertinentes às compras eletrônicas, promovendo maior rastreabilidade dos processos licitatórios e maior qualificação do processo decisório de gestores municipais, estaduais, federais e de órgãos de controle. Essa iniciativa auxilia na simplificação, racionalidade, redução do custo operacional, qualificação da decisão da gestão, maior controle social, transparência, desburocratização, rastreabilidade, efetividade nas políticas públicas e resgate da confiança no serviço público.



Desafios e Entraves

Como próximos passos para este objetivo, é possível listar a continuidade na internalização de outros tipos de transferências na plataforma digital, como:

- A.** Convênios de Pesquisa, Tecnologia e Inovação;
- B.** Fundo Penitenciário Nacional (Funpen);
- C.** Instrumentos da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE); e
- D.** Termo de Compromisso Cultural (TCC).

Ainda se tem como desafio a transformação da plataforma Siconv para a “Plataforma + BRASIL!”, ferramenta única e de âmbito nacional das transferências Voluntárias, que permitirá o acompanhamento da execução das políticas públicas em todos os municípios do País.

Eventuais entraves podem surgir, como diminuição na priorização dos painéis e não utilização dos aplicativos pelos usuários, podendo ser mitigados com medidas de monitoramento do cronograma de execução e de downloads dos aplicativos, respectivamente.



Pilar 5

Aprimorar a Gestão do Gasto Público, com Foco na Qualidade

Para o equilíbrio das contas públicas, a produção de projeções fiscais confiáveis é indispensável para o exercício da responsabilidade fiscal e elaboração do orçamento público transparente. Quanto aos recursos orçamentários em Tecnologia da Informação, a dependência em relação ao principal fornecedor foi reduzida nos últimos anos. No gasto público com pessoal, é necessária a adequação nos critérios utilizados para definição de amostras de lançamento na folha de pagamento. Ainda contribui para o aprimoramento do gasto público a estruturação e implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), proporcionando integração dos processos de trabalho, com redução de custos.





Visa desenvolver iniciativas, procedimentos e normativos que contribuam para o aperfeiçoamento do processo orçamentário.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Desenvolvimento de Mecanismos que promovam a integridade e qualidade das projeções fiscais

O MP mantém constante desenvolvimento de mecanismos que promovem a integridade e qualidade das projeções fiscais, que se dividem quanto às despesas e quanto à receita pública.

O MP iniciou em 2017 estudo relativo à despesa de Abono Salarial, concluído em março de 2018. O principal desafio para a projeção do Abono Salarial era contemplar a mudança de regra no cálculo do benefício, trazida pela *Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015*. Antes, o trabalhador recebia invariavelmente o valor de um salário mínimo. Hoje, o abono é pago na proporção de um doze avos do valor do salário mínimo vigente, multiplicado pelo número de meses trabalhados no ano-base.

Foi feito trabalho de tratamento da base e de identificação de potenciais beneficiários do abono salarial com base nas regras de acesso do benefício. Depois de identificados, os beneficiários potenciais foram agrupados de acordo com o número de meses trabalhados, usando a linguagem de programação livre “R” e dados governamentais (Relação Anual de Informações e Salários/RAIS).

Em relação à despesa do Seguro Desemprego, foi iniciado, em agosto de 2018, estudo com o propósito de descrever o comportamento, investigar o mecanismo gerador e fazer previsões das séries do seguro-desemprego. Atualmente, são produzidas estimativas baseadas nos parâmetros de salário mínimo, quantidade de segurados e número de cheques emitidos, por exemplo. Alternativamente, também se realizam estimativas por meio das

informações contidas na RAIS e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), relativas ao mercado de trabalho.

Promoveram-se análises para as despesas com folhas de pagamentos de todos os órgãos e Poderes da União, de forma a aperfeiçoar as bases de projeção e possibilitar estimativas mais precisas de impactos de eventuais propostas de reajustes.

No que diz respeito à receita pública, a adoção do modelo utilizado até 2017 prejudicava a qualidade das estimativas relativas à Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSS), pois as projeções apresentavam viés forte de alta e produziam constantes frustrações de receita, o que dificultava a posterior gestão da execução orçamentária das fontes de CPSS (156 e 169).

Ao projetar um mês específico, o modelo anterior considerava apenas a arrecadação obtida no exercício encerrado. Ocorre que essa arrecadação era realizada sob vigência de um patamar diferente de remunerações, dado que várias categorias têm aumento no início do ano. Em que pese essa remuneração pretérita ser ajustada pelo parâmetro fornecido pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE), qualquer erro nesse parâmetro contaminava a fidedignidade de toda a projeção. Sugeriu-se realizar as reestimativas com base nos valores do ano corrente. Um aumento obtido por uma categoria profissional em março, por exemplo, seria incorporado na segunda avaliação bimestral e nas seguintes. Assim, uma característica positiva deste método seria sua convergência ao valor correto ao longo de cada avaliação bimestral.

Em referência à receita do salário-educação devido pelas empresas, ele é calculado com base na alíquota de 2,5% sobre o total de remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, conforme disposto no art. 15 da *Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996*. Nota-se que a massa nominal com carteira no setor privado é uma boa *proxy* da base tributária do salário-educação. Contudo, com intuito de aperfeiçoar a projeção dessa receita, propôs-se alterar a premissa original de que a elasticidade-parâmetro da arrecadação seria unitária. Para testar o modelo, incorporou-se a elasticidade obtida no “Modelo Geral I” dentro do próprio Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Em seguida, as projeções de 2017 e 2018 foram refeitas e os erros computados.

Ao final, constatou-se que os desvios se tornariam menores e o viés de alta deixaria de existir com o uso do novo modelo.

Embora, não seja percebido imediatamente pela sociedade, o equilíbrio das contas públicas é um benefício essencial para a criação de um ambiente macroeconômico propício ao crescimento da economia. A elaboração de projeções confiáveis de receita e despesa garante, sempre que preciso, a utilização dos instrumentos legais necessários ao alcance dos resultados fiscais pretendidos pela administração pública.

A implementação das melhorias nas análises permitiu reduzir os erros na estimativa das receitas mencionadas, auxiliando o governo a identificar o espaço fiscal disponível diante das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Além do mais, as reestimativas formam a base para o planejamento de gasto dos órgãos setoriais, inclusive para as eventuais aberturas de créditos adicionais. Melhores projeções também facilitam o planejamento do gasto público pelos órgãos responsáveis por operar o orçamento.

2 Incorporação da Avaliação das Políticas Públicas no processo orçamentário

Foi iniciada, em novembro de 2018, a realização de mais seis avaliações de políticas públicas, com prazo de entrega previsto para o final de março de 2019. Além disso, o MP, com o objetivo prioritário de colher subsídios resultantes das avaliações que contribuam para aprimorar a alocação de recursos no orçamento, participa de fóruns de avaliação que reúnem outras unidades do Governo Federal, com destaque para o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (Cmap).

A realização de avaliações de políticas públicas tem elevado o aprendizado de servidores e dirigentes acerca das políticas públicas que

acompanham, as quais estão refletidas nas ações orçamentárias. O aprendizado eleva o patamar de discussão no processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamento Anual (PLOA), quando órgão central e órgãos setoriais discutem a alocação dos recursos, contribuindo para que estes sejam direcionados para as políticas que apresentem o maior retorno para a sociedade (melhor relação custo-efetividade). Por meio das avaliações, pode-se constatar resultados das políticas públicas em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, que contribuem para orientar a tomada de decisão na alocação de recursos no orçamento.

3 Promoção de acesso aos dados orçamentários

Em 2018, desenvolveu-se a versão web e interativa do Orçamento Cidadão, com lançamento previsto para 2019, com dados da execução orçamentária em linguagem simplificada do Orçamento Federal voltada ao cidadão comum, leigo nos aspectos técnicos do orçamento. O benefício é o aumento da transparência da Administração Pública para o cidadão, no que se refere à gestão do Orçamento Federal.

4 Elaboração de Metodologia de Acompanhamento de Projetos

O MP, objetivando atender a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) relacionada ao desenvolvimento de um cadastro de obras, instituiu, por meio da *Portaria nº 862, de 3 de outubro de 2017*, o Grupo de Trabalho com representantes do Ministério e participação de outros órgãos da Administração Federal executores de obras. A proposta foi concluída e será referência para a implantação de solução tecnológica que visa possibilitar o acompanhamento da execução orçamentária, financeira e física de todas as obras custeadas com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social pelo governo.

A execução da iniciativa possibilitará maior eficiência da ação estatal, uma vez que a implementação do cadastro de obras/projetos proporcionará o acompanhamento mais efetivo da execução orçamentária, financeira e física dos projetos executados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, a tomada de decisão mais acurada por parte das autoridades no processo de alocação de recursos e a adoção tempestiva de providências com vistas a garantir adequado nível de execução e entrega de projetos.

Desafios e Entraves

Um dos desafios é avançar com os trabalhos do Cmap para promover melhorias na utilização dos recursos públicos. Ainda que haja resistência dos órgãos setoriais em participar da avaliação, o problema pode ser atenuado pela articulação da Alta Administração do MP com esses órgãos, enfatizando os ganhos de se ter uma avaliação das políticas e programas.



Visa implementar processo de aquisição e gestão de bens e serviços administrativos de uso comum de forma centralizada, proporcionando redução de custos.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Elaboração de Regras de Proteção aos Prestadores de Serviços Terceirizados

A iniciativa de proteção aos prestadores de serviços terceirizados começou com a edição da Portaria MP nº 409, de 21 de dezembro de 2016, que dispôs sobre a obrigatoriedade de prever garantias contratuais aos trabalhadores alocados na execução indireta de serviços na Administração Pública federal direta, autárquica, fundacional e empresas estatais federais controladas pela União.

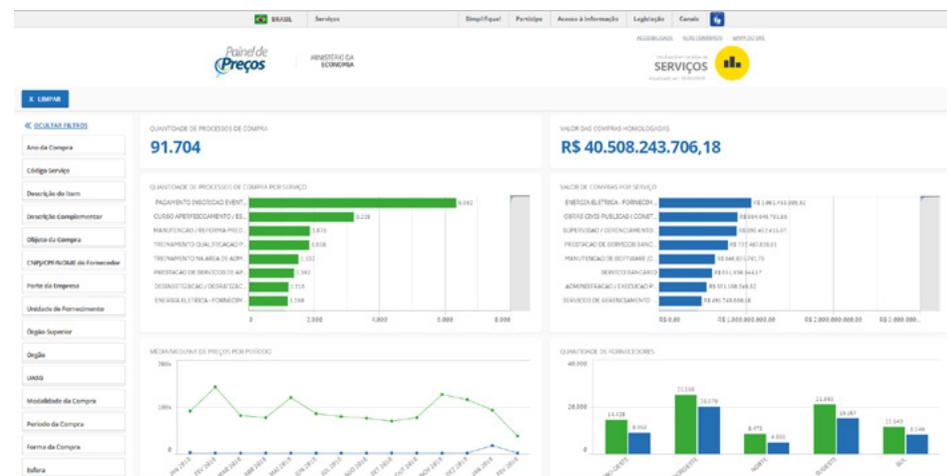
Buscando o aperfeiçoamento dos procedimentos para contratação de serviços terceirizados, foi edi-

tado o *Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018*, prevendo cláusulas obrigatórias a serem inseridas nos instrumentos convocatórios e editais, para resguardar a Administração e os empregados dos efeitos danosos do inadimplemento da contratada no que se refere às obrigações previdenciárias e trabalhistas.

Ainda foi editada a *Instrução Normativa nº 6, de 6 de julho de 2018*, para alcançar os contratos referentes à execução indireta de obras públicas.

2 Implementação de Banco de Preços de Referência

O *Painel de Preços* recebeu, ao longo de 2018, algumas evoluções na ferramenta para melhorar a performance e atender novas necessidades dos usuários, resultando na entrega do Banco de Preços de Referência. Entre os benefícios alcançados estão a melhoria da atuação; o detalhamento dos relatórios que, porventura, aperfeiçoou as análises de preços feitas pelos usuários; e a redução de contratos firmados pelos órgãos



Fonte: Secretaria de Gestão
<http://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>

3 Implantação de Centro de Serviços Compartilhados (CSC)

A iniciativa teve início a partir da definição de estratégia de aquisição e contratação do “Projeto Frota”, que deu origem ao serviço *TáxiGov*. O modelo de Centro de Serviços Compartilhados teve sua implantação efetivada por meio do primeiro objeto contratado pela Central de Compras de forma centralizada, o *TáxiGov*, cuja operação foi iniciada em fevereiro de 2017. A consolidação do modelo de Centro de Serviços Compartilhados acompanhou a implementação do serviço *TáxiGov* em órgãos da Administração Federal Direta localizados no Distrito Federal entre fevereiro de 2017 e maio de 2018. Os trabalhos de gestão da mudança para o novo modelo de serviço envolveram planos de comunicação e capacitação dos órgãos atendidos.



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
<http://www.planejamento.gov.br/taxigov/taxigov2>

Em outubro de 2018, foi iniciada a implantação do segundo serviço ofertado nos moldes de um Centro de Serviços Compartilhados, o serviço *Almoxarifado Virtual*, indicando a maturidade do modelo. Trata-se de novo modelo de suprimento de materiais de consumo administrativo para atender as unidades da Administração Direta no DF.



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
<http://www.planejamento.gov.br/portal-de-suprimentos-almoxarifado-virtual/capa>

Dentre os demais resultados da iniciativa, podem ser citados: modelagem de processos de trabalho relacionados à transferência de recursos orçamentários e financeiros para pagamento centralizado; fiscalização de contratos centralizados; implementação do modelo *TáxiGov* e do serviço *Almoxarifado Virtual* nos órgãos da administração direta localizados no DF.

Entre os benefícios alcançados, destacaram-se: desoneração parcial de serviços de atividade meio (fiscalização de contratos e pagamentos) em todos os órgãos atendidos; padronização de procedimentos relacionados aos serviços centralizados; interlocução única com os fornecedores destes serviços; centralização de informações de operação do serviço em órgãos da administração federal; formação de expertise na gestão da mudança, com desenvolvimento de planos de implementação em parceria com os órgãos atendidos.

4 Padronização de Contratação de Serviços

Com a publicação do *Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018*, e da *Portaria MP nº 443, de 27 de dezembro de 2018*, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, estima-se provável avanço no processo de terceirização. Ao mesmo tempo em que se passa a admitir a realização de contratos de execução indireta, de caráter acessório, para o apoio às atividades de planejamento, coordenação, supervisão, análise de processos, vedando-se a transferência ao contratado de responsabilidade pela realização de atos administrativos ou pela tomada de decisão, não descaracterizando a atividade típica de Estado.

Considerando um possível aumento das atividades terceirizáveis e as dificuldades enfrentadas pelos

gestores públicos na composição de preços quando da contratação desses serviços, tendo em vista a alta complexidade das contratações, além da aplicação da legislação previdenciária e trabalhista, propõe-se a padronização de contratação e gestão dos serviços terceirizáveis.

A implantação dessa iniciativa tem por objetivo a obtenção da melhor relação custo-benefício nas contratações a partir da apresentação de limites e correções, padronização de especificações técnicas, metodologia para formação do preço de referência, conformidade legal, servindo como instrumento referencial para a APF em todas as unidades da federação, além de promover o conhecimento de novas modalidades ofertadas pelo mercado.

Desafios e Entraves

Prováveis dificuldades podem ser dimensionadas, como a não disponibilização de solução tecnológica para atendimento do Painel de Preços, que dará origem ao Portal Nacional de Preços, e dos serviços do TáxiGov. Contudo, o problema pode ser atenuado pelo monitoramento de prazo de customização de sistema previsto em contrato.



Objetiva aperfeiçoar as ferramentas e metodologias de análise de projetos, bem como os procedimentos de acompanhamento da execução dos projetos financiados com recursos externos.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Procedimentos para melhoria da análise de projetos públicos com recursos externos

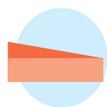
A partir de 2016, foi iniciada uma série de estudos para promover melhorias no processo de aprovação e contratação de operações de crédito externo, no sentido de prover os instrumentos regulatórios com linguagem compatível à Lei de Responsabilidade Fiscal e providenciar procedimentos simplificados de submissão desses pleitos de financiamento.

Para melhoria do processo, foi necessária a atualização e modificação da legislação concernente à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX). Foram publicadas as seguintes normas da Comissão:

- A. Resolução nº 1, de 18/1/2018, que dispõe sobre o Regimento Interno da COFIEEX;
- B. Resolução nº 2, de 18/1/2018, que dispõe sobre o Regimento Interno do Grupo Técnico da COFIEEX; e
- C. Resolução nº 3, de 28/1/2018, que dispõe sobre os critérios para análise e avaliação de pleitos de financiamentos externos.

Desafios e Entraves

Planeja-se a atualização do Decreto da COFIEEX com a nova estrutura regimental, assim como os Regimentos da Comissão, tendo em vista a nova estrutura do Ministério da Economia. Dessa forma, o atraso na revisão do Decreto pode trazer prejuízos à definição de critérios de análise técnica e financeira dos projetos e à tramitação dos processos no governo federal.



Objetiva coordenar e articular a implantação de medidas para a melhoria da eficiência operacional e social das empresas estatais federais.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Reestruturação das empresas encaminhadas

Foram elaborados estudos de reestruturação das empresas, com os seguintes resultados:

- Inserção da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg) no Programa Nacional de Desestatização (PND);
- Reajuste das tarifas da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e do Metrô de Porto Alegre (TRENSURB), contribuindo para a sustentabilidade das empresas;
- Acompanhamento do processo de liquidação da Companhia Docas do Estado do Maranhão (Codomar);
- Desenvolvimento de proposta na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para transformação em Serviço Social Autônomo, que aguarda definição do novo governo;
- Acompanhamento da proposta de extinção da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, com apoio do ministério setorial; e
- Expansão do objeto social da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), possibilitando ampliar os serviços prestados.

Mediante a implantação dessa iniciativa foi possível também a realização de estudos que resultaram em propostas de reestruturação para as seguintes empresas:

- Codomar e Casemg - Proposta de liquidação;
- Correios - Proposta para garantir a sustentabilidade;
- CBTU e Trensurb - Reajuste Tarifário;
- EPE - Proposta para transformação em Serviço Social Autônomo;
- Emgea - Ampliação do escopo de atuação; e
- Valec - Proposta de extinção.

Desafios e Entraves

A aprovação do PL 9.215/2017 no Congresso Nacional, que dispõe sobre o Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial (PRME), e a implementação das propostas de reestruturação das empresas ainda está em tramitação. A não adoção das medidas previstas, como a aprovação do PL 9.215/2017, pode determinar a necessidade de aportes de recursos do Tesouro Nacional para as empresas.



Objetiva coordenar e articular a implantação de medidas que visam à desestatização de empresas que não fazem sentido continuar como estatais federais.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Reestruturação das empresas encaminhadas

Em 2018, o número de empresas estatais foi reduzido de 146 para 134, destacando-se, nesse período:

- Alienação das distribuidoras da Eletrobrás: Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Companhia Energética do Piauí (Cepisa), Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Boa Vista Energia (BV Energia/Roraima) e Amazonas Distribuidora (AmE); das Sociedades de Propósito Específico da Eletrobrás no segmento de geração eólica e transmissão; e da Petroquímica Suape/CITEPE (empresas da Petrobras atuantes no segmento químico-têxtil); e
- Início da liquidação da Codomar e da Casemg.

A edição do *Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018*, trouxe maior agilidade e eficiência ao processo. Quanto ao aspecto econômico-financeiro, o MP analisou um total de 49 empresas, assim como realizou estudos prévios de *valuation* (estimativa de valor da empresa) em nove empresas estatais e desenvolveu estudos de modelagem societária relacionados à desestatização das distribuidoras da Eletrobrás e à Infraero.

Com relação aos benefícios gerados com as desestatizações e desinvestimentos realizados, podem ser citados:

- Alienação das distribuidoras: melhoria do resultado da Eletrobrás, uma vez que a operação das distribuidoras era deficitária (perdas consolidadas de R\$ 12,43 bilhões nos últimos três anos);

- Desobrigação da Eletrobrás em realizar os investimentos no novo ciclo de concessão das distribuidoras; a alternativa à alienação seria a liquidação das empresas, o que geraria um custo para a Eletrobrás de aproximadamente R\$ 22,8 bilhões (data-base 31/03/2018);
- Simplificação da estrutura societária e de gestão da Eletrobrás, com foco nos segmentos de geração e transmissão;
- Alienação das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) nos segmentos de geração eólica e transmissão, gerando economia de R\$ 1,3 bilhão para o caixa da Eletrobrás;
- Alienação da Petroquímica Suape/Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), com economia de US\$ 375 milhões para o caixa da Petrobras; e
- Liquidação da Codomar e Casemg: a Codomar acumulou prejuízo total de R\$ 64 milhões nos últimos quatro exercícios e, a Casemg, prejuízo operacional de R\$ 18,7 milhões nos últimos quatro exercícios, sendo financiada pela alienação de imóveis no período (R\$ 19,7 milhões).

Complementarmente, a ferramenta Panorama lançada no portal do MP, confere a possibilidade de acesso da sociedade a dados atualizados e organizados, facilitando o acompanhamento da atuação das empresas estatais.



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/publicacoes>

Podem-se citar diversos benefícios gerados para a sociedade decorrentes das desestatizações, a saber:

1. Permitir que a Administração Pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado é fundamental;
2. Permitir a retomada dos investimentos nas empresas e atividades transferidas à iniciativa privada, dada a baixa capacidade de investimento do Estado;
3. Possibilidade de ganho de capital com as alienações, quando houver ágio entre o valor de venda e o valor presente líquido das estatais; e
4. Possibilidade de melhoria do perfil e redução da dívida pública.

Desafios e Entraves

O principal desafio é a aprovação de Decreto, em tramitação no governo federal, que dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União. A não aprovação do ato pode trazer prejuízos à agilidade dos processos, impedindo a redução nos gastos com as liquidações.

Pilar 6

Construir um Novo Modelo de Gestão de Pessoas Adequado aos Desafios da Administração Pública Federal

Identificou-se, na Administração Pública, a ausência de uma política integrada de gestão de pessoas que confira alinhamento ao conjunto de práticas isoladas experimentadas pelas organizações públicas de forma autônoma e não padronizada. Nesse cenário, idealizam-se diretrizes que colaborem para um novo modelo de gestão de pessoas, como o sistema de gestão por competências; a flexibilização de estruturas organizacionais que favoreçam a introdução de práticas inovadoras em gestão de pessoas e contribuam para a profissionalização dos quadros da Administração e disseminação de metodologia de dimensionamento da força de trabalho.





O objetivo é executado por meio do dimensionamento quantitativo e qualitativo da força de trabalho para que as necessidades da APF sejam atendidas e os custos sejam condizentes com o mercado.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Desenvolvimento de metodologia de dimensionamento de pessoal

Deu-se continuidade ao processo de customização de modelos matemáticos e estatísticos para o dimensionamento da força de trabalho da APF, abrangendo a tipificação de serviços administrativos, atividades de docência, atividades técnicas de laboratório e processos de auditoria, dentre outros. Com a realização de customizações em seis órgãos federais, o Projeto consiste no desenvolvimento de um modelo referencial de dimensionamento da força de trabalho, promovendo as seguintes melhorias:

1. Determinação do quantitativo ideal de pessoas para realizar entregas ou tarefas;
2. Desenvolvimento de ferramenta computacional para a realização de dimensionamento de pessoal nos órgãos da APF; e
3. Padronização da metodologia de dimensionamento utilizada pelos órgãos da APF.

Desafios e Entraves

O principal desafio é a realização de um diagnóstico relativo ao quantitativo ideal de servidores e à distribuição dos recursos disponíveis que possa subsidiar o planejamento e as tomadas de decisões, com vistas à alocação racional de recursos humanos. O possível entrave é a não adoção de uma estratégia para dimensionamento de pessoal, gerando aumento de gastos, decorrente da alocação ineficiente da força de trabalho.

Elevar a motivação e a produtividade dos servidores ○ ●



Visa promover o aumento da produtividade e a motivação dos servidores por meio do desenvolvimento e promoção da qualidade de vida do servidor, bem como pela racionalização e modernização das carreiras e dos cargos da Administração Pública Federal.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Avaliação e aprimoramento das competências e do desempenho

As entregas relativas ao aperfeiçoamento das competências e do desempenho foram: desenho da política de gestão de desempenho; minuta do Projeto de Lei Complementar para regulamentar o Art. 41 da CF (desligamento por baixo desempenho); elaboração parcial do Decreto de Avaliação de Desempenho; conclusão de pilotos no Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe) do módulo de Avaliação de Desempenho em quatro órgãos federais. A iniciativa estabelece um modelo de gestão de desempenho dos servidores baseada em dois pilares, visando atender e melhorar continuamente os serviços prestados aos cidadãos e à sociedade:

- Entrega de resultados efetivos (metas individuais atreladas as metas institucionais do órgão/entidade)
- Comportamento observável em acordo com o esperado dentro da Administração Pública Federal, possibilitando:
 - Acompanhamento do ciclo da gestão do desempenho por completo;
 - Benefício aos próprios servidores, pois terão clareza quanto ao seu desempenho, desafios e pontos a desenvolver;
 - Ganhos gerais de produtividade e melhoria do clima organizacional; e
 - Unificação das diversas avaliações de desempenho existentes atualmente.

2 Qualificação das informações relacionadas ao desenvolvimento de servidores

Contribuíram para essa iniciativa a conclusão das seguintes ações:

1. Disponibilização do aplicativo Sigepe módulo Banco de Talentos;
2. Especificação e desenvolvimento do Sigepe módulo Banco de Talentos, versão web; e
3. Publicação de *Instrução Normativa SGP nº 4, de 28 de dezembro de 2018*, disciplinando o uso do Sigepe módulo Banco de Talentos na APF e determinando o uso dessa ferramenta nas seleções públicas de pessoal para o preenchimento de oportunidades nos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec).



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

A implementação da iniciativa trouxe os seguintes benefícios:

- Efetiva otimização de recursos, considerando a oferta de uma solução unificada de gestão de talentos que pode ser utilizada por todos os órgãos e entidades do Sipec;
- Com a publicação da Instrução Normativa SGP nº 4, de 2018, a administração pública contará, em 2019, com otimização de processos de recrutamento e seleção de pessoal; e
- As unidades de gestão de pessoas e aquelas gestoras de carreiras poderão utilizar as informações registradas no Banco de Talentos para recrutar pessoas com base em critérios, identificar talentos para atuações específicas e prover ações de desenvolvimento.

Desafios e Entraves

Manutenção da força de trabalho ativa, motivada e produtiva é um desafio contínuo, evidenciado pelas expectativas da sociedade por produtividade e qualidade nas entregas dos serviços públicos. Além disso, é necessária a implantação integral do aplicativo de banco de talentos para subsidiar os processos de seleção, com o objetivo de conhecer o perfil profissional dos talentos existentes na APF. A não implementação do banco de talentos gerará dificuldades de identificar profissionais motivados, com conhecimentos e habilidades quando da necessidade de seleção pelos órgãos do Sipec.



Pilar 7

Implantar um Novo Modelo de Gestão do Patrimônio da União, com Ênfase na Economicidade

O governo federal tem o desafio de reformular a gestão do patrimônio da União, enfrentando problemas estruturais como o reordenamento do arcabouço legal; o estabelecimento de um sistema estruturador da gestão do patrimônio; o aperfeiçoamento do modelo de governança; e o aperfeiçoamento dos sistemas corporativos de registro e informação. Serão necessários: a implantação de um sistema unificado, em bases georreferenciadas, contemplando a qualificação/certificação e ampliação do cadastro imobiliário público; o aprimoramento dos serviços de atendimento virtual ao cidadão, ao tempo que se amplie a divulgação e a transparência dos dados sobre a gestão do patrimônio público.





O objetivo é qualificar a base de dados existente e sistematizar o padrão de entrada e manutenção das informações do cadastro. Integrar as informações dos sistemas legados, implantando uma nova base de dados no novo sistema SPUNet.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Implantação do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUNet)

Está em desenvolvimento no Ministério do Planejamento, por meio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUNet), projeto que prevê a unificação das quatro bases cadastrais de imóveis existentes, com a implantação de novo sistema computacional fundamentado em um banco de dados geoespaciais, permitindo assim uma gestão mais eficiente e eficaz do patrimônio, com utilização de inteligência geográfica.

O sistema prevê uma construção em módulos de funcionalidades para atender aos diversos processos da SPU: gestão de acessos, incorporação, destinação, contabilidade, avaliação, receitas, fiscalização, geoinformação, acervo histórico, gerencial e o Portal de Atendimento. Quanto ao estágio de implementação, encontram-se em produção os módulos de Gestão de Acessos, Receitas, Geoinformação, Acervo Histórico e Atendimento.

Os principais benefícios esperados do Sistema Integrado são: qualificar a base de conhecimento sobre os imóveis públicos federais; ampliar a capacidade de controle e gestão dos imóveis da União; racionalizar e desburocratizar os processos de gestão patrimonial; ampliar a transparência do acervo patrimonial e dos atos de gestão praticados pelo governo federal.

O módulo de receitas permitiu a renegociação de aproximadamente R\$ 60 milhões de reais em 2018, com arrecadação de aproximadamente R\$ 15 milhões. Para ampliar essa capacidade de negociação, foi disponibilizado o módulo de parcelamento como um serviço do portal de atendimento, o qual possibilitou que o cidadão conseguisse parcelar as suas dívidas no conforto de sua casa.

O módulo de geoinformação, dentre outras funcionalidades, responsável por catalogar dados e metadados geoespaciais internos e externos da Secretaria, possibilitando a catalogação de aproximadamente 15.000 metadados de produtos cartográficos da SPU que antes não eram visíveis.

O SPUNet é o principal projeto em desenvolvimento no âmbito do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União, co-financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com custo total de US\$ 14 milhões, sendo US\$ 7 milhões de recursos de empréstimo e US\$ 7 milhões de contrapartida. O Programa se encerra em 31/12/2019 e já executou cerca de 70% da meta física prevista.



2 Depuração da Base de dados

Foram firmadas parcerias com entes para a qualificação e tratamento de dados de endereços, ampliando a qualidade dos dados, incorporando outras dimensões de variáveis, como dados de pessoas, localização espacial e outros.

O grupo de trabalho “Qualifica Info”, além de planejar, vem acompanhando as ações para correção das diversas tipologias de erros diagnosticados, que se desdobraram em 22 planos de correção. Tais planos encontram-se com cerca de 70% de

sua execução concluída. Este conjunto de ferramentas permitirá a SPU disponibilizar maior nível de confiabilidade de dados sobre os imóveis da União, seus ocupantes e dos dados relacionados à destinação destes bens, incluídos os dados de arrecadação vinculados, trazendo mais transparência à sociedade. Este avanço representa melhoria de qualidade na gestão de seus ativos imobiliários, em diversas dimensões, tais como no aperfeiçoamento da contabilização do valor patrimonial destes bens.

Desafios e Entraves

Um desafio é a necessidade de permanente acompanhamento e adequação do cronograma de implantação do SPUNet em nova plataforma tecnológica. A não implantação do Sistema ou o não alcance da performance necessária pode comprometer o monitoramento de projetos. Ademais, o monitoramento das ações de depuração da base de dados, redução de inconsistências cadastrais e avaliação da precisão espacial das informações geo-referenciadas são atividades essenciais para o alcance contínuo nos resultados deste objetivo.



O objetivo é racionalizar a gestão do patrimônio imobiliário público federal, promovendo o aperfeiçoamento do modelo de governança vigente.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário Público Federal

Está sendo elaborada uma proposta de um sistema estruturador de gestão do patrimônio público federal - normatizando as competências dos atores envolvidos na administração do patrimônio imobiliário da União nos moldes dos demais sistemas estruturantes da APF. A etapa de estudos preliminares permitiu a elaboração de minuta de ato normativo necessário.

O sistema estruturador definirá as competências do Ministério da Economia como órgão regulador e fiscalizador de um modelo de organização sistêmica das atividades de gestão patrimonial no âmbito federal, contemplando a participação e o compartilhamento de responsabilidades com as demais instituições co-gestoras do patrimônio e o compartilhamento de uma base única de informações. Estas atividades estão

alinhadas ao esforço do governo federal de desburocratizar a prestação de serviços, tendo como objetivos e resultados esperados a redução do tempo de resposta às demandas de interesse público, a economia de recursos humanos e financeiros, o aumento da transparência dos atos de gestão patrimonial, a redução dos custos de transação e a simplificação dos procedimentos de incorporação e destinação de imóveis da União.

Desafios e Entraves

É necessária a aprovação dos atos normativos para a implementação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União junto ao governo atual. A implantação de sistema estruturante exigirá uma discussão do atual governo para que se defina a melhor condução da administração do patrimônio da União.

Eventual entrave está relacionado à insuficiência de quadro de pessoal especializado das áreas de TI para a sustentação do novo sistema. O problema pode ser mitigado por meio do monitoramento da execução do projeto e da situação da força de trabalho.





O objetivo é ampliar o acesso aos serviços e informações da SPU em meio virtual, democratizando a relação com a sociedade e propiciando a equidade no atendimento.

Principais Resultados, Inovações e Melhorias Implementadas

1 Implantação de Estratégia de Relacionamento com a Sociedade, com foco no atendimento virtual

Com o advento do *Portal de Atendimento*, em outubro de 2016, ocorreram melhorias na qualidade dos serviços prestados ao cidadão, desburocratização dos processos e aumento da satisfação dos usuários. Esta iniciativa se justificou pela existência de volume significativo de atendimentos presenciais nas Superintendências nos Estados; baixa capacidade de gerenciamento dos serviços prestados; e falta de padronização no atendimento. Como os postos de atendimento localizam-se exclusivamente nas sedes da SPU nos estados, o cidadão necessitava se deslocar até a capital ou sede da Secretaria para formalização de suas demandas.

O Portal já recebeu 86 mil requerimentos e já tem um portfólio de 35 serviços eletrônicos, disponibilizados também no Portal de Serviços do governo federal. Por meio do Portal,

o cidadão passa a ter a possibilidade de acompanhar pela Internet as fases de tramitação de sua demanda.

O Portal ficou aderente a todas as políticas do governo federal, notadamente ao Brasil Cidadão, e se tornou referência e exemplo para todos os órgãos do governo. Tal iniciativa possibilitou, no ano de 2018, que a SPU recebesse importante prêmio por ser o órgão com a melhor nota de avaliação de seus serviços pelo cidadão.

Dos 35 tipos de serviços disponíveis no Portal, a automatização de 20 desses serviços proporcionou economia de cerca de R\$ 16 milhões por ano para os cofres públicos e de R\$ 11 milhões para os cidadãos usuários dos serviços, o que representa, respectivamente, redução de cerca de 30% nos custos do órgão e de 60% nos custos para o cidadão. O cálculo deste impacto é baseado na metodologia de

aferição dos custos da burocracia, ofertada aos órgãos que passam pelo processo de transformação.

Portal do Atendimento

86 mil requerimentos eletrônicos

35 serviços eletrônicos

20 serviços automatizados

Redução de custos para o Governo Federal e o cidadão

A ferramenta permitirá: aumentar a satisfação dos usuários com serviços prestados, a capacidade operacional e gerencial na prestação de serviços; reduzir as despesas operacionais; melhorar a imagem institucional; aumentar a transparência dos atos de gestão patrimonial, entre outros.

Desafios e Entraves

Eventual entrave está relacionado à insuficiência de quadro de pessoal especializado das áreas de TI para a sustentação do novo sistema.



Conformidade e eficiência da gestão

Capítulo
03



Declaração da Subsecretária, Maria Bittencourt

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) integrou a estrutura da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conforme dispõe o Decreto nº 9.232, de 7 de dezembro de 2017. Suas competências regimentais encontravam-se regidas pela Portaria GM/MP nº 11, de 31 de janeiro de 2018.

Entre suas competências, a SPO atuou na execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de organização e inovação institucional e de gestão de documentos de arquivo.

Coordenou a elaboração e monitorou a execução do Planejamento Estratégico, bem como promoveu iniciativas de melhoria de seus processos e conduziu a avaliação de desempenho institucional do Ministério.

No tocante ao Planejamento Estratégico (PE/MP 2016-2019), a SPO contribuiu com o aprimoramento da gestão da informação e estruturação do Escritório de Processos. Em 2018, a Subsecretaria digitalizou os Boletins de Pessoal e Serviços; os documentos do Arquivo Central e de pessoal; implementou o Protocolo Eletrônico; e criou uma metodologia para aprimoramento das cadeias de valor das Unidades do MP.

Embora sua atuação não abrangesse diretamente a execução de políticas públicas, a SPO proporcionou o suporte operacional à gestão das unidades e das entidades vinculadas ao Ministério, em sua área de competência.

No campo do orçamento, a LOA 2018 autorizou, aos órgãos da administração direta do MP, dotação orçamentaria de R\$ 31,5 bilhões. Houve suplementação de dotação na ordem de R\$ 0,5 bilhão, fixando como montante final o valor de R\$ 32 bilhões.

O gerenciamento do orçamento ocorreu de forma descentralizada nas entidades vinculadas e esses órgãos exerceram seu poder decisório para a condução de suas ações, inclusive na aplicação dos recursos recebidos.

As informações orçamentário-financeiras deste tópico encontram-se fundamentadas em dados extraídos dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública e foram atestadas nas declarações de conformidade.

Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão da SPO atenderam aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.



Maria Fernanda Nogueira Bittencourt
Subsecretária de Planejamento e Orçamento



Declaração do Subsecretário, Walmir Gomes

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) integrou a estrutura da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conforme dispõe o Decreto nº 9.232, de 7 de dezembro de 2017. Suas competências regimentais encontravam-se regidas pela Portaria GM/MP nº 11, de 31 de janeiro de 2018.

À SAA compete:

- A.** Planejar, coordenar, supervisionar e executar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas ao Sisg e ao Sipec;
- B.** Promover a articulação com o órgão central dos sistemas federais de que trata o item a; e
- C.** Informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas.

No âmbito do objetivo estratégico de modernização da gestão pública, com a priorização da inovação e da melhoria de processos, destaque-se ações destinadas ao estímulo ao desenvolvimento profissional dos servidores, o aprimoramento dos sistemas de gestão, a padronização da infraestrutura física e de serviços, a padronização dos processos de trabalho, a promoção constante da transparência da gestão, a criação e agregação de valor aos serviços prestados e elevação da satisfação dos clientes internos e público-alvo.

No tocante ao Planejamento Estratégico (PE/MP 2016-2019), a SAA contribuiu para o alcance do objetivo estratégico “modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e a melhoria dos processos”, com a implementação de painéis de gestão para acompanhamento dos processos inerentes à sua área de atuação e de outros sistemas informatizados, cujo objetivo primordial consiste na otimização da eficiência do gasto público.

Entre os desafios enfrentados pela SAA, destaca-se a restrição orçamentária. A Subsecretaria realizou a revisão dos contratos administrativos, suprimindo aquisições e prestações de serviços para a adequação ao contingenciamento e firmou parcerias com entidades e empresas privadas, objetivando a capacitação e o desenvolvimento profissional de seus servidores.

As informações do presente documento encontram-se fundamentadas em dados extraídos dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública e foram atestadas nas declarações de conformidade de gestores responsáveis dos órgãos vinculados à conta deste Relatório de Gestão.

Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão da SAA atenderam aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.



Walmir Gomes
Subsecretário de Assuntos Administrativos

A Lei Orçamentária Anual de 2018 – LOA/2018 autorizou, aos órgãos da administração direta do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, dotação orçamentária de R\$ 31,5 bilhões. No decorrer do exercício houve suplementação de dotação na ordem de R\$ 0,5 bilhão, fixando como montante final o valor de R\$ 32,0 bilhões.

Os dados analisados excluíram os valores relativos às entidades vinculadas ao MP que apresentam relatório de gestão individualmente e abordam a execução orçamentária e financeira, bem como os valores recebidos de outros Ministérios e da reserva de contingência. O Relatório também não contemplou a execução dos Órgãos Colegiados ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Execução Orçamentária e Financeira ●○

A execução do orçamento ocorreu de forma descentralizada, visto que as Secretarias do MP têm relativa autonomia para gestão da dotação a elas consignadas.

Do total autorizado foram empenhados R\$ 27,6 bilhões, liquidados R\$ 26,5 bilhões e pagos R\$ 26 bilhões, equivalente a 81% do aprovado no orçamento.

Do montante pago, R\$ 16,7 bilhões foi direcionado ao pagamento de sentença judicial. Para o pagamento da folha de pessoal foram desembolsados R\$ 6,7 bilhões, incluindo o pagamento dos extintos territórios (Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, Extinto Estado Guanabara), os auxílios (transporte, alimentação, assistência médica, pré-escolar e auxílio funeral) e anistiado político.

Em 2018, o pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) totalizou R\$ 0,5 bilhão, o que elevou a execução financeira total do exercício ao montante de R\$ 26,6 bilhões.

DOTAÇÃO INICIAL
R\$ 31,5 bilhões

+

SUPLEMENTAÇÃO
R\$ 0,5 bilhão

=

DOTAÇÃO FINAL
R\$ 32 bilhões

Alocação Orçamentária – Finalidade dos recursos ○ ●

A LOA/2018 fixou dotação para o atendimento de Despesas com Operações Especiais no montante de R\$ 23,3 bilhões e R\$ 8,7 bilhões para despesas relacionadas à manutenção, atividades meio e finalísticas do Ministério.

Despesas com Operações Especiais (Programa de Governo 0901, 0903, 0909, 0910 e 0913)

As despesas com Operações Especiais correspondem ao pagamento de sentença judicial transitado em julgado, ressarcimentos, indenizações e inversões financeiras; gestão da participação em organismos internacionais e integralização de cotas em Organismos Financeiros Internacionais.

Inversões Financeiras: Devido à participação em Fundo de Apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessão de Parceria Público-Privadas e nos Organismos Financeiros Internacionais, os gastos com integralização de cotas aumentaram, em relação ao ano de 2017. O mesmo aconteceu com o pagamento de sentenças judiciais transitado em julgado.

Despesas Correntes: Houve acréscimo nas indenizações por precatório incluído na lei orçamentária e também no pagamento de perícias técnicas da justiça, devido a revisão de aposentadoria por invalidez realizada pelo governo federal. O desembolso com Contribuição à Organismos Nacionais e Internacionais também ampliou em relação a 2017.

Pessoal e Encargos: Houve redução no gasto com obrigações patronais, ativo e inativo civil; todos a título de precatório.

R\$ milhões

Despesa	2018					2017					Variação R\$ (k)=d-i	Variação % (l)=d/i
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago (e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago (j)		
Inversões Financeira	795,52	795,39	732,50	732,50	44,55	534,54	526,30	410,21	410,21		322,29	178,57%
Despesas Correntes	13.821,87	13.319,13	12.606,07	12.594,24	308,32	10.296,94	10.053,76	9.758,77	9.758,77	112,51	2.835,47	129,05%
Pessoal e Encargos	8.729,75	5.793,88	5.669,96	5.637,77	2,39	20.311,66	6.386,36	6.685,14	6.385,14	3,11	-747,37	88,29%
Total	23.347,14	19.908,40	19.008,53	18.964,51	355,26	31.143,14	16.966,42	16.554,12	16.554,12	115,62	2.410,39	114,56%

Despesas de Manutenção do Ministério do Planejamento (Programa de Governo 2038, 2125 e 0089)

Inclui gastos com pessoal, benefícios (transporte, alimentação, assistência médica, pré-escolar e funeral), ajuda de custo, além das despesas de pessoal e encargos sociais. Despesas de custeio necessárias à prestação de serviço e à manutenção organizacional, investimentos em obras, instalações e aquisição de material permanente.

Investimentos: A maior parte da ampliação da despesa em relação a 2017 refere-se ao desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal – SIGEPE que tem por objetivo substituir gradativamente os sistemas da família Siape (Siape, SiapeCad SiapeNet e Extrator). Na contratação de serviços de terceiros houve significativa ampliação para a adequação e reforma das instalações prediais do Ministério.

Custeio: Em 2018 os pagamentos de custeio a conta da dotação originária da LOA totalizaram R\$ 264,3 milhões, com redução de 41% em relação a 2017. Apesar da redução ocorreu aumento na despesa com serviços de tecnologia da informação, fundamentais para o funcionamento das atividades estratégicas e de manutenção do MP. Também ocorreu ampliação no gasto com auxílio financeiro a pesquisadores, decorrente de Termo de Execução Descentralizada. A redução no pagamento de indenizações e restituições contribuíram para a redução total da despesa

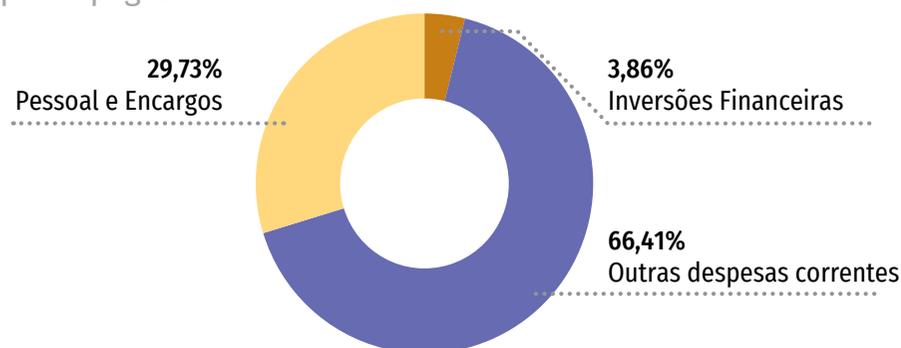
Pessoal: a redução do gasto com pessoal ocorreu em decorrência da aposentadoria de servidores do Ministério e devido a cassação da liminar que concedia, aos servidores do Extinto Estado da Guanabara, vantagem pecuniária especial.

R\$ milhões

Despesa	2018					2017					Variação R\$ (k)=d-i	Variação % (l)=d/i
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago (e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago (j)		
Investimentos	51,72	37,95	11,85	11,44	17,23	41,91	21,39	3,67	3,67	16,21	7,77	311,71%
Custeio	755,84	649,60	449,13	429,61	129,28	730,48	645,27	443,84	443,74	81,00	-14,13	96,82%
Pessoal e Encargos	7.882,39	7.061,08	7.042,77	6.561,21	60,35	7.120,24	6.868,67	6.797,64	6.796,61	121,52	-235,40	96,53%
Total	8.689,95	7.748,63	7.503,75	7.002,26	206,86	7.892,63	7.535,33	7.245,15	7.244,02	218,73	-241,76	96,66%

Valores pagos - Operações Especiais

Execução por Grupo e Elemento de Despesa
Despesas pagas



Pessoal e Encargos (RS milhões)

Elementos de despesa	Valores Pagos
03. Pensões do RPPS e do Militar	362,26
91. Sentenças Judiciais	5.224,90
Demais elementos do grupo	50,61
TOTAL	5.637,77

Custeio (RS milhões)

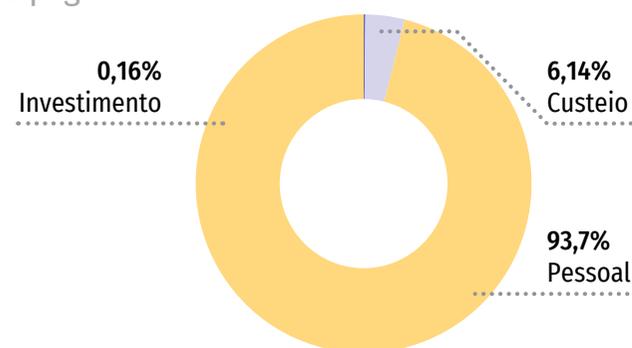
Elementos de despesa	Valores Pagos
41. Contribuições	977,47
59. Pensões Especiais	155,44
91. Sentenças Judiciais	11.267,83
Demais elementos	193,50
TOTAL	12.594,24

Inversão Financeira (RS milhões)

Elementos de despesa	Valores Pagos
84. Participação em fundos, organismos ou entidades assemelhadas nacionais e internacionais	506,62
Demais elementos do grupo	225,88
TOTAL	732,50

Valores pagos - Manutenção do MP

Execução por Grupo e Elemento de Despesa
Despesas pagas



Pessoal e Encargos (RS milhões)

Elementos de despesa	Valores Pagos
01. Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	2.126,17
03. Pensões do RPPS e do Militar	1.414,20
11. Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.083,04
Demais elementos do grupo	937,80
TOTAL	6.561,21

Custeio (RS milhões)

Elementos de despesa	Valores Pagos
39. Outros Serviços de Terceiros PJ	66,37
40. Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	137,80
37. Locação da mão de obra	29,69
Demais elementos	195,75
TOTAL	429,61

Inversão Financeira (RS milhões)

Elementos de despesa	Valores Pagos
39. Outros Serviços de Terceiros - PJ	1,16
40. Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	8,16
52. Equipamentos e Material Permanente	1,42
Demais elementos	0,70
TOTAL	11,44

O Ministério do Planejamento tem por missão planejar e coordenar as políticas públicas de gestão da administração pública federal, com o propósito de contribuir para o efetivo atendimento das demandas da sociedade.

Em função disso, a alocação dos recursos teve como parâmetro a previsão orçamentária realizada pelas Secretarias com foco na eficiência da gestão e simplificação de serviços públicos; uso integrado de tecnologia de informação; aperfeiçoamento da força de trabalho; fortalecimento da participação social e das políticas de comunicação, controle social e transparência; e no conhecimento da realidade brasileira por meio de informações estatísticas oficiais ao atendimento da missão do MP.

Desafios

- Aperfeiçoar a qualidade e a transparência do gastos públicos;
- Aprimorar a eficiência da gestão orçamentária e financeira; e
- Manter o bom funcionamento do Órgão.

Próximos Passos

- Dar continuidade às atividades de racionalização das despesas correntes;
- Promover melhorias no processo de execução do orçamento; e
- Contribuir para a formação de uma sociedade melhor informada e mais participativa na gestão dos recursos públicos.

Conformidade Legal ●○○○○○

Legislação aplicada

A estrutura da COGEP comporta uma unidade dedicada ao recebimento e tratamento dos processos judiciais, além de prestar orientação e assessoria às demais unidades setoriais de Gestão de Pessoas no tocante à legislação aplicável e aos normativos exarados pelo Órgão Central do SIPEC.

Apontamento dos órgãos de controle

Foram recebidas 88 demandas da CGU, provenientes do sistema e-pessoal, e 5 diligências do TCU, com 95% já atendidas.

Indicadores de conformidade

O Ministério do Planejamento criou, em dezembro de 2017, a Ouvidoria, integrada ao E-OUV. Assim, servidores e cidadãos podem efetuar suas manifestações e obterem esclarecimentos. Também há, no âmbito do Serviço de Informações do Cidadão - SIC, a responsabilidade de receber e responder pedidos de informação de assuntos de pessoal, feitos com base na Lei de Acesso à Informação (LAI).

83
SOLICITAÇÕES
ATENDIDAS

59 SIC

24 OUVIDORIA

Avaliação da força de trabalho ○●○○○○

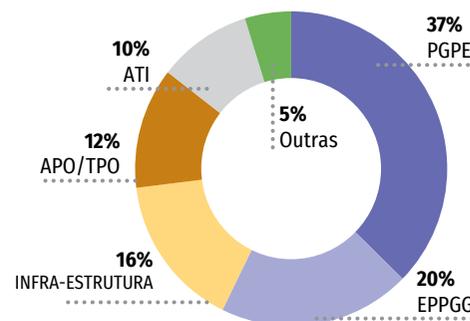


Distribuição por situação		
Situação Funcional	Qtd.	%
Temporários	52	0,83%
Anistiados	73	1,15%
Sem vínculo	306	4,89%
Requisitados	968	15,45%
Estatutário	2.360	37,68%
Cedidos	2.506	40,01%

Distribuição por carreira e área de atuação

Como é possível visualizar no gráfico a seguir, o MP integra em seu quadro de pessoal um representativo quantitativo de servidores pertencentes ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), além dos integrantes das carreiras do Ciclo de Gestão, com os cargos de EPPGG, APO e TPO, Analista de Infraestrutura e Especialista de Infraestrutura Sênior.

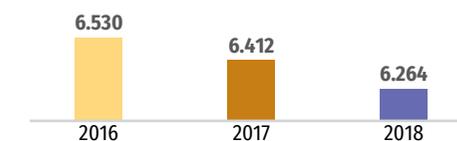
Servidores Por carreira



Servidores Por atividade



Quantidade de Servidores Por ano



Evolução do quadro de pessoal

Há tendência de diminuição da força de trabalho onde, por meio da análise da situação funcional, verifica-se que 40% do efetivo encontra-se cedido para outros órgãos e entidades, em razão das carreiras transversais.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Necessidade de recursos humanos

A premência de contratação de servidores justifica-se para regular o desempenho das atividades no âmbito dos órgãos e dos sistemas estruturantes (SIPEC, SISP e SPO) bem como pela estratégia de transformação digital da APF.

Processos seletivos (2018)

Não houve processos seletivos no exercício.

Carreira	Qtd.	Despesa (R\$)
EPPGG	100	32.000.000,00
APO	122	26.436.838,80
AIE	100	22.000.000,00
ATI	379	26.101.381,32

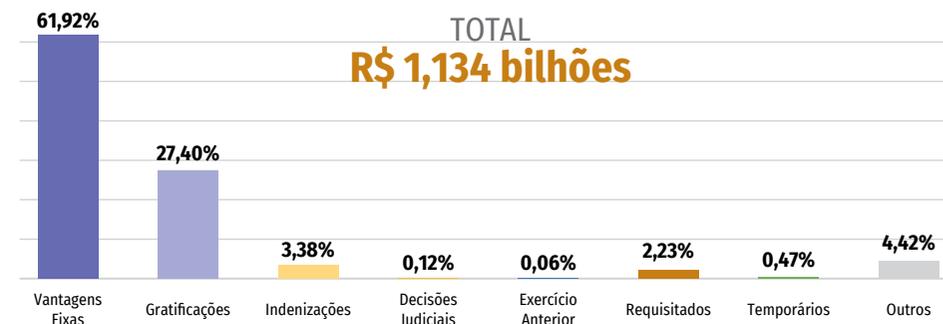
Plano de seleção, recrutamento, remoção e alocação de servidores

Para a movimentação funcional dos servidores das carreiras, estão sendo implementadas Comissões, de modo a consolidar a discussão sobre o tema e elaborar normativos que determinem os critérios e procedimentos para melhor alocar os recursos humanos. A SOF foi premiada no 22º Concurso de inovação da ENAP pela Metodologia de Alocação de Servidores. Por sua vez, o SISP e a SGP vêm trabalhando em projeto para banco de talentos, baseado em recrutamento e seleção com critérios transparentes e meritocráticos e a SEGES disponibilizou oportunidades de movimentação funcional na página de suas carreiras na internet.

Detalhamento de despesa de pessoal

Custo em 2018

Ativos



Inativos

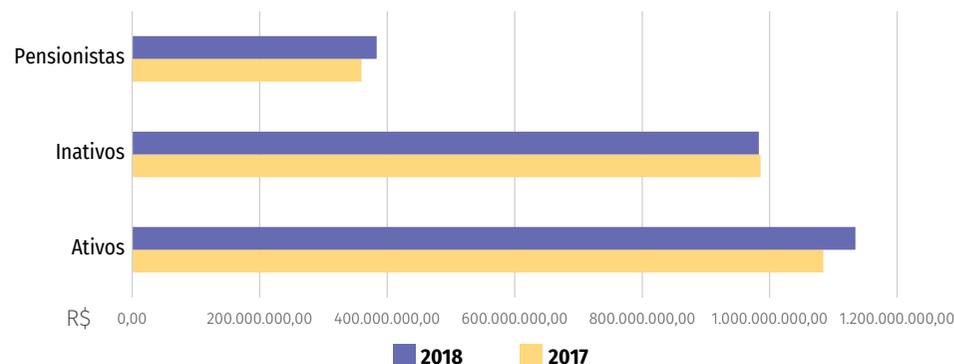


Pensionistas



Fonte: DW SIAPE

Evolução dos Gastos



Justificativas para o incremento das despesas

O aumento nas despesas com pessoal em 2017 caracterizou-se como avanço natural, decorrente de reajustes e da evolução do servidor.

Composição remuneratória

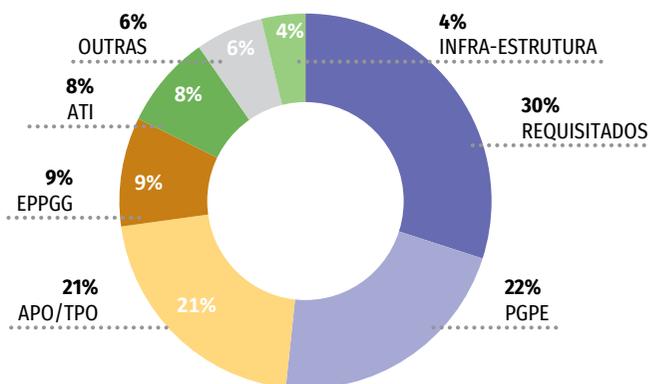
As carreiras do Ciclo de Gestão são remuneradas exclusivamente por subsídio. Já para a carreira de AIE é calculado o vencimento básico e as gratificações de desempenho e qualificação.

Encontra-se na internet a Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais, civis e dos ex-territórios.

Avaliação de desempenho

A Administração federal não possui um único sistema informatizado para avaliação de desempenho individual e institucional. O Ministério elaborou proposta que contém os critérios e os procedimentos para o desenvolvimento de sistema setorial que venha atender as demandas.

Distribuição dos cargos gerenciais e remuneração



Remuneração	R\$
Infraestrutura - EIE	19.462,42
Gestão - EPPGG	18.057,95
Gestão - APO	18.057,95
Infraestrutura - AIE	13.905,19
Gestão - TPO	6.851,13
PGPE Nível Superior	5.739,09
PGPE Nível Médio	3.837,57

Progressão funcional

A cada 12 ou 18 meses ocorre o processo de progressão/promoção funcional para os servidores ativos que não se encontram no topo do cargo. Eles são submetidos à avaliação de desempenho individual que visa promover o desenvolvimento funcional dentro da respectiva carreira.

Estágio probatório

Existe um total de 443 servidores dos mais diversos cargos que ingressaram no órgão a partir de 2016 e se encontram em estágio probatório, cuja previsão de estabilidade ocorrerá a partir de 3 anos de efetivo exercício.

Ações voltadas à saúde e qualidade de vida

Em 2018, o convênio assinado entre o MP e a GEAP para realização dos Exames Médicos Periódicos selou o início de uma nova fase na promoção da qualidade de vida do servidor. Foi previsto um investimento de R\$ 2.552.744,00 anuais, os quais foram alocados em projetos de melhoria da qualidade de vida e da saúde dos servidores. Em paralelo foram realizadas diversas atividades que visavam o bem-estar dos servidores, como exercícios laborais, feiras de produtos orgânicos, campanhas de conscientização e prevenção de doenças, palestras com especialistas em saúde e criação do Portal Viver Bem.

Estratégia e números ○○○○●○

Capacitação

O Plano Plurianual de Capacitação - PPC/MP 2016-2019 permitiu desenvolver as competências institucionais, com reflexo na cadeia de valor agregado e trilhas de aprendizagem em 446 eventos com 880 servidores capacitados.

Quantidade de eventos	No País	Fora do País	Com ônus	Sem ônus
446	348	98	58	376

Principais desafios e próximos passos ○○○○○●

Modelo de estruturação do Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor - SIASS

O modelo do SIASS em funcionamento não atendeu as necessidades do Ministério do Planejamento, uma vez que existe apenas 2 médicos no quadro de pessoal, para atendimento em todas unidades da federação. Para contornar a situação foi utilizada a estrutura de outros órgãos da Administração Pública Federal, que, no entanto, também padecem das mesmas carências.

Transversalidade do quadro de servidores do MP

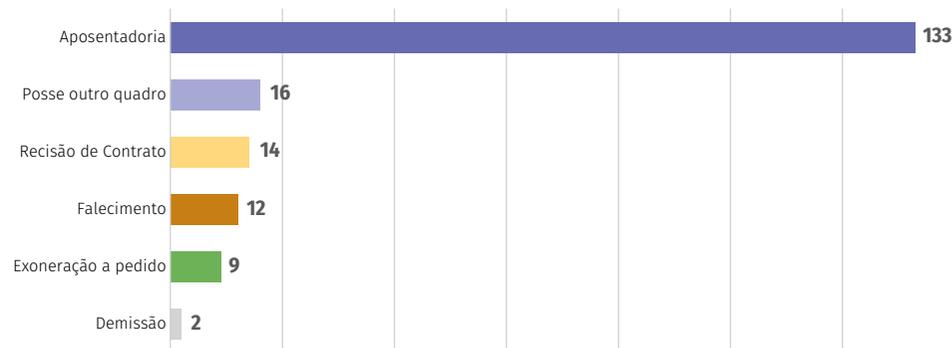
Algumas carreiras do MP possuem a característica da transversalidade, o que afasta dos quadros do Ministério cerca de 40% do seu pessoal efetivo. Para compensar a defasagem com servidores de outros órgãos, aproximadamente 15% do quadro de pessoal é requisitado.

Falta de automação dos processos organizacionais

Alguns dos processos executados na área de Gestão de Pessoas carecem de automatização e suporte informacional adequado. Tal lacuna vem sendo contornada pela utilização de controles manuais ou sistemas setoriais dissociados dos sistemas estruturantes. A ausência de atributos informatizados comprometeu a qualidade dos trabalhos, exigem mais recursos na execução das tarefas e inviabilizam a agilidade nas entregas, com o retrabalho.

Alto índice de evasão de servidores

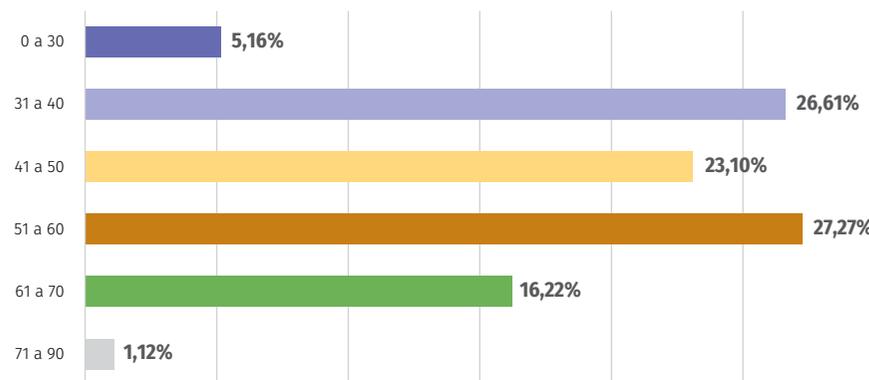
Nos últimos anos as concessões de aposentadoria sofreram gradual elevação, representando 71,5 % de todas as vacâncias ocorridas no exercício de 2018, com tendência de agravamento da situação nos próximos períodos.



Envelhecimento do quadro de servidores ativos

Parte da composição do quadro de pessoal do MP encontra-se nas faixas etárias passíveis de se aposentar pelas regras atuais do regime previdenciário.

Do contingente, 1.106 (17,65%) servidores recebem abono de permanência, uma vez que preenchem os requisitos para aposentadoria.



Conformidade Legal

A Coordenação-Geral de Contratos (CGCON-SAA), integrante da estrutura da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tem suas competências definidas no Anexo II da Portaria GM-MP nº 11 de 31 de janeiro de 2018.

Ações realizadas

- A.** Manutenção de um número médio mensal de 170 instrumentos contratuais e congêneres (contratos administrativos, termos de compromisso e acordos de cooperação técnica) que, em 31 de dezembro de 2018, somavam um valor de R\$ 682.486.821,98 (seiscentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos);
- B.** No exercício foram formalizados 95 novos contratos administrativos, sendo o de maior relevância com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, para a prestação de serviços de manutenção dos sistemas estruturantes de Governo e departamentais, apoio à infraestrutura, e consultoria técnica, pelo prazo inicial de 24 meses, no valor global de R\$ 336.715.127,14 (trezentos e trinta e seis milhões setecentos e quinze mil, cento e vinte e sete reais e quatorze centavos);
- C.** Gestão dos contratos compreendeu a instrução processual para decisão superior quanto a prorrogações, reajustes e repactuações, alterações contratuais, e ainda, conferindo e validando os procedimentos preparatórios para liquidação e pagamentos das obrigações, perante o Ordenador de Despesas e subsidiando com registros os processos de apuração de infrações contratuais para decisão quanto a aplicação de sanções administrativas; e
- D.** Conforme diretrizes da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, participação da implantação do Sistema CONTA, programa de gestão de contratos da AGU no âmbito do MP e da construção de Painel de Gestão de Contratos.

Conformidade Legal

A Coordenação-Geral de Aquisições (CGEAQ-SAA), integrante da estrutura da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tem suas competências definidas no Anexo II da Portaria GM-MP nº 11 de 31 de janeiro de 2018.

Ações realizadas

Em 2018, o Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão realizou 31 licitações na modalidade Pregão, tendo como resultado os seguintes indicadores:

- A.** O valor estimado para as contratações foi de R\$ 199.265.608,88 e o valor obtido nas licitações foi de R\$ 106.188.148,79, resultando em uma redução de R\$ 93.077.460,09, equivalente a 46,71% em relação ao valor estimado;
- B.** O prazo médio para atendimento às demandas de contratação foi de 192 dias, contados desde o início da autuação do processo, tendo como extremos o menor prazo com 51 dias e o prazo mais dilatado com 592 dias. A mediana dos prazos de contratação foi de 151 dias e a moda de 70 dias; e
- C.** O tempo médio de realização do procedimento licitatório, da abertura da licitação até sua homologação, foi de 13 dias, tendo como extremos o menor prazo com 1 dia e o prazo mais dilatado com 78 dias, com mediana de 7 dias e moda de 3 dias.

Valor estimado (R\$)	Valor licitado (R\$)	Diferença (R\$)	Economia (R\$)	Prazo médio de atendimento da demanda	Prazo médio de realização da licitação
199.265.608,88	106.188.148,79	93.077.460,09	-46,71%	192	13

- D.** Foram realizadas 25 contratações diretas, sendo 22 Dispensas de Licitação e 3 Inexigibilidades, no valor total de R\$ 366.550.644,65, incluindo neste total contratação com o SERPRO no valor de R\$ 336.715.127,14.

Dispensa de licitação (R\$)	Inexigibilidade (R\$)	Valor total contratado (R\$)
364.774.517,11	1.776.127,54	366.550.644,65

Conformidade Legal ●○○○○○○○

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP observa e aplica um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR e padrões internacionais para manutenção dos serviços de TI. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a aprimoramento da governança digital, segurança da informação, identidade visual, interoperabilidade, licitação e fiscalização de contratos.

Modelo de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação ○●○○○○○

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do MP tem o Comitê de Gestão Estratégica (CGE) e o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETIC) como instâncias estratégicas e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) como instância tática.

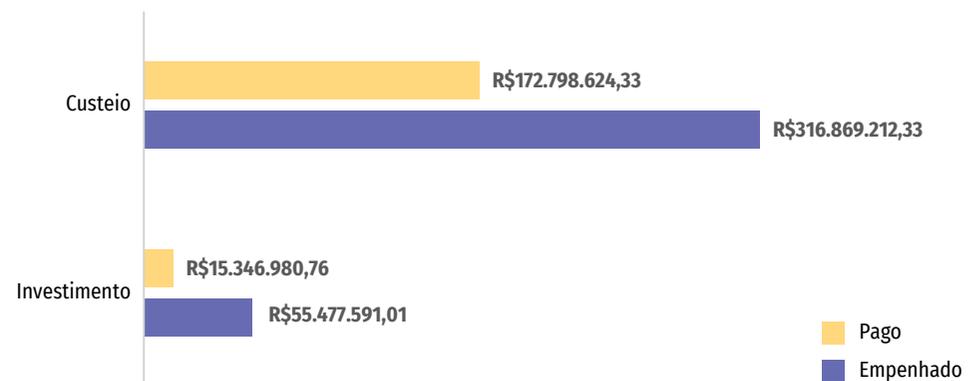
O CGE/MP, principal instância estratégica, tem como objetivo estabelecer políticas e diretrizes de Governança Digital e de TIC, alinhadas às estratégias do Governo Federal para o MP, fomentar a Governança Digital e Governança de TIC no MP, bem como orientar sobre as iniciativas e os investimentos em TIC, aprovar o Plano Diretor de Segurança de Informação e Comunicação - SIC e o Programa Orçamentário de SIC, bem como monitorar sua execução. O Comitê é presidido pelo Ministro e composto por titulares do Gabinete do Ministro (GM), Secretaria Executiva (SE), Consultoria Jurídica, Assessoria Especial de Controle Interno - AEI e secretarias.

O CETIC/MP, também na esfera estratégica, é de natureza deliberativa e consultiva e tem por finalidade promover a integração entre os objetivos e as diretrizes estratégicas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação com as outras áreas do MP, assim como deliberar e assessorar a alta administração sobre políticas, diretrizes e planos relativos à TIC. O

Comitê é composto por representantes das unidades do MP e um titular da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC.

Dentro da esfera tática, o PDTIC é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC que visa atender às necessidades tecnológicas de informação e comunicação do MP para um determinado período, possibilitando alinhar os recursos aplicados em TIC, eliminar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos no que é mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão.

Montante de recursos aplicados em Tecnologia da Informação ○○●○○○○○



Grupo Despesa	Empenhado	Pago
Custeio	R\$ 316.869.212,33	R\$ 172.798.624,33
Investimento	R\$ 55.477.591,01	R\$ 15.346.980,76
Total	R\$ 372.346.803,34	R\$ 188.145.605,09

Contratações mais relevantes de recursos de Tecnologia da Informação

SERPRO	
Nº Contrato	Valor Contratual
45/2018	R\$ 336.715.127,14
55/2016	R\$ 203.985.929,43
72/2017	R\$ 65.119.606,00
05/2018	R\$ 11.755.358,80

SERPRO e Dataprev	
Nº do Contrato	Valor Contratual
69/2017	R\$ 23.909.022,38

Outras empresas		
Empresa	Nº do Contrato	Valor Contratual
Central IT Tecnologia da Informação LTDA.	06/2018	R\$ 8.183.500,00
Lecom Tecnologia S.A.	01/2018	R\$ 6.801.400,00
Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio LTDA.	38/2017	R\$ 5.914.000,00
Telecomunicação Brasileiras S.A.	40/2016	R\$ 5.146.855,64

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI do MP

No ano de 2018 foram realizadas 95 entregas para 11 Secretarias do MP. Para atender à crescente demanda, são necessárias contratações para apoiar a sustentação dos projetos, inclusive internalizações, além da constante evolução dos processos internos de TIC.

Assim, foi dada continuidade à evolução do Processo de Entrega de Soluções (PES), gerando um maior alinhamento entre as áreas de negócio e de

TI e, conseqüentemente, um aumento na qualidade das entregas. Ainda referente à melhoria de processos internos, foi implantado o processo de gestão de mudanças e a reestruturação do catálogo de serviços da Central de Atendimento, gerando melhoria no atendimento dos serviços de TIC. Também foi implementada uma esteira DEVOPS para maior agilidade nas entregas de software.

Referente às contratações, a fábrica de sustentação vem apoiando na manutenção das mais de 100 aplicações hospedadas atualmente na infraestrutura do MP. Além disso, a infraestrutura interna do ministério foi aumentada com as últimas contratações (blade/nutanix/nuvem), possibilitando assim um maior número de internalizações, como a do Sistema de Informações da Estatais - SIEST que gerou uma economia de aproximadamente R\$ 8.000.000,00/ano.

Entre as principais entregas do MP estão o Portal de Serviços, PGC – Plano Geral de Contratações, Painel de Preços, Painel Estatístico de Pessoal, Painel de Panorama das Estatais e o Agatha (Gestão de Riscos).

Segurança da Informação

O MP participou dos grupos de discussão entre entes da APF que levaram à criação da Lei nº 13709/2018 geral de proteção de dados (LGPD). Também realizou campanhas de conscientização sobre a importância da segurança da informação no ambiente corporativo e realizou processo de compra conjunta de ativos de Segurança (Firewalls Multifuncionais), processo que contou com a participação em massa de órgãos da APF.

Principais desafios e ações futuras

- Atender às diversas demandas do Ministério, incluindo as constantes mudanças, em tempo hábil;
- Promover a implantação de novos serviços públicos digitais voltados à sociedade.

Conformidade Legal

A Coordenação-Geral de Administração Predial (CGDAP), integrante da estrutura da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tem suas competências definidas no Anexo II da Portaria GM-MP nº 11 de 31 de janeiro de 2018.

Ações realizadas

Em 2018, o Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão realizou as seguintes ações principais:

- A.** Modernização dos ambientes de trabalho dos Bloco K e C, garantindo melhor aproveitamento dos espaços físicos e aperfeiçoando as condições de trabalho dos servidores;
- B.** Início da reforma das esquadrias do Bloco C com o objetivo de resguardar o patrimônio protegido por estes elementos;
- C.** Início da reforma dos sanitários e copas do Bloco C com vistas à modernização das instalações, à redução do consumo de água e ao atendimento das normas de acessibilidade;
- D.** Substituição de 5.000 lâmpadas de fluorescentes por LED com o objetivo de reduzir do consumo de energia;
- E.** Redução do período de funcionamento dos sistemas de ar condicionado dos Blocos K e C;
- F.** Redução do período de funcionamento dos elevadores dos Blocos K e C evitando assim gastos desnecessários; Quanto à gestão do patrimônio não há gastos com locações de imóveis estando sob esta administração 7 (sete) imóveis. No ano de 2018 foi feita a devolução do prédio de RIP 6001.01951.500-7 à União, no caso Secretaria de Patrimônio da União, uma vez que não havia mais utilidade do imóvel, já que o acervo documental lá existente foi totalmente transferido para Brasília.

UG	RIP	Distribuição Geográfica	Valor Histórico
201004	6001.02470.500-5	Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, RJ (1)	R\$ 256.969.462,93
201004	9701.24347.500-6	SIG/SUL Quadra 08, lotes 2306 e 2316, DF	R\$ 1.517.616,10
201004	9701.24345.500-5	SEPN Quadra 516, Bloco D, lote 08, Asa Norte, DF	R\$ 21.639.767,47
201004	9701.24351.500-8	SGMN Bloco E Via N3 C, SUCAD, DF	R\$ 5.444.411,61
201004	9701.24349.500-7	SGON, Quadra 05, Lotes 19 a 22, Asa Norte, DF	R\$ 8.964.357,43
201004	9701.24341.500-3	Esplanada dos Ministérios Bloco C, lote 07, Asa Sul, DF	41.085.356,62
201004	9701.24343.500-4	Esplanada dos Ministérios Bloco K, número 16, Asa Norte, DF	34.686.956,62

Desfazimento de Ativos

Ao longo do exercício de 2018 foram realizados 21 processos de desfazimento, sendo:

Doação: 08

Transferência Externa: 13

Conformidade Legal

O Sistema de Custos tem como embasamento o disposto na Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, considerando a necessidade de manter Sistema de Custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, estabelecida na forma do inciso XIX do art. 7º do Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009.

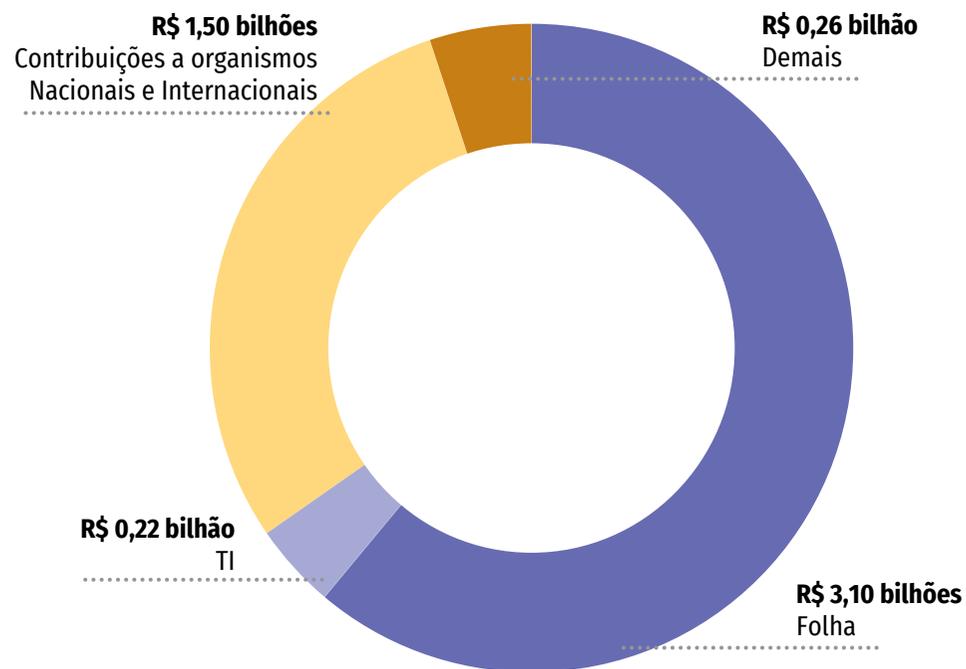
A Secretaria do Tesouro Nacional publicou as portarias STN nº 157, de 09 de março de 2011, e Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011 que instituíram o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

O Ministério do Planejamento não possui setorial de custos devidamente formalizada e estruturada. Entretanto, utilizando o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal é possível gerar as informações sobre a composição dos principais itens de custos do órgão.

Resultados

Durante o exercício de 2018, o MP trabalhou com gastos na ordem de R\$ 5,08 bilhões, dentre os quais, 61% ou R\$ 3,10 bilhões foram gastos com folha de pagamento, R\$ 1,5 bilhões com contribuições a organismos nacionais e internacionais, R\$ 0,22 bilhão com gastos em tecnologia da informação e R\$ 0,26 bilhões distribuídos entre os demais custos do Ministério.

Custo MP por tipo de despesa



Principais desafios e ações futuras

Em função da MP nº 870/2019 que criou o Ministério da Economia, serão envidados esforços para implantar o sistema de custos nas unidades administrativas pertencentes ao extinto Ministério do Planejamento e Gestão, estruturando o planejamento estratégico por meio da cadeia de valor convergindo para o Plano Plurianual de Governo, de forma a proporcionar a integração do planejamento, orçamento, a execução e a gestão de custos.

Por fim, menciona-se o desafio de evidenciar os custos versus resultados, valendo-se da utilização de indicadores físicos e qualitativos, visto que na administração pública a gestão estratégica requer um olhar para a definição precisa de políticas públicas que possam ir ao encontro das necessidades da sociedade.

1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Em regra, nas aquisições/contratações demandadas pela CGDAP, as empresas deverão comprovar, entre outros:

- Laudo ou certificado que comprove que a empresa observa os requisitos ambientais para a certificação do INMETRO, conforme IN nº 01/2010 (Ministério do Planejamento);
- Comprovação de que os itens/equipamentos adquiridos estão em conformidade com as normas ABNT; e
- Certificado de comprovação de origem da madeira e de seu manejo sustentável, emitidos pelo IBAMA ou outras certificadoras de mesma natureza;

2 Ações para redução do consumo de recursos naturais

- Substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED, objetivando a redução do consumo de energia;
- Redução do período de funcionamento dos sistemas de ar condicionado e do funcionamento de elevadores dos blocos C e K, da Esplanada dos Ministérios; e
- Adoção de políticas de redução de utilização de papéis.

3 Redução de resíduos poluentes

- Disponibilização de locais para descarte de pilhas e baterias, bem como a adoção de política que condicione a disponibilização de pilhas e baterias à entrega dos materiais a serem descartados.

Atribuições ●○

A Ouvidoria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), criada em dezembro de 2017, tem como principais atribuições o atendimento e gestão das demandas de ouvidoria, simplificação de serviços públicos (Simplifique) e acesso à informação (LAI), além da gestão das ações de transparência e monitoramento do Plano de Dados Abertos (PDA).

Carta de serviços

A carta de serviços do MP está disponível ao cidadão no *Portal de Serviços do Governo Federal*.

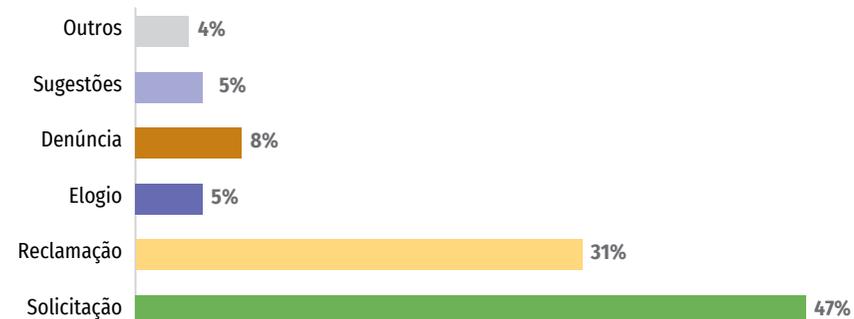
Plano de Dados Abertos 2018/2019

O *Plano de Dados Abertos (PDA)* do MP foi construído de forma colaborativa por todas as unidades. De 34 bases de dados previstas para abertura, 65% já estão disponíveis, conforme *monitoramento da Controladoria-Geral da União*.

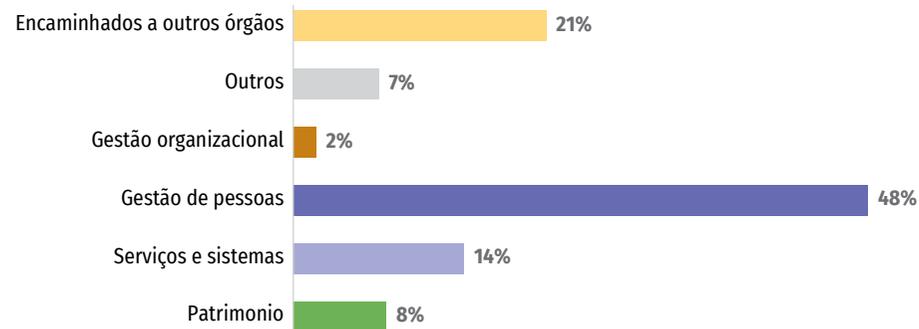
Resultados ○●

Em 2018 foram atendidos um total de 3.663 manifestações de Ouvidoria, representando uma média de 305 por mês, com um tempo de atendimento médio de 7,75 dias.

Distribuição das manifestações de Ouvidoria Por tipo de assunto

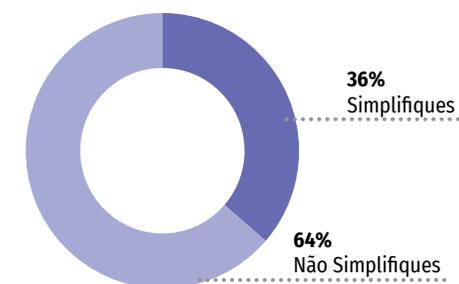


Percentual de manifestações Por assunto

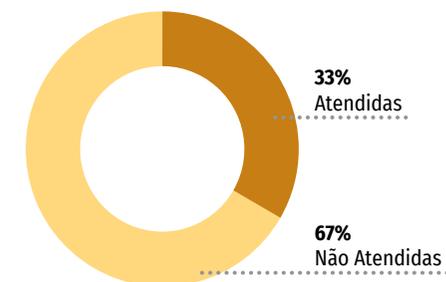


Em relação ao Simplifique, em 2018 foram registrados 66 manifestações, o que representa uma média mensal de 5,5 manifestações por mês, atendidas em 34 dias, em média. Destas 66 manifestações, 64% não se enquadravam no escopo do programa. Dentre as manifestações enquadradas, 67% foram atendidas.

Manifestações Simplifique



Solicitações Simplifique

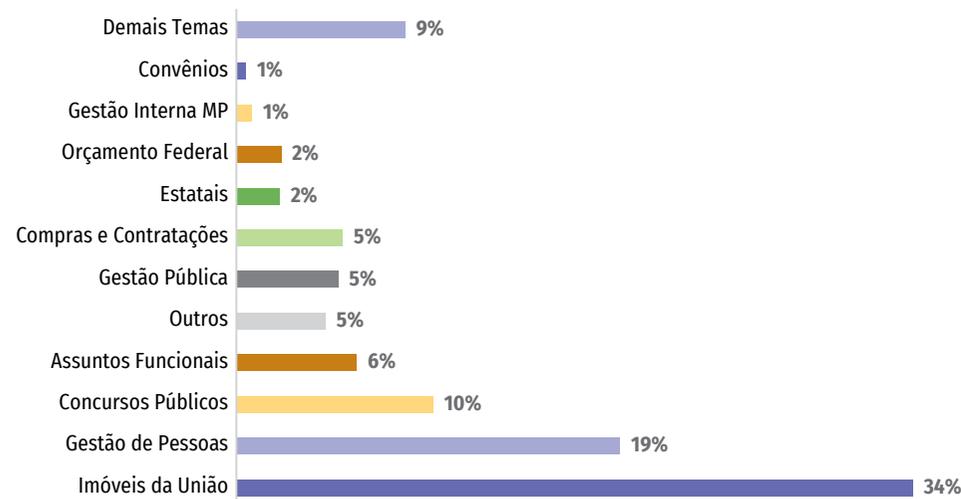


Quanto aos pedidos de acesso à informação, durante 2018, o MP obteve os seguintes resultados:

	2018	Total (2012/2018)
Pedidos de informação	3368	15.461
Média mensal	280,67	193,26
Tempo de atendimento	10,07 dias	13,22 dias
Prorrogação de prazo	44 (1,30%)	1.437 (9,29%)
Recurso 1ª instância (aut. Hierárquica)	246 (7,34%)	1.308 (8,45%)
Recurso de 2ª instância (Ministro)	44 (1,31%)	273 (1,76%)
Recurso de 3ª instância (CGU)	20 (0,60%)	117 (0,75%)
Recurso de 4ª instância (CMRI)	4 (0,12%)	27 (0,17%)

Percentual por assunto

LAI



Em 2018, a atuação do MP com a sociedade ocorreu também por meio da realização de eventos e canais promocionais, contato com a imprensa, mídia digital, redes sociais, publicidade e criação.

Nesse contexto, foram obtidos os seguintes resultados:

1. Mais de 2.500 atendimentos à mídia, além da produção de media training para ministro e secretários; monitoramento de notícias;
2. Redes sociais: 50 mil seguidores, 720 postagens, 5 mil pessoas alcançadas; 328 mil seguidores; 1.220 tweets; 14 mil visitas/mês; 2.400 inscritos; 44 vídeos publicados;
3. Mídia Digital: 3 milhões de usuários atingidos; 1.080 notícias publicadas; 50 páginas especiais criadas; mais de 1.000 arquivos inseridos; gestão de quatro portais institucionais; e
4. Publicidade e criação de duas campanhas: SPU - grande emissão (pagamento de taxas de ocupação de terrenos da União); SETIC - Portal de Serviços. Criação de 12.953 peças gráficas; 156 demandas atendidas; 700 artes gráficas criadas para redes sociais; produção gráfica de 76.212 impressos; 59 demandas atendidas.

Também foi realizada uma consulta pública sobre a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, documento concebido com o objetivo de orientar as discussões dos instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional; também foram realizados 4 Fóruns: III Fórum de Transferências Voluntárias; 3º Fórum de Diárias e Passagens - FORDP; 1º Fórum da Rede Nacional de Compras Públicas, na Confederação Nacional dos Municípios (CNM); e Fórum de Escritório de Processos da Administração Pública Federal.

Site do Ministério

O site do Ministério também traz, na página de cada Unidade, a relação dos principais contatos institucionais. Além disso, com o objetivo de interagir com os variados públicos que navegam na internet, o MP criou uma página no site de relacionamentos Facebook.

Painéis

Ao longo dos anos, o MP, por meio de suas Secretarias, reforçou os mecanismos de transparência de suas ações por meio da disponibilização de vários Painéis. Estas ferramentas trazem dados atualizados sobre iniciativas de competência das diversas unidades do MP e têm como principal objetivo permitir o acompanhamento de suas atividades. Os painéis podem ser acessados na página <http://www.planejamento.gov.br/painéis>.





Demonstrações contábeis

Capítulo
04

A Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – CGEOR, de acordo com o Decreto 9.035 de 20/04/2017, compõe a estrutura da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, que conforme parágrafo primeiro do artigo 4º exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão da administração direta, tendo como base as seguintes unidades administrativas:

- Secretaria Executiva;
- Secretaria de Orçamento Federal;
- Secretaria de Assuntos Internacionais;
- Secretaria de Gestão;
- Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Secretaria de Gestão de Pessoas;
- Secretaria do Patrimônio da União;
- Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura;
- Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; e
- Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela Coordenação de Contabilidade-COTAB, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Esse é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal no qual são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Demonstrações Contábeis

1. **Balço Patrimonial** – Evidencia os ativos e passivos do ministério;
2. **Demonstração das Variações Patrimoniais** – Onde é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas – (despesas);
3. **Balço Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
4. **Balço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa** – visam demonstrar o fluxo financeiro do ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
5. **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Avanços

No exercício de 2018, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão obteve avanços na qualidade das informações contábeis do órgão, dentre elas:

1. Implantação do módulo de softwares com vida útil definida e indefinida, no sistema CITSMART GRP, possibilitando o cálculo da amortização dos intangíveis com vida útil definida.
2. Alteração quanto ao reconhecimento patrimonial das obrigações de precatórios e de provisionamento das Requisições de Pequeno Valor – RPV, que passaram a ser refletidas nas demonstrações contábeis dos órgãos/entidades devedores e que anteriormente eram registradas apenas no passivo da Justiça Federal.



Declaração da autoridade, Marlene Cavalcante Gomes

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos

pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com base nas conformidades de Registro de Gestão efetuadas pelas unidades gestoras executoras, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, exceto no tocante as ressalvas apontadas na conformidade contábil, conforme descritas a seguir.

Ressalvas Conformidade Contábil durante o exercício de 2018:

- Trinta restrições devido a ausência de conformidade de registro de gestão;
- Uma restrição devido a existência de convênio a aprovar com data expirada; e
- Uma restrição devido a existência de valor em conta transitória.



Brasília-DF 15 de fevereiro de 2019

Marlene Cavalcante Gomes

CRC nº 016.693/O

Contadora Geral do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Balanco Patrimonial ● ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução em 2018 em relação a 2017. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio Líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

R\$ milhões

ATIVO	NE	2018	2017
Ativo Circulante		897,43	573,84
<i>Caixa e Equivalente de Caixa</i>	01	828,93	214,52
Limite de Saque		828,77	214,31
Demais Bancos		0,16	0,21
Demais Créditos a Curto Prazo	02	67,13	357,77
Outros		1,37	1,55
Ativo Não Circulante		154.532,03	147.059,49
<i>Realizável a Longo Prazo</i>	03	703,71	59,48
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		703,71	59,48
Imobilizado	04	153.796,78	146.979,77
Bens Móveis		105,41	95,34
Bens Imóveis		153.920,10	147.053,54
(-) Depreciação Acumulada		-228,73	-169,10
Intangível		31,53	20,24
TOTAL DO ATIVO		155.429,46	147.633,33

R\$ milhões

PASSIVO	NE	2018	2017
Passivo Circulante		17.603,57	3,95
Obrigações Trabalhistas, Previd e Assist	05	2.641,86	2,62
Provisões a Curto Prazo	05	3.534,95	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	05	11.426,75	1,33
Passivo Não Circulante		15.644,84	0,05
Obrigações Trabalhistas, Previd e Assist		274,39	0
Demais Obrigações a Longo Prazo	05	15.370,45	0,05
TOTAL DO PASSIVO		33.248,40	4,00
Patrimônio Líquido		122.181,05	147.629,33
Resultados Acumulados		122.181,05	147.629,33
TOTAL DO PASSIVO + PL		155.429,46	147.633,33

Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

A DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

R\$ Milhões

Variações Patrimoniais Aumentativas	NE	2018	2017
Contribuições		44,12	29,08
Contribuições Sociais		44,12	29,08
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.102,81	1.075,42
Exploração e Venda de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.102,81	1.075,42
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,04	0,27
Juros e Encargos de Mora		0,04	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		0,00	0,27
Transferências Delegadas e Recebidas	06	24.494,67	25.463,52
Transferências Intragovernamentais		23.467,65	21.545,63
Transferências Intergovernamentais		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.027,02	3.917,89
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	07	20.590,79	33.926,99
Reavaliação de Ativos		12.934,24	19.985,58
Ganhos com Alienação		94,20	47,16
Ganhos com Incorporação de Ativos		7.562,12	13.894,25
Ganhos com Desincorporação de Passivos		0,23	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		674,14	81,12
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		674,14	81,12
Total Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		46.906,57	60.576,40

R\$ Milhões

Variações Patrimoniais Aumentativas	NE	2018	2017
Pessoal e Encargos	08	4.874,48	2.800,72
Remuneração a Pessoal		4.128,90	2.170,78
Encargos Patronais		436,82	412,76
Benefícios a Pessoal		245,69	155,66
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		63,07	61,51
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	08	6.655,02	4.439,57
Aposentadorias e Reformas		4.294,95	2.391,33
Pensões		2.355,40	2.043,41
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		4,67	4,84
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	09	26.031,91	416,50
Uso de Material de Consumo		0,96	0,92
Serviços		25.968,08	321,34
Depreciação, Amortização e Exaustão		62,87	94,24
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		14,13	15,91
Desconto Financeiro Concedido		14,13	15,91
Transferências Delegadas e Concedidas	10	19.126,70	20.281,30
Transferências Intragovernamentais		14.469,85	13.574,67
Transferências Intergovernamentais		90,47	101,73
Transferências ao Exterior		1.285,62	834,39
Outras Transferências e Delegações Concedidas		3.280,77	5.770,51
Desvalorização e Perdas c/ Ativos e Incorporação de Passivos	11	11.839,04	10.244,65
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		8.886,43	2.116,09
Perdas Involuntárias		1.415,19	463,09
Incorporação de Passivos		13,36	0,00
Desincorporação de Ativos		1.524,06	7.665,47
Tributárias		0,00	0,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	0,00
Contribuições		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	12	3.813,57	5,17
Constituição de Provisões		3.534,95	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		278,62	5,17
Total Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		72.354,86	38.203,81
Resultado Patrimonial do Período III = (I - II)	13	-25.448,29	22.372,59

Balanco Orçamentário ○○●○○○○○

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

R\$ milhões

	NE	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
Restos a Pagar Não Processados		785,17	59,01	544,50	181,66
Restos a Pagar Processados		1,21	0,01	0,01	1,19
Total Receitas Orçamentárias		786,37	59,02	544,51	182,85

R\$ milhões

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	14	488,08	37,43	-450,65
Receita de Contribuições		6,82	30,87	24,05
Receita Patrimonial		277,84	6,56	-271,28
Receita de Serviços		178,43	0,00	-178,43
Outras Receitas Correntes		24,99	0,00	-24,99
Receitas de Capital	15	37,17	94,20	57,02
Operações de Crédito		1,80	0,00	-1,80
Alienação de Bens		35,37	94,20	58,82
Total Receitas Orçamentárias		525,25	131,63	-393,62

R\$ milhões

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes	16	33.518,09	32.049,96	9.933,96	9.123,16	8.569,16	22.116,00
Pessoal e Encargos Sociais		18.662,50	17.425,25	7.496,27	7.477,96	6.954,63	9.928,98
Outras Despesas Correntes		14.855,60	14.624,71	2.437,69	1.645,20	1.614,53	12.187,03
Despesas de Capital	17	2.272,24	847,25	603,93	516,83	516,83	243,32
Investimentos		83,25	51,72	34,46	10,21	10,21	17,26
Inversões Financeiras		2.189,00	795,52	569,46	506,62	506,62	226,06
Reserva de Contingência		303,34	303,34	0,00	0,00	0,00	303,34
Total Despesas Orçamentárias		36.093,68	33.200,55	10.537,88	9.639,99	9.085,99	22.662,66

Balanco Financeiro ○○○●○○○○

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício.

R\$ milhões

	NE	2018	2017
Ingressos			
Receitas Orçamentárias		131,63	1.152,94
Ordinárias		-	1.105,75
Vinculadas		131,63	71,71
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-0,00	-24,52
Transferências Financeiras Recebidas		23.467,65	21.545,48
Resultantes da Execução Orçamentária		22.811,75	21.065,73
Independentes da Execução Orçamentária		655,90	479,75
Recebimentos Extraorçamentários		2.569,31	691,01
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	19	554,00	1,05
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	19	897,90	684,85
Outros Recebimentos		1.117,42	5,11
Saldo do Exercício Anterior	01	214,52	341,46
Caixa e Equivalente de Caixa		214,52	341,46
Total dos Ingressos		26.383,11	23.730,88
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias		10.537,88	9.587,92
Ordinárias		9.158,59	7.562,92
Vinculadas		1.379,29	2.025,00
Transferências Financeiras Concedidas		14.469,85	13.574,45
Resultantes da Execução Orçamentária		12.930,31	12.189,21
Independentes da Execução Orçamentária		1.539,54	1.385,24
Despesas Extraorçamentárias		546,44	354,00
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	20	0,01	113,46
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	20	544,50	238,58
Outros Pagamentos		1,93	1,95
Saldo para o Exercício Seguinte	01	828,93	214,52
Caixa e Equivalente de Caixa		828,93	214,52
Total dos Dispêndios		26.383,11	23.730,88

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

R\$ milhões

	NE	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		1.096,85	146,10
Ingressos		24.622,49	22.656,36
Receitas Derivadas e Originárias		37,43	1.105,77
Outros Ingressos das Operações		24.585,05	21.550,59
Desembolsos		-23.525,64	-22.510,26
Pessoal e Demais Despesas		-7.254,23	-7.599,28
Transferências Concedidas		-1.799,63	-1.334,59
Outros Desembolsos das Operações		-14.471,78	-13.576,40
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		-482,43	-273,04
Ingressos		94,20	47,16
Alienação de Bens		94,20	47,16
Desembolsos		-576,63	-320,20
Aquisição de Ativo Não Circulante		-8,74	-12,44
Outros Desembolsos de Investimentos		-567,88	-307,76
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	21	614,42	-126,94
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		214,52	341,46
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		828,93	214,52

Demonstração das Mutações Patrimoniais

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

R\$ milhões

	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial Exercício 2017	1.037,01	125.263,06	126.300,08
Ajustes de Exercícios Anterios	-	-1.043,35	-1.043,35
“Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos”	-1.037,01	1.037,01	-
Resultado do Exercício	-	22.372,59	22.372,59
Saldo Final do Exercício 2017	-	147.629,33	147.629,33
Saldo Inicial do Exercício 2018		147.629,33	147.629,33
Ajustes de Exercícios Anterios	-	0,02	0,02
Resultado do Exercício	-	-25.448,29	-25.448,29
Saldo Final do Exercício 2018	-	122.181,05	122.181,05

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, órgão da administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Notas Explicativas

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, levando em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa, conta única, demais depósitos bancários (caução) e equivalentes, representam recursos com livre movimentação. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do

Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos concedidos a pessoal: adiantamento de férias, 13º salário-adiantamento, salários e ordenados-pagamento antecipado. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma:

1. Nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e
2. Nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os bens e direitos a receber a longo prazo principalmente com:

1. Créditos por dano ao patrimônio de créditos administrativos;
2. Por dano ao patrimônio por falta/irregularidade comprovação.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com a legislação vigente.

Imobilizado

Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão são:

1. Softwares;
2. Marcas, direitos e patentes industriais.

Os softwares são destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

O processo da aplicação dos procedimentos de depreciação referente aos bens móveis está em consonância com o Manual SIAFI Web – macrofunção: 02.03.30 – Depreciação, Amortização, e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, e em especial, as normas: Resolução do CFC nº 1.137/2008, que aprovou a NBC T 16.10 Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público; Resolução do CFC nº 1.136/2008, que aprovou a NBC T 16.9 Depreciação,

Amortização e Exaustão; e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As informações da depreciação dos bens móveis do Ministério do Planejamento são apuradas pelo sistema CITSMATR-GRP. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo é o Método das Cotas Constantes, no qual se utiliza da taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso seu valor residual não altere.

A estimativa da vida útil econômica dos ativos e as taxas utilizadas para os cálculos da depreciação seguem metodologia definida em tabela pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF, descrita no Manual SIAFI - Macrofunção 02.03.30. - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União-SPU nos termos da Portaria Conjunta MF/MP nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são: - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação; - Reavaliados, aqueles nos quais:

1. Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
2. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
3. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinação, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação;

n = vida útil da acessão;

x = vida útil transcorrida da acessão.

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

1. Obrigações trabalhistas,
2. Previdenciárias e assistenciais;
3. Fornecedores e contas a pagar;
4. Provisões; e
5. Demais obrigações.

Obrigações Trabalhistas

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, e ainda benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar.

Fornecedores e Contas a Pagar

São valores de credores decorrentes das atividades operacionais e ainda obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento dentro dos doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações.

Provisões de Curto Prazo

Compreendem os passivos de prazo ou valor incertos, com prazo provável dentro dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis. As provisões estão segregadas em seis categorias:

1. Riscos trabalhistas;
2. Riscos fiscais;
3. Riscos cíveis;
4. Repartição de créditos tributários;
5. Provisões matemáticas; e
6. Outras.

Demais Obrigações de Curto Prazo

Compreendem as obrigações a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento dentro dos doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Demais obrigações de Longo Prazo

Compreendem as obrigações a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Passivo e Ativo Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e depósitos, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse grupo se subdivide em Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional e Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira. No Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP não há valor registrado em Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira.

Conforme demonstrado na tabela abaixo, os valores relativos a Moeda Nacional são compostos por Limite de Saque e Demais Bancos, sendo que do total 99,98% refere-se a Limite de Saque.

Tabela 1 R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Limite de Saque	828,77	214,31	286,72%
Demais Bancos	0,16	0,21	-22,32%
Total	828,93	214,52	286,42%

No exercício de 2018 houve um acréscimo de 286,72% no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, esse acréscimo deveu-se, basicamente, ao novo procedimento de liquidação e pagamento de despesas. Desde dezembro de 2018, os valores que forem liquidados deverão passar por uma conta transitória que contém todas as ordens de pagamentos a serem pagas. No momento que as ordens bancárias são geradas, e os valores efetivamente pagos, os saldos são baixados.

2 Demais Créditos a Curto Prazo

Tabela 2 R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
13º Salário - Adiantamento	16,58	327,84	-94,94%
Adiantamento de Férias	47,09	27,68	70,14%
Salários e Ordenados - Pagos Antecipadamente	3,46	2,25	53,47%
Total	67,13	357,77	-81,24%

Destaca-se nesse grupo a redução de 94,94% no 13º Salário - Adiantamento. Essa redução é proveniente da Nova Rotina da Folha Pagamento por determinação do Acórdão 1322/2018-TCU/Plenário. O referido Acórdão determina, entre outras, que o saldo registrado na conta 13º Salário - Adiantamento, deve ser composto apenas com o saldo dos adiantamentos de 13º salário pagos referentes à competência do exercício corrente.

Ao analisar a conta em destaque percebeu-se que essa continha valores registrados referentes a adiantamento de 13º de anos anteriores, sendo assim, a partir de outubro de 2018 efetuou-se lançamentos objetivando a regularização da conta e adequação à determinação constante do Acórdão supracitado. Devido a esse procedimento de regularização na conta de 13º Salário - Adiantamento houve uma variação negativa no grupo Demais Créditos a Curto Prazo de 81,24%.

3 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Esse grupo de contas é composto por Crédito por Dano ao Patrimônio – Crédito Administrativo e Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU sendo este último correspondente a 99,98% do total do grupo.

Tabela 3 R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Crédito por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo	0,02	-	
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	703,70	59,48	1083,12%
Total	703,71	59,48	1083,15%

De acordo com a tabela, os Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU aumentaram em 1.083,12% em 2018. Esse aumento originou-se, essencialmente, por meio do registro de imputação de débito a aproximadamente cinquenta novos responsáveis.

4 Imobilizado

O imobilizado, composto pelos bens móveis e imóveis, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, a conta de imobilizado apresentou um saldo de R\$ 153.796,18 milhões, representando 98,95% do ativo total. Desse total 99,97% refere-se aos bens imóveis e 0,03% aos bens móveis

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado em dezembro de 2018.

Tabela 4 R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Bens Móveis	51,77	47,69	8,54%
(+) Valor Bruto Contábil	105,41	95,34	10,56%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-53,65	-47,65	12,59%
Bens Imóveis	153.745,02	146.932,08	0,60%
(+) Valor Bruto Contábil	153.920,10	147.053,54	4,67%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-175,08	-121,45	44,16%
Total	153.796,78	146.979,77	4,64%

Bens Móveis

O valor bruto dos Bens Móveis do MP em 31/12/2018 totalizavam R\$ 105,41 milhões. Esses bens estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 5 R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5,54	5,41	2,56%
Bens de Informática	59,62	53,54	11,35%
Móveis e Utensílios	24,80	21,39	15,96%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	5,48	5,42	1,10%
Veículos	9,33	9,20	1,44%
Armamentos	0,00	0,00	0,00%
Demais Bens Móveis	0,64	0,39	65,39%
Total	105,41	95,34	10,56%

Por meio da análise da tabela é possível observar que aproximadamente 80% dos bens móveis referem-se a Bens de Informática e Móveis e Utensílios. A variação positiva de 10,56%, em 2018, explica-se pela aquisição de computadores, servidores, mobiliários em geral, dentre outros.

Bens Imóveis

O valor bruto dos Bens Imóveis da União em 31/12/2018 totalizavam R\$ 153.920,10 milhões, representando 99,03% do ativo total. Esses bens estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Bens de Uso Especial	84.885,83	80.618,74	5,29%
Bens Dominicais	69.026,84	66.430,25	3,91%
Bens Imóveis em Andamento	0,55	0,38	44,96%
Instalações	6,89	4,17	65,30%
Total	153.920,10	147.053,54	4,67%

Verifica-se que os Bens de Uso Especial e os Bens Dominicais correspondem a 99,99% de todos os Bens Imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Ministério, perfazendo o montante de R\$ 153.912,67 milhões em 31/12/2018.

Em síntese, a tabela abaixo demonstra que os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Fazendas, Parques e Reservas, Terrenos e Glebas e Outros Bens Imóveis de Uso Especial.

Tabela 7

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	33.557,54	27.537,88	21,86%
Terrenos, Glebas	30.810,63	30.840,20	-0,10%
Aquartelamentos	261,41	188,19	38,91%
Imóveis de Uso Educacional	1.165,92	1.101,14	5,88%
Edifícios	3.020,29	3.354,25	-9,96%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.146,04	929,26	23,33%
Imóveis Residenciais e Comerciais	2.198,97	5.421,02	-59,44%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	2.542,06	2.568,99	-1,05%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	7.894,50	7.834,82	0,76%
Unidade/Instalação de Aquicultura/Psicicultura	2.288,46	843,00	171,47%
Total	84.885,83	80.618,74	5,29%

No período avaliado observou-se que o grupo de contas dos Bens de Uso Especiais variou 5,29%. As maiores variações positivas ocorreram nos subgrupos Unidade/Instalação de Aquicultura/Psicicultura e Fazendas Parques e Reservas, 171,47% e 21,86% respectivamente, correspondendo a um aumento de R\$ 7.465,12 milhões, sendo balanceada pela variação negativa de -59,44%, -R\$ 3.222,05 milhões no subgrupo Edifícios.

No subgrupo Fazendas, Parques e Reservas, a variação positiva originou-se, essencialmente, na reclassificação de um imóvel e valorização de outros dois imóveis. Ao passo que, no subgrupo Unidade/Instalação de Aquicultura/Psicicultura a variação positiva foi provocada, basicamente, por meio da incorporação de sete bens.

A variação negativa registrada em Imóveis Residenciais e Comerciais, deveu-se basicamente à reclassificação de um imóvel, que foi para o grupo de Fazendas, Parques e Reservas.

Reavaliação, atualização, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da atualização, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN, na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 e no Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Atualização

De acordo com a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação. Essas atualizações serão processadas mediante aplicação de variação percentual da PVG – Planta de Valores Genérica – vinculada ao respectivo imóvel, ao valor do terreno e do CUB – Custo Unitário Básico – ao valor contábil líquido da acessão.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Depreciação de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A depreciação acumulada de bens móveis variou 12,59% em 2018.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Entre dezembro de 2018 e dezembro 2017 houve uma variação de 44,16% no valor da depreciação acumulada de bens imóveis. Essa variação deve-se devido ao acréscimo mensal da depreciação calculada para os bens.

5 Passivo Circulante e Não Circulante

O Passivo total teve uma variação de 830.606,86% no exercício de 2018, ocasionando um aumento de R\$ 33.244,40 milhões. De acordo com a tabela abaixo verifica-se que essa variação é explicada, basicamente, pela contabilização de valores referentes a Precatórios de Pessoal, Precatórios de Terceiros e Provisão para Requisição de Pequeno Valor. A tabela abaixo demonstra o total da composição dos precatórios acrescidos ao passivo em 2018.

Tabela 8

R\$ Milhões

	dez/18	AV(%)
Precatórios de Pessoal	2.185,87	6,74%
Provisão para Requisição de Pequeno Valor	3.534,95	10,91%
Precatórios de Terceiros	26.692,44	82,35%
Total	32.413,25	

A referida variação é explicada devido a uma mudança de procedimento ocorrida na Justiça Federal. A alteração ocorrida foi quanto ao reconhecimento patrimonial das obrigações de precatórios e de provisionamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV. Antes essas obrigações eram registradas apenas no passivo da Justiça Federal, no entanto, o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão TCU nº 2455/2017, determinou que houvesse o ajuste contábil das despesas com sentenças judiciais para que essas despesas fossem refletidas nas demonstrações contábeis dos órgãos devedores.

Portanto, a partir de outubro de 2018, houve diversas apropriações de obrigações para pagamento de precatórios e o provisionamento de requisições de pequenos valores a serem pagas no exercício de 2019.

Anualmente a Justifica Federal efetuará a apropriação nos órgãos devedores dos valores referentes às obrigações de precatórios e requisições de pequeno valor passíveis de pagamento no exercício seguinte.

6 Transferências e Delegações Recebidas

O grupo de contas Transferências e Delegações Recebidas é composto pelas Transferências Intragovernamentais e por Outras Transferências e Delegações Recebidas.

Tabela 9

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Transferências Intragovernamentais	23.467,65	21.545,63	8,19%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.027,02	3.917,89	-281,48%
Total	24.494,67	25.463,52	-3,80%

O subgrupo Transferências Intragovernamentais representa, essencialmente, os valores recebidos pelo órgão relativo a execução orçamentária e para pagamento de restos a pagar. A variação ocorrida é decorrente dos valores definidos na lei orçamentária anual e os limites definidos no decreto de programação financeira.

A variação negativa ocorrida no grupo em análise é explicada pela variação negativa ocorrida no subgrupo outras transferências e delegações recebidas. No exercício de 2017 houve o recebimento, por meio de transferência, de ativos que não foram recebidos no mesmo montante no exercício de 2018.

7 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

A tabela a seguir apresenta a composição do grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, que em 2018 houve uma queda de 39,31%.

Tabela 10

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Reavaliação de Ativos	12.934,24	19.985,58	-35,28%
Ganhos com Alienação	94,20	47,16	99,72%
Ganhos com Incorporação de Ativos	7.562,12	13.894,25	-45,57%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,23	0,00	10268,03%
Total	20.590,79	33.926,99	-39,31%

Os subgrupos que contribuíram para a variação negativa identificada foram o de Reavaliação de Ativos e o de Ganhos com a Incorporação de Ativos.

Por se tratar de uma conta que é zerada quando do encerramento do exercício, ela registra a VPA que acontece durante o exercício em vigência. Percebeu-se, então, que a variação negativa em 39,31% decorreu não de uma saída de ativos, mas pelo fato de que no exercício de 2017 houve reavaliações de alto valor em ativos que não ocorreu em 2018. Em vários desses imóveis reavaliados, a reavaliação possui um prazo de dois anos.

8 Pessoal e Encargos, Benefícios Previdenciários e Assistenciais

A Variação Patrimonial Diminutiva – VPD de Pessoal e Encargos e a de Benefícios Previdenciários e Assistenciais aumentou 59,24% em 2018, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 11

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Pessoal e Encargos	4.874,48	2.800,72	74,04%
Remuneração a Pessoal	4.128,90	2.170,78	90,20%
Encargos Patronais	436,82	412,76	5,83%
Benefícios a Pessoal	245,69	155,66	57,83%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	63,07	61,51	2,53%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.655,02	4.439,57	49,90%
Aposentadorias e Reformas	4.294,95	2.391,33	79,61%
Pensões	2.355,40	2.043,41	15,27%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4,67	4,84	-3,50%
Total	11.529,50	7.240,29	59,24%

O aumento decorreu, principalmente, do registro de valores referentes a Precatórios de Pessoal ocorrido a partir de outubro de 2018.

A referida variação é explicada devido a uma mudança de procedimento ocorrida na Justiça Federal. A alteração ocorrida foi quanto ao reconhecimento patrimonial das obrigações de precatórios e provisionamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV. Antes essas obrigações eram registradas apenas no passivo da Justiça Federal, no entanto, o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão TCU nº 2455/2017, determinou que houvesse o ajuste contábil das despesas com sentenças judiciais para que essas despesas fossem refletidas nas demonstrações contábeis dos órgãos devedores.

9 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Houve uma variação positiva de 6.150,17% na VPD de Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo. A composição desse grupo é demonstrada na tabela a seguir.

Tabela 12

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Uso de Material de Consumo	0,96	0,92	4,66%
Serviços	25.968,08	321,34	7981,08%
Depreciação, Amortização e Exaustão	62,87	94,24	-33,29%
Total	26.031,91	416,50	6150,17%

A variação identificada deveu-se ao registro de valores referentes a Precatórios de Terceiros ocorrido a partir de outubro de 2018. O montante registrado foi acima de R\$ 25.000,00 milhões. No exercício de 2018 foi a primeira vez em que houve o registro de obrigações referentes aos precatórios a pagar. Esses valores eram registrados no passivo da Justiça Federal e passaram a ser registrados no passivo dos órgãos devedores. A mudança de procedimento foi realizada devido a uma determinação do TCU.

10 Transferências Delegadas e Concedidas

Essa VPD é constituída de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 13

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Transferências Intragovernamentais	14.469,85	13.574,67	6,59%
Transferências Intergovernamentais	90,47	101,73	-11,07%
Transferências ao Exterior	1.285,62	834,39	54,08%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.280,77	5.770,51	-43,15%
Total	19.126,70	20.281,30	-5,69%

O subgrupo que mais contribuiu para a variação negativa observada na tabela acima foi o de Outras Transferências e Delegações Concedidas.

As contas de VPD são zeradas quando do encerramento do exercício, sendo assim, a redução que ocorreu no exercício de 2018 é explicada porque em 2017 houve transferências de ativos em maiores montantes do que em 2018.

11 Desvalorização e Perdas com Ativos e Incorporação de Passivos

O grupo de Desvalorização e Perdas com Ativos e Incorporação de Passivos aumentou 15,56% ao comparar-se dezembro de 2018 com dezembro de 2017, R\$ 1.594,39 milhões.

Tabela 14

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	8.886,43	2.116,09	319,95%
Perdas Involuntárias	1.415,19	463,09	205,60%
Incorporação de Passivos	13,36	0,00	
Desincorporação de Ativos	1.524,06	7.665,47	-80,12%
Total	11.839,04	10.244,65	15,56%

A tabela acima demonstra que houve dois subgrupos nos quais ocorreram as variações mais relevantes, sendo eles o subgrupo de Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas e o de Desincorporação de Ativos.

No subgrupo de Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas houve um aumento de 319,95% que foi balanceado pela redução de 80,12% no subgrupo de Desincorporação de Ativos.

A variação positiva de 319,95% é explicada pelo aumento de valores referentes à desvalorização de imóveis, quando comparado o exercício de 2018 com o de 2017. A variação negativa refere-se a diminuição de transferência de imóveis para outros entes, no exercício de 2018.

12 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

O grupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas é composto pelos subgrupos de Constituição de Provisão e Diversas Variações Patrimoniais.

Percebe-se pela tabela abaixo que o subgrupo Constituição de Provisão foi o que mais contribuiu para o aumento de 73.655,53% identificado.

Tabela 15

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Constituição de Provisões	3.534,95	0,00	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	278,62	5,17	5288,63%
Total	3.813,57	5,17	73655,53%

No exercício de 2018 foi constituída provisão para Requisições de Pequenos Valores no total de R\$ 3.534,95 milhões que ocasionou quase a totalidade do aumento observado. Essa provisão foi constituída em decorrência da mudança de procedimento efetuada pela Justiça Federal, conforme explicado na nota 08 acima.

13 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é confrontado entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2018 o resultado foi um déficit patrimonial de R\$ 25.448,29 milhões uma piora de aproximadamente 213,75% em relação ao resultado de 2017 que possuía um superávit de R\$ 22.372,59 milhões. O principal item que pode-se destacar para o resultado deficitário foi o registro de precatórios judiciais e provisão para requisições de pequeno valor na ordem de R\$ 32.413,25 milhões.

14 Receitas Correntes

Quando da análise do Balanço Orçamentário (BO) do MP posicionado em dezembro de 2018 verificou-se que a Receita Corrente, quando visualizada sob a perspectiva da Previsão Atualizada representa 92,92% do total das receitas orçadas e a Receita de Capital 7,08%, sob a ótica da Receita Realizada essa representatividade muda para 28,44% e 71,56%, respectivamente, conforme tabela seguinte.

Tabela 16

R\$ Milhões

Descrição	Previsão Atualizada	% AV	Receita Realizada	% AV	% Realização
Receita Corrente	488,08	92,92%	37,43	28,44%	7,67%
Receita de Capital	37,17	7,08%	94,20	71,56%	253,40%
Total	525,25		131,63		25,06%

O baixo valor de realização da receita orçamentária é explicado pelo registro da previsão da receita ser realizado no MP e o registro da arrecadação ser efetuado em um dos órgãos vinculados a esse Ministério. Tais órgãos não estão sendo objeto de análise neste relatório. No entanto, para efeito de melhor esclarecimento, informa-se que caso a análise fosse realizada pela ótica dos dados consolidados do MP e seus órgãos vinculados, o percentual de realização da receita corrente seria de 226,32% da receita prevista.

Quando comparamos a receita corrente realizada em 2018 com a realizada em 2017, merece destaque a queda ocorrida na Receita Patrimonial. Essa queda é explicada por em 2017 ter havido o recebimento de valores referentes à cessão de direitos da folha de pagamento no MP e em 2018 esse recebimento foi registrado no Ministério da Fazenda.

Tabela 17

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Receita de Contribuições	30,87	26,27	17,5%
Receita Patrimonial	6,56	1.059,22	-99,4%
Receita de Serviços	0,00	0,30	-100,0%
Outras Receitas Correntes	0,00	19,98	-100,0%
Total	37,43	1.105,77	-96,61%

15 Receitas de Capital

Tabela 18

R\$ Milhões

Descrição	Previsão Atualizada	% AV	Receita Realizada	% AV	% Realização
Receita Corrente	488,08	92,92%	37,43	28,44%	7,67%
Receita de Capital	37,17	7,08%	94,20	71,56%	253,40%
Total	525,25		131,63		25,06%

O alto valor de realização da Receita de Capital refere-se a alienação de bens imóveis acima do previsto.

Tabela 19

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Alienação de Bens	94,20	47,16	99,7%
Total	94,20	47,16	99,72%

Percebe-se que, quando comparado o exercício de 2018 com o de 2017, houve um aumento de 99,70% na receita de Alienação de Bens. Esse aumento é explicado pela arrecadação advinda da venda de aproximadamente 17 imóveis.

16 Despesas Correntes

As despesas correntes corresponderam a 94,27% do total das despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2018. Essas despesas são compostas por despesas com Pessoal e Encargos e Outras Despesas Correntes.

Tabela 20

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Pessoal e Encargos Sociais	7.496,27	7.297,25	2,73%
Outras Despesas Correntes	2.437,69	1.773,72	37,43%
Total	9.933,96	9.070,97	9,51%

No exercício de 2018 houve um aumento de 9,51% nas despesas correntes. Desse aumento 76,94% ocorreu no item outras despesas correntes. A composição das Outras Despesas Correntes é demonstrada abaixo.

Tabela 21

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Contribuições	1.474,08	896,01	65%
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	370,82	341,05	9%
Transferências Constitucionais e Legais	198,54	92,57	114%
Pensões Especiais	167,21	180,88	-8%
Auxílio Alimentação e Transporte	120,83	112,11	8%
Indenizações e Restituições	35,90	66,67	-46%
Locação de Mão de Obra	31,10	29,36	6%
Demais Despesas de Custeio	17,05	36,85	-54%
Locomoção	9,92	5,48	81%
Benefícios Assistenciais	9,41	10,10	-7%
Serviços Terceiros Pessoa Física	2,34	2,11	11%
Contratação por Tempo Determinado	0,50	0,52	-5%
Total	2.437,69	1.773,72	37,43%

Conforme demonstrado na tabela acima, o aumento identificado nas Outras Despesas Correntes pode ser explicado, essencialmente, pela variação ocorrida nos itens Contribuições e Transferências Constitucionais e Legais. Sendo que o item a variação no item Contribuições corresponde a 87% da variação total das Outras Despesas Correntes.

A variação constante do item Contribuições pode ser explicada pela publicação da Lei nº 13.754, de 10/12/18, que abriu crédito suplementar, no valor total de R\$ 594,00 milhões, para atender despesas relativas à contribuição a Organismos Internacionais e à Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais.

Quanto ao item Transferência Constitucionais e Legais a variação foi decorrente da publicação da Lei nº 13.768, de 18/12/18, que abriu crédito suplementar, no valor total de R\$ 95,00 milhões, para regularizar o “timing” entre o valor arrecadado e a dotação aprovada, decorrente da edição da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que determina, em seu artigo 27, que a Secretaria do Patrimônio da União – SPU repasse 20% dos recursos arrecadados com taxas de ocupação, foro e laudêmio aos municípios e ao Distrito Federal, onde estão localizados os imóveis que deram origem à cobrança, até o dia 1º de fevereiro do ano subsequente à arrecadação.

17 Despesas de Capital

As despesas de capital corresponderam a 94,27% do total das despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2018. Essas despesas são compostas por despesas com Pessoal e Encargos e Outras Despesas Correntes.

Tabela 22

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Investimentos	34,46	19,52	76,55%
Inversões Financeiras	569,46	497,43	14,48%
Total	603,93	516,95	16,83%

No exercício de 2018 houve um aumento de 16,83% nas despesas de capital. Esse aumento ocorreu, basicamente no item Inversões Financeiras e explica-se pelo aumento nos valores referentes à Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais e em Fundos de Apoio a Estruturação.

18 Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário é resultado do confronto da receita arrecadada versus a despesa empenhada. Conforme demonstrado na tabela abaixo, em 2018 (R\$ 10.406,25 milhões) o resultado orçamentário foi inferior em 23,37% em relação a 2017 (R\$ 8.434,98 milhões). O principal fator que provocou esta redução foi que em 2018 os valores referentes à cessão de direitos da folha de pagamento que antes eram registrados no MP passaram a serem registrados no Ministério da Fazenda.

Tabela 23

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
(I) Receita Arrecadada	131,63	1.152,94	-88,58%
Corrente	37,43	1.105,77	-96,61%
Capital	94,2	47,16	99,72%
(II) Despesa Empenhada	10.537,88	9.587,92	9,91%
Corrente	9.933,96	9.070,97	9,51%
Capital	603,93	516,95	16,83%
Total	-10.406,25	-8.434,98	-23,37%

19 Inscrição de Restos a Pagar

A tabela abaixo evidencia que os restos a pagar do MP inscritos em 2018 concentram-se, em sua maioria, em Pessoal e Encargos e em outras despesas correntes.

Tabela 24

R\$ Milhões

	Restos a Pagar Processados		Restos a Pagar não Processados	
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Pessoal e Encargos	523,33	1,03	18,31	71,01
Outras Despesas Correntes	30,67	0,02	792,48	481,75
Investimentos	-	-	24,26	16,00
Inversões Financeiras	-	-	62,84	116,09
Total	554,00	1,05	897,90	684,85

Percebe-se que 95,46% do total inscrito em Restos a Pagar Processado refere-se à Pessoal e Encargos. Isso ocorreu devido à mudança no procedimento da Folha de Pagamento, tal mudança visou a melhoria e adequação da rotina da folha de pagamento. As alterações ocorridas foram quanto à rotina de liquidação da folha de pagamento, o efetivo pagamento ocorreu apenas no primeiro dia útil do mês subsequente, sendo assim, os valores provisionados para pagamento da folha de pessoal referente ao mês de dezembro de 2018 foram inscritos em restos a pagar e tais valores foram pagos em janeiro de 2019.

Na tabela abaixo são detalhadas as despesas que compõem o grupo ou- tras despesas correntes, relativas a 2018, com maior representatividade para as contribuições (R\$ 469,11 milhões), seguida dos outros serviços de terceiros (R\$ 178,66 milhões) e das transferências constitucionais e legais (R\$ 108,57 milhões).

Tabela 25

R\$ Milhões

	dez/18	dez/17	AH(%)
Contribuições	496,11	294,67	68,36%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	178,66	147,44	21,18%
Transferências Constitucionais e Legais	108,57	-	
Demais Despesas	9,14	39,63	-76,93%
Total	792,48	481,75	64,50%

20 Execução de Restos a Pagar

Conforme tabela abaixo, o MP executou e pagou em 2018 cerca de 69,24% dos restos a pagar inscritos em anos anteriores, passando um saldo a pagar para o exercício de 2019 de R\$ 182,85 milhões.

Tabela 26

R\$ Milhões

	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo	Índice de Realização
Restos a Pagar Não Processados	785,17	59,01	544,50	181,66	69,35%
Restos a Pagar Processados	1,21	0,01	0,01	1,19	0,90%
Total Receitas Orçamentárias	786,37	59,02	544,51	182,85	69,24%

21 Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, correspondendo ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. No MP, em 2018, este valor foi superavitário em R\$ 614,42 milhões o que corresponde a um aumento de 584,02% quando comparado com o valor de 2017, que foi um déficit de R\$ 126,94 milhões.

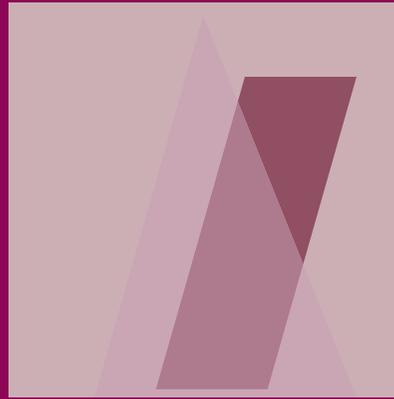
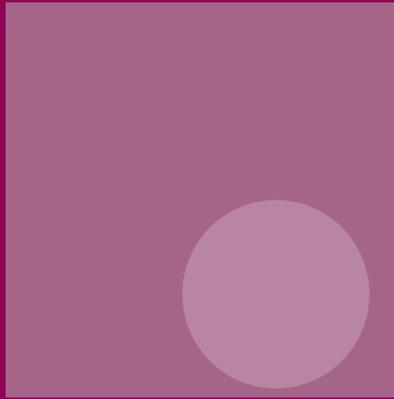
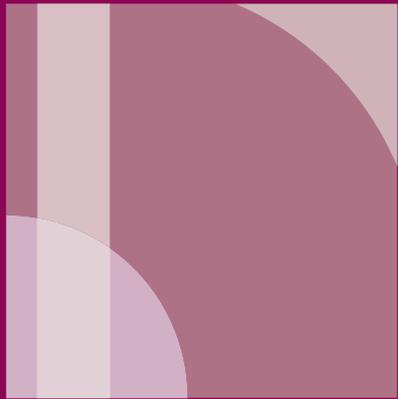
Tabela 27

R\$ Milhões

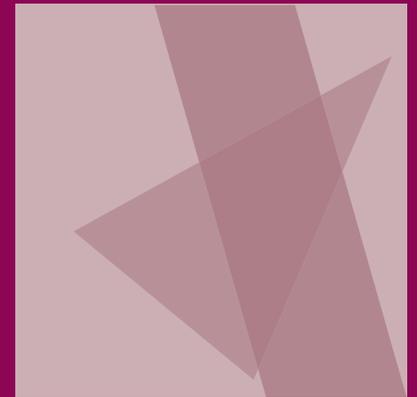
	dez/18	dez/17	AH(%)
Atividades Operacionais	1.096,85	146,10	650,77%
Atividades de Investimentos	-482,43	-273,04	-76,69%
Total	614,42	-126,94	584,02%

Pode-se observar que o fluxo das atividades operacionais foi o que mais impactou para que a geração líquida de caixa fosse superavitária. O fluxo das atividades operacionais do exercício de 2018, quando comparado a 2017, teve um aumento de 650,77%. Quando detalhado o valor dos fluxos das atividades operacionais, observa-se que houve uma queda nas receitas derivadas e originárias que foi compensado com o aumento ocorrido nos outros ingressos das operações, especificamente nas transferências financeiras recebidas.

Na análise do fluxo das atividades de investimentos verifica-se que ele teve um resultado negativo no exercício de 2018 em comparação com 2017, resultando em uma redução de R\$ 209,39 milhões, principalmente pelo aumento dos outros desembolsos de investimentos.



Lições Aprendidas



Apêndice

Conforme disposto no inciso I do Art. 8º do Decreto Nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, é de responsabilidade do Ministério da Economia a elaboração dos relatórios de gestão dos extintos Ministério da Fazenda; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e Ministério do Trabalho.

Para cada um daqueles extintos ministérios foi produzido um Relatório de Gestão Integrada próprio, com aproximadamente 150 páginas. O Relatório de Gestão Integrada do extinto Ministério da Fazenda do exercício de 2017 foi utilizado como referência para a elaboração desses documentos, tendo em vista que aquela Pasta testou o novo modelo ainda em 2018, por meio de um projeto Piloto realizado pelo TCU.

A Diretora de Gestão Estratégica da Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria Executiva do ME foi responsável pela coordenação de todo o processo de elaboração dos referidos relatórios, com o apoio da Assessoria Especial de Comunicação Social e da Assessoria Especial de Controle Interno do ME.

A estrutura, o conteúdo mínimo e o projeto gráfico desses documentos foram definidos, conforme o conteúdo abaixo:

Capítulo	Conteúdo
1	Informações gerais sobre o ministério
2	Resultados finalísticos
3	Resultados da gestão
4	Demonstrações contábeis

Com o apoio da Assessoria de Comunicação Social do Ministro da Economia, foram produzidos os projetos gráficos dos quatro relatórios.

Em função da complexidade da estrutura organizacional do trabalho foi definido e desenhado um fluxo de trabalho para a elaboração daqueles documentos, no qual foram identificados atores, papéis e responsabilidades, conforme descritos nas figuras 1 e 2 a seguir:

Figura 1 - Fluxo de Trabalho do Processo de elaboração dos Relatórios de Gestão

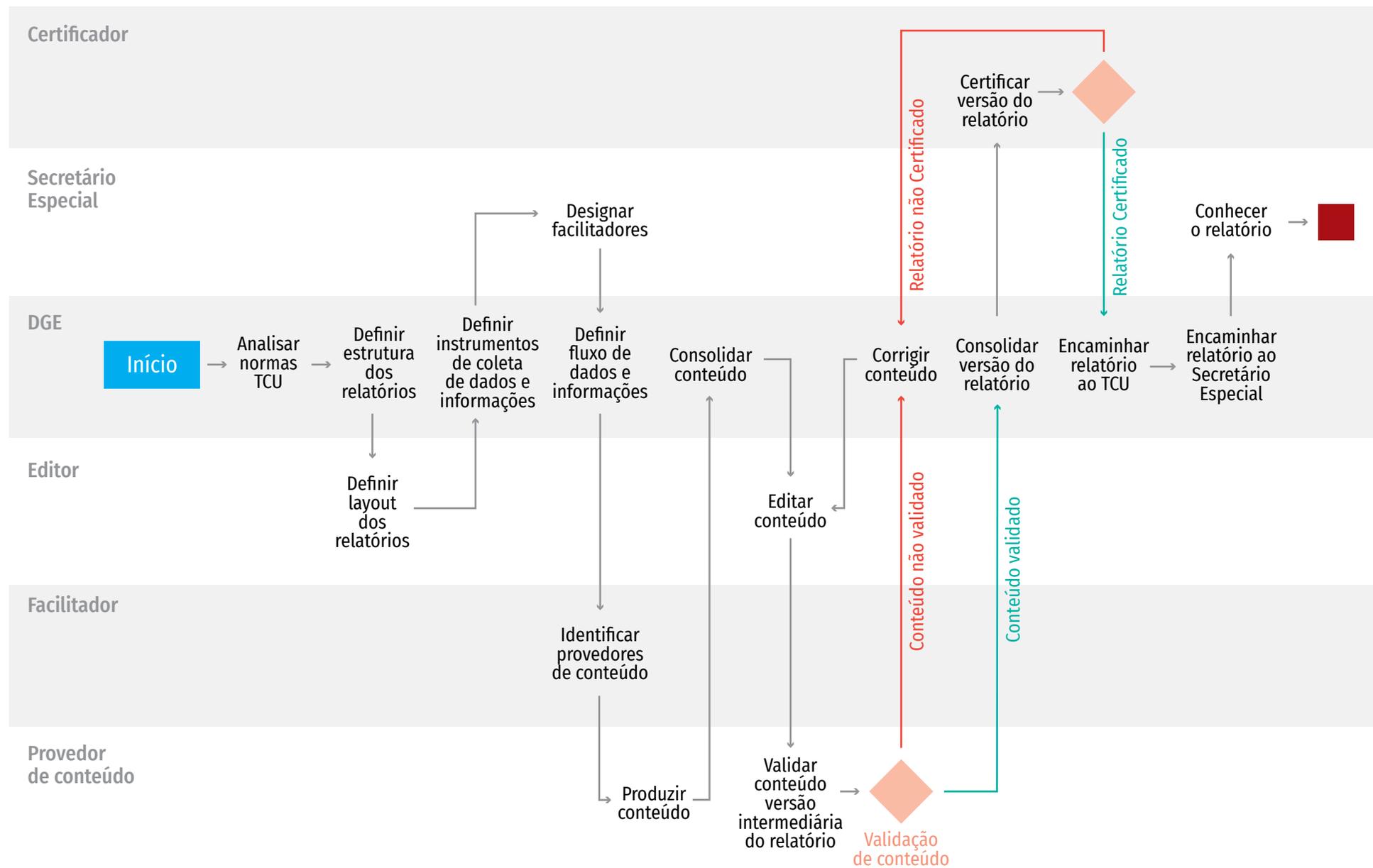


Figura 2 - Atores – Papéis e Responsabilidades:

Nº	Título	Função	Consideração/Definição
1	Coordenador	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar o Processo de Prestação de Contas Integrado dos ministérios extintos; • Interagir com a AECI e com o TCU para obter as orientações e diretrizes requeridas para a realização dos trabalhos; • Definir a estrutura e o conteúdo mínimo de cada Relatório de Gestão Integrado; • Consolidar o conteúdo de cada Relatório; e • Submeter ao TCU ao Relatórios de Gestão Integrados via sistema e-contas 	DGE
2	Facilitador	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o fluxo de dados e informações para a elaboração dos Relatórios de Gestão Integrados 	Um responsável indicado por Secretaria Especial
3	Pontos Focais do MF	<ul style="list-style-type: none"> • Interface dos órgãos responsáveis por definir os provedores de conteúdo, bem como analisar a qualidade, materialidade e completude das informações prestadas pelo respectivo órgão 	Um responsável por órgão dos extintos Ministérios
4	Provedor de Conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar conteúdo para os Relatórios de Gestão Integrados, de acordo com sua competência 	Diversos responsáveis por Órgão
5	Certificador das Informações da gestão finalística do ministério	<ul style="list-style-type: none"> • Certificar as informações relativas à gestão finalística do ministério contidas no Capítulo 2 	Secretário Executivo do ministério extinto
6	Certificador das Informações relativas à gestão de meios/ insumos do ministério	<ul style="list-style-type: none"> • Certificar as informações relativas à gestão finalística do ministério contidas no Capítulo 3 	SPOA do ministério extinto
7	Certificador das informações relativas a demonstrações contábeis	<ul style="list-style-type: none"> • Certificar as informações relativas à gestão finalística do ministério contidas no Capítulo 4 	Contador do ministério extinto
8	Designer/Editor	<ul style="list-style-type: none"> • Definir o layout de cada Relatório de Gestão Integrado; e • Editar o conteúdo de cada Relatório de Gestão Integrado 	Equipe de Comunicação

Destaca-se que a Diretoria de Gestão Estratégica trabalhou internamente com o seguinte cronograma resumido do processo de elaboração dos relatórios de gestão em referência, tendo em vista a entrega dos documentos ao TCU em tempo hábil:

Ações	Prazo	Observações
Envio do rol de responsáveis	08/02/2019	Pontos Focais
Envio de conteúdo do Relatório de Gestão de cada pasta à DGE	15/02/2019	Pontos Focais
Envio do conteúdo do Relatório de Gestão de cada pasta à ACS	21/02/2019	DGE
Elaboração de versão preliminar do Relatório de Gestão	08/03/2019	ACS
Revisão do Relatório de Gestão	20/03/2019	DGE e Pontos Focais
Conclusão e envio do Relatório de Gestão ao TCU	25/03/2019	DGE

No contexto da execução das atividades do processo foram realizadas inúmeras reuniões e oficinas de trabalho com os atores envolvidos para: a) apresentação de orientações visando a elaboração dos relatórios dos extintos Ministérios; b) exposição e alinhamento dos trabalhos junto ao TCU; e c) a produção de conteúdo para os 4 relatórios.

Ressalta-se a participação de representantes do Ministério, envolvidos no referido processo de prestação de contas, no Seminário realizado pelo TCU “Prestação de Contas 2018: Normas e Orientações para elaboração do Relatório”.

Destaca-se, ainda, que foi criado, pela Diretoria de Gestão Estratégica, no ambiente SharePoint, um Portal para armazenamento de todo o conteúdo elaborado no âmbito do supramencionado processo de prestação de contas com o objetivo de facilitar o fluxo de informações entre os atores envolvidos no processo.

Mesmo tendo a experiência exitosa da elaboração, em 2018, do Relatório de Gestão do extinto Ministério da Fazenda, o grande desafio do Ministério da Economia foi mobilizar em tão pouco tempo tantos atores envolvidos, com culturas distintas, para elaboração de todo o conteúdo de forma integrada, pensando nos resultados gerados por cada Pasta e utilizando uma linguagem acessível ao cidadão, público alvo dos relatórios.

Visão do Ministério sobre a elaboração do Relatório de Gestão Integrada

Para o MP, a elaboração do Relatório no novo formato apresentou certa complexidade, tendo em vista que a extinção do Ministério contribuiu para a desmobilização das equipes responsáveis pelas informações, assim como para a atualização do Rol de Responsáveis.

O início dos trabalhos de elaboração antes de serem divulgadas as orientações do TCU foi outro fator que dificultou a produção do documento, gerando dúvidas no conteúdo a ser apresentado. A divulgação das diretrizes assim como a antecipação da realização do seminário do TCU, onde são detalhados os conteúdos do documento e esclarecimentos sobre o Rol de Responsáveis, apresentam-se primordiais na elaboração do Relatório em futuros exercícios.

Se comparados ao exercício anterior, os novos procedimentos para a elaboração do documento, em 2018, exigiram maior esforço na condução do Relatório. O conteúdo apresentado no documento piloto elaborado pelo extinto Ministério da Fazenda, em 2017, não se aplicava totalmente ao Ministério, gerando dúvidas e questionamentos pelas equipes, além da complexidade de se ter imagens e gráficos associados aos dados apresentados.

Além da dificuldade na construção do documento no número de páginas requerido, tamanho era o volume de informações solicitadas, a divisão do documento entre as unidades responsáveis pelo conteúdo impediu a consolidação e revisão por uma única área do extinto Ministério, implicando falta de coesão nas informações e desconhecimento dos dados apresentados.

Contudo, espera-se que, para os próximos exercícios, essas dificuldades sejam superadas e que o Relatório seja elaborado de forma mais equilibrada e que os conteúdos sejam específicos e personalizados para o Ministério da Economia. Para tanto, faz-se necessária a coleta de dados no decorrer do exercício, de forma a facilitar tanto a elaboração do Relatório quanto ao preenchimento do Rol de Responsáveis.

Créditos

Participaram da elaboração deste Relatório de Gestão todos os órgãos do Ministério da Economia. Ele é produto da construção coletiva e orientado pelas boas práticas prospectadas em organizações públicas e privadas.

Governo Federal

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro de Estado da Fazenda
Paulo Roberto Nunes Guedes

Coordenação e Supervisão Geral

Secretário Executivo
Marcelo Pacheco dos Guarany

Secretário de Gestão Corporativa
Ariosto Antunes Culau

Diretora de Gestão Estratégia
Raquel Gonçalves Coimbra Flexa

Arte

Ministério da Economia
Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos
Comunicação Social
Coordenação de Criação

Capa e Projeto Gráfico: Leticia Lopes
Ferreira Barbosa, Murilo Xavier Lima,
João Victor Bachilli

Diagramação: Jamil Miranda Ghani

Foto: Gustavo Ranieri

Apoio

EloGroup Consultoria e Desenvolvimento Ltda.

